

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOÃO PAULO DE MATOS FALCÃO

**DA SAÚDE PÚBLICA AO DIREITO DOS ANIMAIS. UMA ANÁLISE DO PAPEL DO
CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE (CCZ) E DAS ASSOCIAÇÕES DE
SOCORRO ANIMAL EM DOURADOS-MS**

DOURADOS-MS

2021

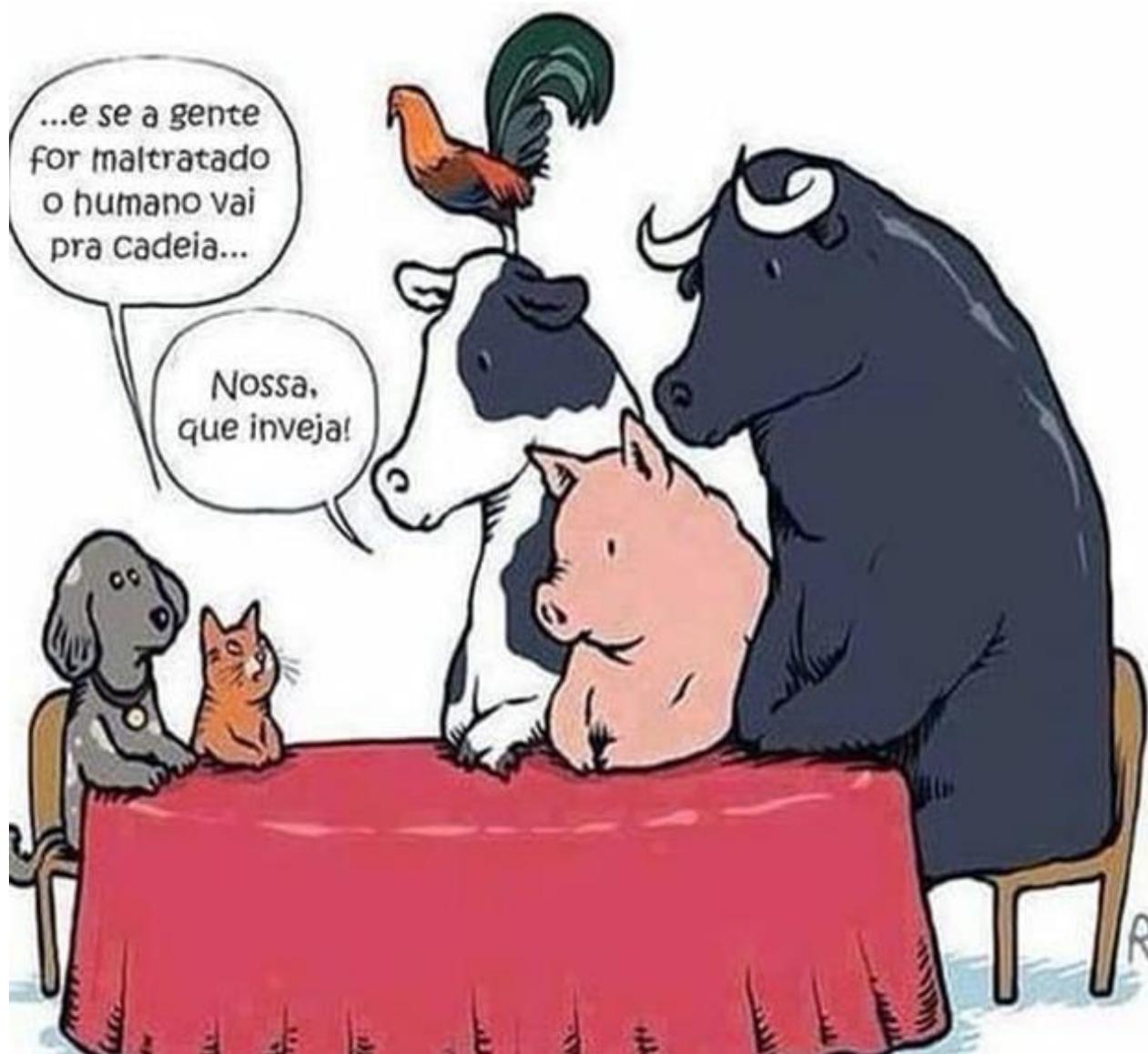
**DA SAÚDE PÚBLICA AO DIREITO DOS ANIMAIS. UMA ANÁLISE DO PAPEL DO
CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES (CCZ) E DAS ASSOCIAÇÕES DE
SOCORRO ANIMAL EM DOURADOS-MS**

Defesa apresentada ao Programa de Pós-graduação –
Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências
Humanas, da Universidade Federal da Grande
Dourados, como requisito para a obtenção do título de
Mestre em Geografia.

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Martinelli
Silva Calixto**

DOURADOS-MS

2021



Fonte @grim.grimorio, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F185d Falcão, João Paulo De Matos

DA SAÚDE PÚBLICA AO DIREITO DOS ANIMAIS. UMA ANÁLISE DO PAPEL DO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES (CCZ) E DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCORRO ANIMAL EM DOURADOS-MS [recurso eletrônico] / João Paulo De Matos Falcão. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Maria José Martinelli Silva Calixto.

Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Saúde pública. 2. Centro de Controle de Zoonoses. 3. Associações de socorro animal. 4. Direito dos animais. 5. Dourados-MS. I. Calixto, Maria José Martinelli Silva. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**DA SAÚDE PÚBLICA AO DIREITO DOS ANIMAIS. UMA ANÁLISE DO PAPEL DO
CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES (CCZ) E DAS ASSOCIAÇÕES DE
SOCORRO ANIMAL EM DOURADOS-MS**

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Prof^a. Dr^a. Maria José Martinelli Silva Calixto
PRESIDENTA E ORIENTADORA – PPGG/UFGD

Prof^a. Dr^a. Mara Lucia Falconi da Hora Bernardelli
1º EXAMINADORA – UEMS

Prof^a. Dr^a. Patricia Helena Milani
2º EXAMINADORA – FACH/UFMS

Dourados-MS, 16 de dezembro de 2021

RESUMO

A partir de uma perspectiva geográfica, o trabalho busca analisar a relação entre saúde pública e o direito dos animais na cidade de Dourados-MS. Para tal, levamos em conta conceitos e/ou categorias como: lugar, cotidiano, espaço, rua, escala, localidade e corporeidade. Considerando a saúde pública como preocupação articulada a diferentes escalas (da global à local), refletimos sobre as zoonoses que mais preocupam o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), aquelas que estão ligadas a cães e gatos. Refletimos também sobre o surgimento das “associações de socorro animal” como alternativa para demandas relacionadas ao bem estar e ao direito dos animais; demandas que não são atendidas pelo Estado. O trabalho empírico configurou-se como fundamental para a proposta de pesquisa; nesse sentido, foram realizadas entrevistas com integrantes das associações, com moradores de alguns bairros da cidade, com a coordenadora e com o veterinário do CCZ. Além da fundamentação teórica e das entrevistas, elegemos os seguintes instrumentos metodológicos: levantamentos de legislação, sites de notícias, revistas online, site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Ainda que seja essencial a indissociabilidade entre saúde pública e estratégias de combate a zoonoses (viabilizadas pelo Estado, via Ministério da Saúde e do CCZ), é no cotidiano, por meio das associações socorristas, que a luta pelo direito dos animais emerge como alternativa para as demandas não atendidas em outras esferas.

Palavras chave: Saúde pública; Centro de Controle de Zoonoses; Associações de socorro animal; Direito dos animais; Dourados-MS.

ABSTRACT

From a geographical perspective, the work seeks to analyze the relationship between public health and animal rights in the city of Dourados-MS. For that, we take into account concepts and/or categories such as, for example: place, daily life, space, street, scale, location and corporeality. Considering public health as a concern articulated at different scales (from global to local), we reflect on the zoonoses that most concern the Zoonoses Control Center (CCZ), those that are linked to dogs and cats. We also reflect on the emergence of “animal relief associations” as an alternative to demands related to the welfare and rights of animals; demands that are not met by the State. The empirical work was configured as fundamental for the research proposal; in this sense, interviews were carried out with members of the associations, with residents of some neighborhoods in the city, with the coordinator and with the CCZ veterinarian. In addition to the theoretical foundation and the interviews, we chose the following methodological instruments: legislation surveys, news sites, online magazines, website of the Information Technology Department of the Unified Health System (DATASUS). Although the inseparability between public health and strategies to combat zoonoses is essential (made possible by the State, via the Ministry of Health and the CCZ), it is in everyday life, through rescue associations, that the fight for the rights of animals emerges as an alternative to unmet demands in other spheres.

Key words: Public health; Zoonoses Control Center; Animal relief associations; Animal rights; Gold-MS.

AGRADECIMENTOS

São muitos os que eu gostaria de agradecer, por isso, peço desculpas se me esquecer de alguém.

Primeiramente agradeço ao universo e aos guardiões espirituais: Iemanjá e São Francisco de Assis, que sempre me acompanharam na vida, me ajudando a superar momentos de depressão, ansiedade e outros agravos mentais que vivi, inclusive, durante o período em que realizava esta pesquisa.

Às minhas duas avós, que já se foram. À Vó Eni, uma senhora exótica, admiradora da cultura egípcia e amante dos gatos. Quando viva, chegou a ter 24 gatos em sua residência. À minha vó-mãe, Dona Conceição, um dos maiores amores da minha vida, que foi vitimada por um câncer. Essa avó me deu tanto amor e carinho, que a culpo por ter me tornado uma pessoa com um olhar tão cheio de empatia. Onde quer que ela esteja, eu a amo muito.

À minha mãe, Dona Edina. Mulher guerreira, de fibra, que nunca deixou me faltar nada, sempre acreditou em mim e é hoje a minha melhor amiga.

Ao meu avô que, infelizmente, também já se foi. Homem calmo e sereno, sempre me ensinando sobre o amor, inclusive, a outros seres, às plantas.

Ao meu padrasto, Wilson (a figura mais próxima de um pai que tenho), e ao meu irmão mais novo, William, ambos sempre ao meu lado.

Ao meu companheiro e amigo, Francisco, um cearense arretado, cheio de amor, um pouco retraído, mas de coração enorme.

À minha orientadora, Maria José Martinelli (que, carinhosamente, nós alunos, chamamos de Zezé), por ter topado o desafio de me orientar, mesmo eu sendo a “ovelha verde” de seu rebanho de orientandos. Aliás, ela sempre foi maravilhosa comigo, paciente, calma e sensata em todas as suas palavras.

Aos amigos que fiz na faculdade, e que hoje são para mim como irmãos: Lidiane, Júlio, Dayane, Dani, Wellington, Bruno, Cryslaine, Palmira, e muitos outros.

Não poderia esquecer dos filhos de outras espécies, que me fazem acreditar que estou no caminho certo, enchendo meu coração de amor e alegria, deixando meus dias mais felizes: Fumaça, Laika, Maggie, Nina, Coca Cola, Madonna, Doce de Leite, Gisele e Douglas Michel. Também não poderia me esquecer de dois amiguinhos que já se foram, o Klaus, meu fiel cãozinho, que morreu em 2020 por conta de uma hepatite crônica, me deixando a chorar de saudades e a Maggie, uma gatinha, que resgatei da rua, mas por conta de muitos acontecimentos tive que deixar com meu ex-companheiro. Maggie foi a gatinha mais doce e meiga que já tive e, até hoje, me culpo por não ter dado um jeito de trazê-la comigo. Infelizmente ela se perdeu e nunca mais voltou.

A todos que ajudaram nesse processo: à Aurea (revisora), ao Jeferson (responsável pelos mapas) e, também, aos outros amigos que não citei nominalmente aqui.

Partindo para o final, agradeço a todas as pessoas que colaboraram com esta pesquisa, respondendo às minhas perguntas: Rosana Alexandre, Fernando César Moreira Bastos, Denise de Abreu, Marileia Lar Guri, Thais Kaniesky, Eveline Cardinal, Tânia Paula Lima e Silva, Elica, Adriana Venâncio, Andréa Batista, Cidineia da Silva e Andreia Pereira.

No mais, sou grato à banca de qualificação: à professora Mara Lúcia, com seu jeito calmo e gentil ao apontar suas críticas, que me foram extremamente úteis; e à professora Patrícia Milani, que me indicou leituras maravilhosas para complementar minha pesquisa.

Também sou muito grato à universidade pública, local onde me formei e fiz o meu mestrado. Aos programas de assistência estudantil, dos quais fui bolsista. À Capes, pela concessão da bolsa, e a todos aqueles que lutam pela educação neste país.

Enfim, meu muito obrigado aos que acreditaram em mim e me ajudaram, de alguma forma, nessa trajetória que continuará depois da defesa.

VIVA A CIÊNCIA!

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAMA – Associação Amigo dos Animais

ACV – Animais em condição de vulnerabilidade

ART - Artigo

AV - Avenida

CCZ – Centro de Controle de Zoonoses

CT – Centro de Tratamentos

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DF – Distrito Federal

LV – Leishmaniose visceral

MS – Mato Grosso do Sul

OMS – Organização Mundial da Saúde

PLS – Projeto de Lei do Senado

PLC – Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

QD - Quadra

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE FOTOS

Fotos 1 e 2 Dourados/MS – Centro de Controle de Zoonoses.....	59
Fotos 3. 4 e 5 Dourados/MS – Vacinação antirrábica (2021).....	66
Fotos 6. 7 e 8 Dourados/MS – Cadastro de animais com microchip (2021).....	85
Fotos 9 e 10 Dourados/MS – Canil e gatil do CCZ.....	90
Fotos 11. 12 e 13 Dourados/MS – Animais “apreendidos” pelo CCZ (2021).....	91
Fotos 14 e 15 Dourados/MS – Feira de adoção, Praça da Juventude, Parque das Nações.....	92
Fotos 16. 17 e 18 Dourados/MS – Denúncia e fiscalização, animal abandonado por tutores..	96
Foto 19 Dourados/MS – Evento <i>Luz, Câmera, Ração</i> e participantes do evento.....	108
Fotos 20 e 21 Dourados/MS – Thor e Lampião.....	113
Foto 22 Dourados/MS – Jake e Karlota.....	114
Fotos 23 e 24 Dourados/MS – Antes e depois de Visconde.....	118
Fotos 25 e 26 Dourados/MS – Jake e Estrelinha.....	128
Fotos 27 e 28 Dourados/MS – Resgate de Vitório.....	129
Fotos 29 e 30 Dourados/MS – Vitório depois de ser adotado.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil – Casos de raiva (1984-2020).....	63
Gráfico 2. Brasil – Mortes em decorrência da raiva (1984-2020).....	63
Gráfico 3. Brasil – Casos de leishmaniose (1984-2020).....	67
Gráfico 4. Brasil – Mortes em decorrência da leishmaniose (1984-2020).....	67
Gráfico 5. Brasil – Casos de leptospirose (1984-2020).....	70
Gráfico 6. Brasil – Mortes em decorrência da leptospirose (1984-2020).....	70
Gráfico 7. Dourados-MS – Motivos de denúncias feitas ao CCZ (2021).....	94

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mato Grosso do Sul – Municípios com unidades de CCZ (2021).....	58
Mapa 2. Dourados/MS - Localização das denúncias feitas ao CCZ.....	93
Mapa 3. Dourados/MS – Associação Amigos dos Animais e parceiros.....	109
Mapa 4. Dourados/MS – Associação Refúgio dos Bichos e parceiros comerciais	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dourados/MS - Caracterização dos entrevistados	24
Quadro 2. Dourados/MS - Vacinação antirrábica (cães e gatos) (2020).....	64
Quadro 3. Brasil, Estados e Municípios. Leis e projetos sobre os animais (1934-2018).....	74
Quadro 4. Brasil - Hospitais veterinários públicos.....	76

SUMÁRIO

O TEMA, OS PRESSUPOSTOS E OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	13
Os desafios do pesquisador e os caminhos percorridos	22
CAPÍTULO 1. CONCEITOS E CATEGORIAS IMPORTANTES PARA A ANÁLISE	28
CAPÍTULO 2. O CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE E SEUS PAPÉIS EM DOURADOS-MS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE PÚBLICA E O DIREITO DOS ANIMAIS	49
2.1 A estruturação do CCZ na cidade de Dourados: um diálogo sobre zoonoses e saúde pública.....	60
2.2 O debate em torno do direito dos animais e a atribuição de novos papéis ao CCZ: uma reflexão sobre abandonos, maus tratos e saúde animal.....	71
CAPÍTULO 3. AS ASSOCIAÇÕES DE SOCORRO ANIMAL DA CIDADE DE DOURADOS-MS: CONSIDERAÇÕES SOBRE GRUPOS QUE SURGEM COMO ALTERNATIVA NA LUTA PELO DIREITO DOS ANIMAIS	98
3.1 A Associação Amigos dos Animais (AAMA).....	102
3.2 Centro de tratamento de animais resgatados (AAMA)	113
3.3 A Associação Refúgio dos Bichos.....	119
3.4 Centro de tratamento de animais resgatados (Refúgio dos Bichos).....	126
APONTAMENTOS FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXOS	142

O TEMA, OS PRESSUPOSTOS E OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

“[...] A grandeza de uma Nação pode ser julgada pelo modo que seus animais são tratados” (Mahatma Gandhi)

O trabalho tem como objetivo contribuir com análise a respeito dos papéis do CCZ (Centro de Controle de Zoonoses) e das associações de socorro animal, bem como apontar relações existentes entre esse órgão, atrelado ao governo federal por meio do Ministério Público da Saúde, e as associações de socorro animal, que não possuem vínculo governamental. Tomamos como pressupostos duas perspectivas, de um lado o combate a zoonoses como estratégia de saúde pública; de outro, o direito dos animais. Assim, utilizamos diferentes escalas de tempo para nossa abordagem, visto que a relação animal humano – animal não humano e seus resultados tem origem ao longo da história. Os acontecimentos mais importantes, refletidos em nossa pesquisa, ocorreram nos dois últimos séculos. Entretanto, na dimensão empírica de nosso trabalho, o recorte temporal refere-se aos anos de 2020 e 2021, período em que realizamos a pesquisa.

Convém destacarmos que o CCZ tem como prioridade o combate a zoonoses, e as associações de socorro animal possuem como princípio o direito dos animais. É nessa seara que os dois se encontram, ora gerando conflitos, ora se complementando.

Nesse sentido, no **primeiro capítulo**, apresentamos debate em torno do lugar como categoria de nossas reflexões; compreendemos que o lugar analisado, como plano do vivido, tem importância para o estudo proposto. Também trazemos para este capítulo outras categorias e/ou conceitos que auxiliam na discussão de nossa temática – escala; localidade; corporeidade; rua; cotidiano e espaço.

No **segundo capítulo**, apontamos os papéis do CCZ com vistas a desenvolver diálogo que retrata a linha do tempo entre as ações voltadas à saúde pública e a ascensão do debate em torno do direito dos animais. Vale destacarmos que o CCZ foi implantado em Dourados, estado de Mato Grosso do Sul (MS), no ano de 2003, dez anos antes da implantação da primeira Associação de socorro animal. Desse modo, demonstramos um recorte histórico e espacial relativo ao CCZ, evidenciando que seu surgimento se circunscreve na escala nacional, que, por sua vez, é influenciada por debates no cenário mundial. Diante disso, abordamos as particularidades do nosso local de estudo que serviram como suporte para a instalação de uma unidade de controle de zoonoses na cidade. Isso posto, dividimos o segundo capítulo em três partes.

Na primeira e segunda parte, apresentamos o Centro de Controle de Zoonoses como uma estratégia nacional de saúde pública. Discutimos o conceito de saúde pública e apontamos elementos que indicam a inserção do debate sobre o direito dos animais e suas funções. Também nos preocupamos em mapear as unidades do CCZ no estado de Mato Grosso do Sul, indicando, assim, que o seu surgimento na cidade de Dourados deve-se a particularidades, variantes e condicionantes específicas do local de estudo.

Na terceira parte retratamos com mais profundidade a questão da saúde pública, envolvendo esse debate com os conceitos geográficos propostos no trabalho. É válido compreendermos que a saúde pública é um direito constitucional e que o combate a zoonoses faz parte de estratégias voltadas à garantia desse direito à população. Assim, o CCZ atua nesse combate prevenindo diversas doenças transmitidas por animais; neste capítulo, entretanto, apontaremos três zoonoses relacionadas a cães e gatos, as quais têm sido mais recorrentes, por isso chamam a atenção – a raiva, a leishmaniose e a leptospirose.

Alguns autores, conforme mostraremos ao longo do trabalho, apontam para a relação intrínseca entre saúde pública e abandono de animais. Desse modo, a terceira parte retrata a inserção do debate em torno do direito dos animais nas ações e papéis destinados às estratégias do CCZ, levando em conta que essa inserção obedece a lógicas que implicam propósitos voltados à saúde pública; por isso, defendemos, como dito anteriormente, que há forte relação entre direito dos animais e saúde pública.

Compreendemos que o CCZ, embora surja de preocupações voltadas à saúde pública, adquire novos papéis relacionados aos direitos dos animais, que passam a ser percebidos como imprescindíveis. Contudo, o órgão torna-se insuficiente para resolver tais questões, que envolvem o processo de abandono e de maus tratos. Diante disso, aparecem as associações de socorro animal.

No **terceiro capítulo**, destacamos duas associações de socorro animal como alternativa para demandas não atendidas, envolvendo abandono e maus tratos de animais e outros assuntos pertinentes a seus direitos. O capítulo se divide em quatro partes, as quais retratam as duas associações e seus respectivos centros de tratamentos.

Tornam-se necessárias reflexões acerca das relações que apontaremos ao longo desta pesquisa. Optamos, por exemplo, por trocar a denominação Associação de Proteção Animal por Associação Socorrista Animalista ou Associação de Socorro Animal. Essa substituição ocorreu, porque entendemos que o termo “proteção animal” requer um movimento que lute e proteja todos os animais, independentemente de sua espécie, o que não é uma característica da realidade

dos movimentos que se apresentam na cidade de Dourados, porque eles têm como foco de suas ações as espécies domésticas: cães e gatos.

Tais considerações baseiam-se na filósofa Sônia Felipe (2011) que, ao abordar os movimentos de defesa animal, chama a atenção para o fato de que o termo protetor animal requer envolvimento não só com alguns indivíduos feridos, mas também com a libertação de outras espécies, numa luta contra o sistema de escravização e matança de animais. Luta que envolve não só cães e gatos, mas também animais como porcos, aves e vacas, que servem aos interesses humanos de diversas formas: alimento, vestuário. Registramos que não se verifica essa característica nos movimentos analisados neste trabalho.

Joy (2014), em seu famoso livro “Porque amamos cães, comemos porcos e vestimos vacas”, faz importantes considerações que favorecem o debate. Segundo a autora, a sociedade elegeu algumas espécies para serem tratadas como se fossem da família e outras para serem exploradas. Nesse processo, as espécies que foram consideradas como animais de exploração não receberam e não recebem a mesma consideração que aquelas que tiveram um destino diferente, ou seja, as pessoas tendem a ter empatia por cães e gatos que sofrem maus tratos, mas não se importam com porcos e vacas que são explorados e assassinados nos abatedouros.

Ao longo da história humana, esse processo de distinção das espécies se naturalizou, camuflando a realidade de que todas as espécies são iguais e têm a mesma capacidade de sofrimento. Entretanto, ressalta a autora, é importante atentarmos para o fato de que essas relações de distinção constituem projeto da cultura Ocidental; em outros lugares do mundo, esse grau de consideração pode ocorrer de forma diferente. Como exemplo, podemos citar a Índia, país onde a vaca é sagrada¹, e a China, que tem sido criticada, no cenário internacional, pelo alto consumo de carne canina – somente no ano de 2020 considerou a carne de cachorro como imprópria para o consumo.²

A partir desse ponto de vista, entendemos que as relações de afeto, que surgem como subjetividades entre animais humanos e animais não humanos em nosso local de estudo, são profundamente marcadas por condicionantes e variantes do lugar em questão, já que estamos nos referindo a uma cidade que faz parte de um país, o qual sofreu colonização que teve como base a cultura eurocêntrica e Ocidental. Diante disso, as relações de afeto com os animais na cidade de Dourados estão direcionadas, sobretudo, para cães e gatos e não para porcos, vacas e

¹ Nunca convide um indiano para um churrasco, principalmente se tiver carne de gado no cardápio. A gentileza pode se tornar uma ofensa já que, na Índia, a vaca é vista como um animal sagrado. Disponível em: www.terra.com.br.

² China muda orientação e sinaliza fim do consumo de carne de cachorro. 2020. Disponível em: www.noticiasuol.com.br

aves. Há tendência a se sentir empatia para com cães e gatos; e, à medida que essas espécies são submetidas a processos como o de abandono e maus tratos, caracterizando violação de seus direitos, cria-se um cenário perfeito para o surgimento de grupos de socorro animal.

Importante ressaltarmos que o surgimento desses grupos/associações, marcado por relações como a da empatia seletiva pelos animais e a das articulações com a sociedade por meio de parcerias comerciais, campanhas de conscientização, ações de adoção, recebe profundas influências de uma escala global, em que esse debate tem sido cada vez mais abordado. É válido destacarmos que essas associações são feitas por indivíduos, denominados em nosso trabalho como atores sociais.³ Pessoas que possuem subjetividades próprias, ou seja, são seres humanos que, embora envolvidos numa relação entre local e global, são únicos, possuindo cada um à sua própria relação com o mundo, relação que ocorre por meio do lugar, no plano do vivido, como afirma Carlos (2007).

É nesse sentido, que pretendemos retratar nosso tema de pesquisa, apontando para a articulação entre as escalas e demonstrando que o corpo também pode ser compreendido nessa interação. Para isso, trazemos reflexões acerca da corporeidade, efetuadas por autores como Carlos (2007), Santos (2005), Souza (2009), Queiroz (2018) e Lefebvre (2006).

Arriscamo-nos também a pensar o sentido de corporeidade e de lugar relativamente aos animais não humanos, com vistas a perceber possíveis relações desses animais com afetividades, emoções, como medo, fome e amor – subjetividades as quais não são exclusivas do ser humano. Também compreendemos que tais animais são imensamente envolvidos nas relações de produção do espaço, estando suscetíveis ao abandono, aos maus tratos e a invisibilidade.

Assim, chamamos a atenção para Cardoso (2016, p. 508), que aborda o lugar na seguinte perspectiva: “Como o nó do encontro das vidas humanas e não humanas que habitam o mundo, ou seja, o lugar não apenas como constructo humano”. Posto isso, buscamos reflexão que sinalize para a perspectiva de que os animais não são apenas objetos ou hospedeiros de zoonoses, mas seres sencientes, que reagem e influenciam as ações humanas em seu encontro com elas, a partir do e no lugar. Compreendemos que as estratégias de combate a zoonoses e a esfera do direito dos animais são campos em que essas influências marcam e deixam suas impressões.

³ Dubar (2004) retrata o papel de atores sociais como um constructo humano, que desenvolve estratégias e atua em coletivo. Nesse sentido, tomamos esse termo como opção para retratar as voluntárias das associações de socorro animal.

O especismo está presente em todas essas relações, fazendo com que a espécie humana se sinta superior às demais que habitam o mesmo planeta, praticando atos de exploração, violência, abandono e maus tratos. Quanto a essa expressão, recorrente em nosso trabalho, Meneses e Silva (2016) ponderam que ela indica uma relação que coloca a espécie humana no centro do mundo, fazendo com que os humanos se sintam superiores; por isso, dignos de explorarem, escravizarem e matarem as outras espécies. Em suma, compreendemos que nossa civilização foi construída sobre alicerces racistas, xenofóbicos, machistas e igualmente sobre estruturas especistas.

Esse tema tem provocado inquietações no autor desta pesquisa, que enxerga relações especistas na cidade, inclusive, na universidade. Vale ponderarmos que, apesar de cães e gatos serem alvo da empatia humana, isso não significa que esses grupos de animais estejam livres de práticas especistas, que, aliás, estão presentes nas relações das associações de socorro animal; no Estado, em se tratando dos animais não humanos, incluindo aí os papéis do CCZ.

Feitas essas ponderações, optamos por uma análise que levasse em consideração apontamentos de Santos (2008), nos quais o autor discorre que toda a situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e do ponto de vista dinâmico, um processo. Consideramos um processo, por entendermos que esse quadro de preocupações com as zoonoses e com o direito dos animais, embora seja resultado de uma diversidade de situações desencadeadas e inseridas nos papéis das associações e do CCZ, também se trata de um movimento que pode revelar diversas possibilidades.

Seguindo as premissas apontadas por Santos, cogitamos que o combate às zoonoses e a luta pelo direito dos animais na cidade de Dourados trazem em seu processo uma gama de variáveis que obedecem ao acontecer global, mas que também são combinadas a outras variáveis inerentes ao local de estudo, dando a esse objeto de análise características particulares. Sobre essas particularidades, iremos discorrer ao longo da pesquisa. Por ora é cabível apresentar alguns dados, traduzidos por números apontados pelo Instituto Pet Brasil⁴ (2019). Tais dados sugerem que os animais são envolvidos na produção do espaço, no qual muitos se tornam vítimas de processos como, por exemplo, o do abandono, que engrossa a demanda pela efetivação de seus direitos e contribui com o aumento das zoonoses.

O Instituto PET Brasil divulga dados atualizados sobre a população de animais de estimação em todo território nacional. De acordo com números levantados pelo IBGE e atualizados pela inteligência comercial do Instituto Pet Brasil, em 2018 foram

⁴ O Instituto PET Brasil (IPB) nasceu em 2013 para estimular o desenvolvimento do setor de produtos e serviços para animais de estimação. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com/quem-somos/>

contabilizados no país, 54,2 milhões de cães; 39,8 milhões de aves, 23,9 milhões de gatos; 19,1 milhões de peixes e 2,3 milhões de répteis e pequenos mamíferos. A estimativa total chega a 139,9 milhões de animais de estimação. (INSTITUTO PET BRASIL, 2019)

Partindo desses dados, reforçamos que, dentre os animais domésticos, os mamíferos (cães e gatos) são a maioria, embora o número de aves também seja significativo. Isso não significa que cães e gatos estejam livres de sofrer abandono. Nesse sentido, o Instituto PET Brasil (2019) contribui mais uma vez, ao afirmar que 5% dos animais domésticos são animais em condição de vulnerabilidade (ACV).

Do total da população ACV, cães representam 69% (2,69 milhões), enquanto os gatos correspondem a 31% (1,21 milhões). Os dados são do Instituto Pet Brasil (IPB). Os animais em Condição de Vulnerabilidade são aqueles que vivem sob a tutela das famílias classificadas abaixo da linha da pobreza, ou que vivem nas ruas, mas recebem cuidados de pessoas. (INSTITUTO PET BRASIL, 2019).

Outros dados revelados pelo Instituto PET Brasil (2019) demonstram que os animais em estado de vulnerabilidade possuem mais condições de evoluírem para um processo de abandono completo do que os demais. Tal situação mostra que esses animais ficam sem a devida proteção e, assim, desafiados a sobreviver por si só.

De acordo com os dados, 0,0002% da população de cães, de 54,2 milhões, e de gatos de 23,9 milhões, evolui efetivamente para a condição de abandono. Segundo esses números, verificamos que 4% dos animais em condição de vulnerabilidade evoluem para o abandono completo. (INSTITUTO PET BRASIL, 2019).

Enquanto o Instituto revela dados em nível nacional, que nos servem como reflexão, uma vez que Dourados está sujeita a variáveis de outras escalas, o CCZ compartilha conosco alguns números a respeito da realidade local. Segundo a coordenadora do CCZ, em entrevista a um site da cidade, Dourados tem em torno de 56 mil cachorros e 11 mil gatos; desses animais, cerca de 1000 encontram-se abandonados nas ruas da cidade. Ainda, segundo a entrevistada, os animais oferecem diversos riscos de acidentes de trânsito, ataques a pessoas e, até mesmo, transmissão de zoonoses. (94FM Dourados, 2020).

Vale acrescentarmos que os animais pertencentes a tutores que se encontram em processo de vulnerabilidade social possuem, ainda, mais chances de abandono. Assim, chamamos a atenção para a discussão sobre a ausência de um hospital veterinário público na cidade, que será apontada ao longo do trabalho. Tal ausência é sentida em quase todas as cidades do Brasil. Soma-se a isso a falta de acessibilidade a clínicas particulares, onde os custos costumam ser onerosos para tutores de baixa renda.

Compreendemos que, se, de um lado, a saúde humana é pauta das preocupações sociais e está inserida nas funções do Estado, de outro lado, tão pouco se fala sobre a saúde animal como incumbência também do Estado e como direito dos animais. Isso, torna-se evidente a partir das ações do CCZ, que estão voltadas especificamente para um olhar humano. Por esse ângulo, é válido também apontarmos que, de acordo com a legislação brasileira, o Estado é responsável por tutorear os animais que habitam o território nacional. Além do mais, saúde animal e saúde humana são dois lados conectados, conforme alguns autores. Assim, a partir desses elementos, desenvolvemos a pesquisa, apresentando contradições que se cruzam nas relações entre os papéis do CCZ e o das associações socorristas, num cenário onde a saúde humana e a promoção do direito dos animais se entrelaçam e são fundamentais.

Levando em conta particularidades de nosso local de estudo, não podíamos deixar de destacar outra perspectiva relevante para nosso trabalho, a ser abordada de forma cuidadosa, devido à complexidade que envolve. Trata-se da RID (Reserva Indígena de Dourados). Segundo as associações e os socorristas animalistas da cidade, a RID é considerada local crítico devido ao grande número de animais abandonados e doentes que lá se encontram. Para entendermos melhor essa condicionante, cumpre lembrarmos que a Associação Refúgio dos Bichos possui um grupo no *whatsapp* com o título “Encontro de aldeia”, dedicado a ações voltadas para animais dessa localidade. Contudo, devido às particularidades que envolvem a Reserva Indígena, não adentraremos a questão.⁵

Outra particularidade da cidade de Dourados (nosso local de estudo), que contribui para as questões em relação ao nosso tema, é o fato de caracterizar-se por ser uma cidade média, que possui centralidade regional e se destaca por sua rede urbana. Calixto (2017), com base em Corrêa, retrata a rede urbana como um conjunto de cidades que se articulam entre si por meio de diversas relações. Dessa forma, entendemos que Dourados possui uma dinâmica de destaque em todo o Sul do estado, articulando-se com diversos outros centros urbanos por meio do oferecimento de uma gama de serviços, procurados pela demanda dos centros do seu entorno.

⁵ Por ora são válidas as palavras de Pereira, que apresenta em sua pesquisa a característica multiétnica da RID. A exploração da erva mate, iniciada a partir da penúltima década do século XIX, provocou muitos deslocamentos na população de várias comunidades da etnia guarani. Nesses deslocamentos, muitas famílias se transferiram para a margem esquerda do rio Iguatemi, adentrando no território de ocupação tradicional kaiowá. Assim, em 1917, quando ocorreu a criação da RID em pleno território kaiowá, os Guarani já viviam na região e já interagiam frequentemente com os Kaiowá nos acampamentos de coleta da erva. Dessa forma, os Guarani acompanharam os deslocamentos de famílias kaiowá para o interior das reservas. O mesmo aconteceu com famílias terena, já inseridas nas formas de ocupação econômica introduzidas pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Resulta daí que desde seu início a RID se constituiu como área de acomodação das três etnias, produzindo um sistema multiétnico *sui generis*, que já dura quase um século. (PEREIRA, 2014, p. 4)

Tendo em vista a perspectiva de Santos (2008), sobre as particularidades de cada lugar, compreendemos que a condição de cidade média foi importante para atrair recursos para a instalação de uma unidade de CCZ, além de ter contribuído para o surgimento de duas associações de socorro animal. Válido ressaltarmos que, em toda sua rede urbana, somente Dourados possui mais de uma Associação voltada a esses fins e que apenas Ponta Porã, além de Dourados, em toda a sua rede, possui outra unidade de CCZ.

Na diversidade de serviços prestados, Dourados conta com universidades, hospitais, clínicas, comércios, redes atacadistas. Vale ressaltarmos que é a única cidade em toda a sua rede urbana que possui um *shopping center*, denominado Avenida Center. É válido destacarmos, também, que a cidade oferece uma gama de serviços voltados para o campo, como maquinários e insumos agrícolas.

Devido a sua posição geográfica, que a notabiliza como única cidade deste porte demográfico e importância em um raio de mais de 200km, Dourados apresenta significativo nível de centralidade interurbana, denotado pela relevância de seu papel no setor comercial e, sobretudo no de serviços, que assegura sua condição de destaque na rede urbana regional e, por consequência de cidade média. Constitui-se assim, como centro de apoio ligado ao comércio e serviços especializados como: educação superior, saúde, venda de insumos agrícolas, maquinário, geração de conhecimento e formação de mão de obra especializada, entre outros. (CALIXTO, 2017, p. 58)

Dourados também se desponta pela variedade de serviços especializados, voltados ao mercado que atua com animais domésticos; inclusive, com os serviços referentes à saúde animal.

Nesse sentido, é relevante fazermos apontamentos sobre o termo *pet*, o qual tem sido recorrente quando nos referimos a esses animais. Lima (2016) destaca que esse termo, de origem internacional, foi adotado para se referir aos animais domésticos. Contudo, é apropriado especialmente por uma perspectiva mercadológica, haja vista que os animais domésticos são compreendidos como mercadoria por um setor do mercado, que visa ao comércio e também aos atendimentos especializados.

Além de antropomorfização, o antropólogo Jean Pierre Digard (1992, 1998), referência importante de vários estudos realizados no Brasil, propõe o conceito de “*petshismo*”, sugerindo que as relações com animais de estimação são fruto não apenas de fantasias, como também de uma captura dos sujeitos por uma lógica mercadológica, que posiciona cães e gatos como parte necessária do ‘kit família feliz’. (LIMA, 2016, p. 16).

A autora também chama atenção para a ascensão dos *pets shoppings*, resultado desse processo de *petshismo*. Com isso, compreendemos melhor as clínicas de *pet shoppings* em

nosso local de estudo; atualmente, somam-se mais de 20 – número que se destaca quando comparado com o de outras cidades da rede urbana.

Chamamos a atenção mais uma vez para a escala, pois essa relação com os animais, como mercadoria, resulta da racionalidade neoliberal em vigência na escala global. Isso porque, como Dardot e Laval (2014) afirmam, essa lógica neoliberal, que assume papel protagonista nas relações capitalistas e possui como um de seus símbolos a modernidade, se insere não só nos planos governamentais, mas também nas subjetividades de cada um, moldando as formas com que cada indivíduo se relaciona consigo e com o mundo.

Compreendendo que essa racionalidade prega a concorrência desenfreada e provoca nas pessoas a busca incessante por mercadorias, justificamos a relação hegemônica da sociedade com os animais, como bens materiais, facilmente compráveis e até mesmo descartáveis. É nesse cenário que o *petshismo* também se fortalece.

Retornando à discussão sobre cidade média e as relações entre Dourados e sua rede urbana, é importante ponderarmos que Dourados é referência no diz respeito à prestação de serviços e aos movimentos de socorro animal. Em levantamento feito, identificamos que, em toda a rede urbana, é a única cidade que possui mais de uma Associação de socorro animal. Ressaltamos que as duas associações existentes em Dourados são procuradas por pessoas de outras cidades vizinhas. Dessa maneira, a cidade também se destaca como referência na luta pelo direito dos animais. Dourados conta, então, com as seguintes associações de socorro animal: Associação Amiga dos Animais (AAMA), desde 2017; e Refúgio dos Bichos, desde 2013. Conta, também, com outros grupos de socorristas; no entanto, focaremos nossa abordagem sobre as duas principais associações, por entendermos que suas ações têm dinâmica mais complexa.

É nesse cenário de cidade média, com diversidade de serviços prestados, inclusive para o mercado *pet*, mas com a ausência de estratégias voltadas à saúde animal, que surgem condicionantes para o movimento das entidades de socorro animal.

Nesse sentido, além do surgimento das associações de socorro animal, foram desenvolvidas ações para criação, por exemplo, do conselho de defesa animal, conquistado por meio de lutas no cenário político; a posse ocorreu no dia 10 de agosto de 2020, tendo como membros, participantes dos movimentos de socorro animal da cidade. (PREFEITURA DE DOURADOS, 2020). Nessa perspectiva, as associações lutam pelo direito de reconhecimento como organização, manifestando-se politicamente, tendo como um dos resultados o surgimento do conselho de defesa animal de Dourados.

A luta pelo acesso à justiça é notada a partir do momento em que cidadãos do município denunciam casos de maus tratos e de abandono, que têm como canal de denúncias o CCZ. Portanto, a luta pelo direito dos animais apresenta-se como um processo inacabado, que pode caminhar para diversas possibilidades, fazer surgir associações de socorro animal, e desencadear novas incumbências de setores voltados quase que, exclusivamente, para a saúde pública humana: o CCZ.

Os desafios do pesquisador e os caminhos percorridos

Para o desenvolvimento dessa reflexão, adotamos como procedimento metodológico inicial o levantamento bibliográfico acerca da temática, buscando estabelecer arcabouço que pudesse subsidiar nosso estudo. Assim, baseamo-nos em autores da Geografia e de outras áreas, como Santos (2002), Ferreira (2000), Cardoso (2016), Massey (2000), Queiroz (2018), Sposito (2014), Abreu (1998), Carlos (2007), Lefebvre (2006), Souza (2020), Silva (2010), Souza (2009), Damatta (1997), Gonçalves (2010), Musculini (2012), Oliva (1997), Lúndon (2006), Andreta (2012), Alves (2013), Barboni e Modolo (2011), Brito (2016), Ataíde Junior (2018), Lima e Grisotti (2018), Medeiros (2016), Melo e Rodrigues (2019), Meneses e Silva (2016), Felipe (2020), Napoli (2013), Ramos (2009), Singer (2013), Vasconcellos (2012), dentre outros.

O trabalho empírico, por sua vez, foi fundamental; nesse sentido, foram realizadas entrevistas com integrantes das associações, com moradores de alguns bairros, com a coordenadora e com o veterinário do CCZ. Válido destacarmos que, diante de um cenário de pandemia, com restrições de circulação, realizamos a maioria das entrevistas de maneira *on-line*, utilizando principalmente os aplicativos do *Whats app*, *google meet*, *facebook* e *instagram*. Nas entrevistas feitas presencialmente, aproveitamos para realizar registros fotográficos. Buscamos, também, por meio de sites de notícias, revistas *on-line* e outros suportes, subsídios para nossas reflexões, inclui-se aí o site do DATASUS, canal pelo qual levantamos dados a respeito das zoonoses. Além disso, encontros entre o pesquisador e a orientadora, e participação de grupos de estudos também foram importantes para as discussões que propomos neste trabalho.

Nos parágrafos que seguem, peço licença para escrever na primeira pessoa do singular, já que os caminhos percorridos nesta pesquisa se entrecruzam, até certo ponto, com minhas próprias subjetividades. Inicialmente, convém destacar que ingressei no mestrado, no ano de

2019, com proposta temática um pouco diferente da que abordo aqui. A ideia inicial era falar sobre veganismo, já que meu trabalho de conclusão de curso de Geografia versou sobre esse tema. No entanto, depois de muitas reflexões e conversas com minha orientadora, tomei a decisão de direcionar a pesquisa para o tema abandono de animais (cães e gatos) na cidade de Dourados-MS.

Tendo isso em mente, o desafio foi relacionar o abandono de animais com os conceitos geográficos. Surgiu, então, a ideia de estudar as associações de socorro animal das quais me tornei associado, passando a acompanhar o trabalho mais de perto. Ao acompanhar as ações das associações, aos poucos fui notando constante relação de ambiguidade entre esses grupos e o CCZ (Centro de Controle de Zoonoses). A partir disso, conversando com minha orientadora, decidimos que deveríamos inserir o papel da saúde pública em nossas reflexões. Assim, meu trabalho foi aos poucos construído, até ganhar as configurações atuais. Todo o processo serviu para me mostrar que a pesquisa não nasce de uma hora para a outra e que, por vezes, pode revelar um caminho difícil até se chegar ao objeto de estudos.

Embora tenha mudado o tema, busquei, na medida do possível, deixar minhas críticas e marcas impressas durante todo o trabalho. Isso porque, como um vegetariano estrito, que vive na fronteira entre vegetarianismo e veganismo, não poderia deixar de falar sobre as relações de especismo, nas quais os corpos dos animais são subjugados mediante o especismo que nos coloca como a espécie superior do planeta. Além do mais, essa relação também revela contradições: enquanto o CCZ e as associações vivem embate que envolve cães e gatos, animais como porcos, vacas, aves possuem suas existências inviabilizadas por um sistema que não nos permite enxergar suas dores e sofrimentos. Sabendo disso, seria impossível não apontar essas questões ao longo de meu trabalho.

Vale dizer que uma de minhas leituras, durante o processo de pesquisa, mostrou-me o quanto minha forma de pesquisar se aproxima dos ideais de uma Geografia feminista. Silva, Ornat e Chimin (2017), por exemplo, sinalizam que os desafios de uma pesquisa feminista consistem em que o pesquisador ou a pesquisadora reflitam sobre como sua posição, suas escolhas políticas afetam sua metodologia. Com base nisso, percebi que meu olhar, voltado para a “libertação animal”, me colocou diante de reflexões em que as contradições especistas se tornaram evidentes, causando-me ainda mais inquietações e inspirando-me a fazer perguntas específicas às minhas entrevistadas. Nesse sentido, busquei compreender limites e fronteiras de minha pesquisa, o que me fez perceber que discursos que culpam os moradores da periferia e os indígenas pela situação de abandono de muitos animais não poderiam, jamais, ser

reproduzidos por mim, sem que, antes, eu pudesse investigar esses grupos. Por isso, limitei-me ao trazer essas abordagens, acreditando que, para tanto, precisaria de mais tempo de pesquisa para não cair no erro de abordar tais grupos de forma a reforçar os discursos hegemônicos.

Outro ponto importante, que me trouxe até aqui, é o relativo à minha criação. Filho de pai ausente, fui criado por uma mãe solteira e uma avó, numa relação repleta de amor e carinho. As duas nunca me deixaram faltar nada; e o afeto que possuo pelos animais e que me direcionou para esta pesquisa tem forte conexão com essa relação. Minha avó sempre resgatou gatos em situação de rua e costumava dar a eles os mesmos nomes: Brizola e Lula. Dona Conceição plantou uma sementinha que, anos mais tarde, fez germinar a empatia que possuo por esses seres. É válido apontar que a pesquisa não é e nunca foi neutra, e, nessa perspectiva, este trabalho se entrecruza com minha história de vida.

Feitas essas considerações, ressalto que tomei como procedimentos metodológicos para o trabalho, conforme mencionado, levantamentos bibliográficos de obras da Geografia e de outras áreas do conhecimento. Diante do cenário de pandemia vividos nos dois últimos anos, fui compelido, pelos protocolos de biossegurança, a ficar em casa. Oito meses se passaram, sem que eu saísse de casa, a não ser nos casos de extrema necessidade. Durante esse tempo, além das leituras, realizei entrevistas concedidas por meio do *whats app*, *instagram*, *facebook*, e *google meet*. Em outro momento, realizei entrevistas de modo presencial.

A caracterização dos entrevistados⁶ e a forma de entrevista podem ser observadas no Quadro 01.

Quadro 01 – Dourados-MS. Caracterização dos entrevistados

Nome	Condição	Forma de Entrevista
Rosilene	Supervisora do CCZ	On-line e Presencial
Marcelo	Veterinário do CCZ	On-line
Dandara	Presidente da AAMA	On-line
Ednalva	Advogada da AAMA	On-line
Eliane	Adotante/voluntária AAMA	Presencial
Marinalva	Adotante	On-line
Laura	Presidente da Refúgio dos Bichos	On-line e Presencial
Dona Cida	Moradora do Jardim Santo André	Presencial

⁶ Visando resguardar a identidade das pessoas entrevistadas, utilizamos nomes fictícios.

Amanda	Moradora do Jardim Santo André	Presencial
Ariana	Veterinária	Presencial
Talita	Moradora do Jardim Água Boa	Presencial
Aline	Voluntária da Refúgio dos Bichos	Presencial

Org.: Matos, J. (2021)

Quanto às entrevistas *on-line*, orientaram-me para outros caminhos que me levaram aos resultados obtidos. Assim sendo, iniciei as conversas com Rosilene, supervisora do CCZ, que apresentou o contexto histórico de surgimento do órgão, as ações voltadas à saúde pública e a inserção do debate em torno do direito dos animais em suas funções. Também entrevistei o veterinário do local, Marcelo, que forneceu importantes informações para o trabalho, como as relativas às principais zoonoses que causam preocupação no país e no município.

Posteriormente, travei diálogos com mulheres envolvidas nas associações de socorro animal. Conversei com Dandara, presidente da AAMA, com Edinalva, advogada da AAMA, e com Laura, presidente da Refúgio dos Bichos. Todas retrataram suas experiências e vivências, marcadas pela perspectiva do voluntariado e do socorro animal. O conteúdo dos diálogos utilizei para fazer contraponto com o diálogo efetuado com a supervisora e com o veterinário do CCZ.

Conversei, também, com outras duas mulheres que adotaram animais da Refúgio dos Bichos e da AAMA. Elas fizeram relatos sobre o processo de adoção no qual se envolveram, demonstrando relações de subjetividades que me tocaram como pessoa. Eliane é uma dessas adotantes que, além de ter adotado um dos animais da AAMA, é também importante voluntária da Associação que, alguns meses depois, tive a oportunidade de conhecer, presencialmente, durante o trabalho de campo feito no centro de tratamento da AAMA. A outra adotante é a Marinalva; adotou Vitório, um dos resgates mais difíceis da Refúgio dos Bichos.

Conversei, ainda, com duas moradoras do Bairro Santo André – Dona Cida e Amanda – que me contaram suas experiências com os animais e as relações com o CCZ, por meio da vacinação antirrábica.

Desse modo, pude refletir sobre estratégias voltadas à saúde pública no controle das zoonoses e sobre seus impactos na escala entre tutor e animal. Também conversei com uma moradora do Jardim Água Boa, Talita, que deu depoimento sobre a dolorosa despedida de seu cão, Bento, vítima da leishmaniose. Outra pessoa com quem conversei foi com a veterinária

Ariana, a qual apontou para o tratamento da leishmaniose como alternativa à eutanásia, opção acessível apenas àqueles que podem pagar.

Com a flexibilização dos protocolos de biossegurança, pude, enfim, sair de casa e realizar o trabalho de campo, que me permitiu conhecer os centros de tratamentos das associações e visitar o CCZ. Com isso, fui recebido no CT da AAMA pela voluntária Eliane, e no CT da Refúgio dos Bichos, pela voluntária Aline. As duas apresentaram o local e contaram suas histórias, que misturam suas relações pessoais de socorro animal com a construção desses coletivos. Também fiz visita ao CCZ, no qual pude conversar pessoalmente com Rosilene, numa tarde de sexta-feira, em que ela relatou as dificuldades do órgão no processo relacionado aos direitos dos animais, assim como sanou minhas dúvidas. Válido dizer que essas pessoas foram extremamente atenciosas e hospitaleiras.

Outro aspecto importante no desenvolvimento da pesquisa foi o levantamento feito no site do DATASUS – realizado nos meses em que fiquei em casa. Por meio das informações coletadas, pude construir os gráficos a respeito das zoonoses e das vítimas humanas, relacionando as diferentes escalas.

Convém ponderar o papel de minhas inquietações no constructo deste trabalho e no seu procedimento metodológico, condição que me acompanha desde os primeiros semestres da faculdade, no curso de Geografia. Por exemplo, a indagação sobre o quanto os animais não humanos são excluídos da análise geográfica. Nesse sentido, é válido dizer que, além de me sentir incomodado com essa situação, também fui criticado por colegas por acreditarem que havia temas mais importantes e necessários do que esse. Quanto a isso, chamo a atenção para a seguinte passagem, que aponta, mais uma vez, a geografia feminista com a qual possuo profundas identificações.

A abordagem feminista precisa duvidar das bases epistemológicas que criam e sustentam a invisibilidade e recriar conceitos e métodos que possibilitem a análise geográfica desses grupos e não apenas aceitar sua ausência na geografia porque não são considerados seres geográficos (SILVA, ORNAT, CHIMIN, 2017. p. 14)

É nessa perspectiva que procurei construir um caminho que me permitisse analisar esses seres, utilizando as metodologias possíveis no momento e falando de um lugar de quem possui uma história de busca por amor e respeito às outras espécies. Ainda nesse sentido, recorrendo às influências de uma ciência feminista, Silva, Ornat e Chimin (2017. p. 14) contribuem, mais uma vez, quando apontam o seguinte:

É preciso desconfiar que um campo científico seja de tal forma por causa de uma essência qualquer, mas entender que foi assim constituído porque é fruto de forças e privilégios que são mascarados por conceitos e métodos aparentemente neutros, objetivos e imparciais. Uma geografia feminista questiona conceitos e métodos que podem mascarar diferenças, desigualdades e dominações, e luta contra as universalizações.

Por esse ângulo, Silva (2010), ao analisar a vida das prostitutas brasileiras em Madrid, na Espanha, faz reflexões apontando posicionamento de desconfiança em relação à velha Geografia eurocêntrica, branca e heteronormativa. A pesquisadora discute o processo de sua pesquisa por outros olhares, sob os quais revela sua posição e seus momentos de desestabilidade, em que é importunada por um homem por ser confundida com uma prostituta.

Finalizando esta seção, uma última consideração: a de que fui aluno bolsista durante o período da pandemia e somente por isso pude realizar a pesquisa; tal como Santos (2005) retrata, a combinação entre condicionantes e variantes determinam os processos e, nessa perspectiva, pude manter minha saúde mental preservada em meio a tempos difíceis, conseguindo ter inspiração para prosseguir, o que foi imprescindível para minhas reflexões, como também essencial para a construção dessa metodologia de pesquisa.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS E CATEGORIAS IMPORTANTES PARA A ANÁLISE

Ao iniciarmos a pesquisa, avaliamos ser importante justificar as categorias de análise trabalhadas para a compreensão de nosso objeto, bem como dialogar com autores que abordam esses referenciais. Para tal, esforçamo-nos na compreensão do conceito de lugar, levando em conta pressupostos que se entrelaçam e que são imprescindíveis para a pesquisa, tais como: escala; localidade; rua; cotidiano; corporeidade e o espaço.

Convém ressaltarmos que nossa visão se dá pela perspectiva humanística da Geografia. Durante muitos anos o conceito de lugar foi engavetado pelos geógrafos e, somente, com a ascensão da Geografia humana, sobretudo no final do século XX, é que esse conceito foi resgatado. No entanto, ao ser retomado para o campo dos debates, o lugar recebeu fortes influências de base filosófica como a da fenomenologia e a do existencialismo (FERREIRA, 2000).

No campo da Geografia Humanística este conceito surge no âmbito da sua consolidação no início da década de 70. Sua linha de pensamento caracteriza-se principalmente pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente. Para tanto houve um apelo às filosofias do significado – fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica – que em essência encontram na subjetividade humana as interpretações para suas atitudes perante o mundo. (MELLO, 1990 e HOLZES, 1997 apud LEITE, 1998, p. 6)

Ferreira (2000), subsidiado nos ideais da Geografia Humana e inspirado por Tuan (1975), aponta que o lugar é munido de interesses humanos. Desse modo, levando em conta a multiplicidade dos propósitos humanos, o lugar nos é revelado como o local das relações que englobam aspectos socioemocionais, como a afetividade, conforme aponta Leite (1998). Contudo, não poderíamos deixar de observar que a essa visão do autor cabe um adendo, pois, por mais que o lugar possua característica voltada para a espécie humana, os outros animais também são envolvidos nessas relações, inclusive no que se refere ao campo emocional. Além disso, é válido relembramos Cardoso (2016) o qual aponta o lugar como um constructo entre humanos e não humanos. Ferreira (2000, p. 65) frisa o seguinte:

O conceito de lugar, considerado por muito tempo como um dos mais problemáticos da Geografia, tem se destacado, recentemente, como uma das chaves para a compreensão das tensões do mundo contemporâneo. Articulado, entre outras, as questões relativas à globalização versus individualismo, às visões de tendência marxista versus fenomenológica ou à homogeneização do ambiente versus sua capacidade de singularização, o lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores.

Diante dessa concepção de lugar como a chave para a compreensão das tensões do mundo, partimos do pressuposto de que as influências, por exemplo, da fenomenologia

possibilitaram a incorporação de análise por uma ótica que privilegia as relações humanas e suas multiplicidades em consonância com os eventos que acontecem nas mais variadas escalas espaciais e temporais. Com isso, o lugar ganha importante papel na investigação dos acontecimentos que margeiam as relações do homem com o seu entorno, incluindo as outras espécies. É nessa perspectiva que optamos por trabalhar com o lugar como conceito chave para a pesquisa. Ferreira (2000, p. 65), com base em Tuan (1983), nos fornece mais uma importante contribuição.

Os lugares, assim como os objetos, são núcleos de valor, e só podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações íntimas, próprias do residente (insider), e relações externas, próprias do turista (outsider). O lugar torna-se realidade, portanto, a partir da nossa familiaridade com o espaço, não necessitando, entretanto, de ser definido através de uma imagem precisa, limitada. Lugar se distingue, deste modo, de espaço. Este ‘transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor’ (TUAN, 1983:6) adquirindo definição e significado.

Percebemos que o lugar é o *locus* da experiência humana, orientando-nos para uma leitura da subjetividade dos indivíduos; ou seja, das relações que revelam aspectos únicos de cada ser, como paixões, medos, orientações sexuais, concepções acerca de gênero, racismo, personalidade, entre outras características dessa multidimensionalidade de subjetividades humanas.

Os indivíduos, com suas particularidades, defrontam-se com outros indivíduos, repletos de outras subjetividades, em um movimento que envolve idas e vindas. Ferreira (2000), ao falar sobre essa relação de intercâmbio, distingue os residentes (insider), aqueles que já estão localizados no lugar, dos outsiders, aqueles que chegam de fora. Posto isso, compreendemos que o lugar é recheado de trocas de experiências entre aqueles que estão e aqueles que chegam. Contudo, essas trocas nem sempre são pacíficas, pelo contrário, podem ser reveladoras de conflitos e confrontos. A história faz questão de enfatizar isso, basta olharmos para o passado e veremos, por exemplo, povos indígenas dizimados pelos europeus, africanos escravizados, disputas territoriais, e outros tantos conflitos causados nesses intercâmbios.

Nesse sentido, o lugar ganha a característica de “lugar do encontro”.

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá ao lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação de relações sociais que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. (MASSEY, 2000, p. 184)

Partindo dessa interpretação, percebemos que uma das essências do lugar é o das relações que nele existem e que são possibilitadas via encontros. Dourados, nosso local de estudo, por exemplo, está repleta desses encontros. São povos de várias regiões: indígenas, paraguaios, japoneses, árabes, venezuelanos, haitianos que, ao longo da história, se encontraram e se encontram. Tal situação gera trocas de experiências, mas também conflitos.

Outro ponto relevante para a pesquisa, e que segue a linha de pensamento de Massey, é o da relação interespecie do ser humano com os demais grupos de seres vivos. Compreendemos que essa relação também se apresenta como um encontro, no qual trocas são realizadas. Entretanto, neste caso, fica nítido o domínio de uma espécie sobre a outra. Isso se torna perceptível ao assistirmos florestas sendo queimadas, peixes morrendo sem oxigênio nos rios, espécies sendo extintas por conta de caças predatórias, cães e gatos sendo abandonados.

Ainda no que se refere ao encontro, ele também se apresenta no campo das emoções e afetividades íntimas, revelando, na perspectiva das voluntárias socorristas, por exemplo, cuidados, paixões e incansáveis lutas pela efetivação dos direitos dos animais. É válido ressaltarmos que esses animais, uma vez que recebem a energia socioemocional, por parte dos seres humanos, também são capazes de desenvolvê-la e retribuí-la, o que demonstra afetividades num movimento que podemos chamar de troca.

De acordo com Massey (2000), torna-se importante uma interpretação extrovertida do lugar. É necessário olhar para o lugar de “dentro para fora” e não o contrário.

Trata-se na verdade, de um lugar do encontro. Assim em vez de pensar os lugares com áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global com o local. (MASSEY, 2000, p. 184)

Massey (2000) também aborda uma questão da qual não podemos fugir. Trata-se da relação do global com o local; no entanto, antes de adentrarmos nessa compreensão, é necessário entendermos o que frisa a autora, ou seja, a importância de reforçarmos a ideia de lugar num sentido extrovertido. Isso porque, se voltarmos nossos olhares para o lugar sem considerar as relações exteriores, provavelmente iremos favorecer uma ideia reacionária de lugar, o que pode ser uma arma potente para grupos conservadores, como o daqueles que atacam os imigrantes nos Estados Unidos da América e também no Brasil, como também pode contribuir com uma visão marcada pela hegemonia da espécie humana sobre as demais.

Assim sendo, o conhecimento do termo especismo torna-se importante para nosso trabalho. Nesse sentido Meneses e Silva (2016, p. 219) apontam o seguinte:

Termo criado por Richard D. Ryder que, para Sônia Felipe, indica uma forma de desconsideração moral, ora praticada pelos humanos em face dos interesses dos animais, com a argumentação de que os interesses dos não-humanos não detêm o mesmo peso moral dos humanos.

Tendo isso em mente, compreendemos que as relações especistas, promovidas pelo encontro entre seres humanos e demais espécies presentes no plano do lugar, estão imbuídas de propósitos egocêntricos, que colocam a espécie humana no centro da “atmosfera” terrestre. Destarte, a ideia do olhar extrovertido, de “dentro pra fora”, conforme Massey (2000), coloca-nos diante do desafio de observar as relações de interespecie não somente pela visão humanocentrista, mas também pelo ponto de vista de que os outros animais, que também habitam o geoide terrestre, possuem elementos próprios como, por exemplo, o ímpeto pela sobrevivência. Diante disso, a fala de Queiroz (2018) torna-se necessária para entendermos essa visão especista, que impede o ser humano de ter um olhar extrovertido para os outros grupos de seres vivos.

É, por demais sedutor, o valor mercantil da alienação. Basta lembrar da cena em que o Agente Smith oferece um jantar para o Cypher, no filme *Matrix* (1999). Ele, ao saborear um succulento bife, profere as seguintes palavras: ‘a ignorância é maravilhosa! (QUEIROZ, 2018, p. 140).

Além disso, vale refletirmos sobre o fato de que um olhar de dentro para fora é necessário não só para as relações entre as distintas espécies ou grupos humanos, mas também para as relações individuais, afinal cada ser, em sua unicidade, é dotado de particularidades e subjetividades próprias; nessa perspectiva um olhar extrovertido é capaz de criar empatias e solidariedade para com a dor do outro.

Massey (2000) ainda afirma ser inviável tratarmos o lugar como algo puramente local, salvo raras exceções. Isso porque o lugar ganha característica de pontos de articulações e encontros, que, por sua vez, são atingidos por uma conexão entre o global e local. Dessa forma, torna-se imprescindível pensarmos no lugar, articulado a relações de escala, já que essas intersecções são atravessadas por diferentes movimentos que ocorrem em diferentes dimensões.

Sposito (2014, p. 130), ao discutir a produção do espaço urbano, aborda a interação entre escalas, fornecendo-nos a seguinte contribuição:

Nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional. Toda compreensão requer a articulação entre as escalas, ou seja, a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam e as dinâmicas e os processos se desenvolvem, combinando interesses e administrando conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço.

Partindo desse ponto, ponderamos que uma interpretação do lugar que leve em consideração o uso da escala é indispensável, na medida em que analisamos as situações. Basta olharmos ao nosso redor e perceberemos que o lugar está repleto de símbolos que reforçam a articulação do local com o global: a Coca-Cola de um litro e meio, encontrada em mercadinhos de esquina, o *fast food* no *shopping center*, as roupas das lojas no centro ou nos bairros com mensagens em inglês, a marca do celular, da televisão, da geladeira, as redes sociais, as relações com os animais e os acessos às informações. Tudo isso é prova de que o lugar está marcado por relações com o global. Além do mais, a economia, assim como a percepção do tempo são profundamente atravessadas pela dinâmica do modo de produção capitalista, que envolve a escala global.

Importante também considerarmos o fato de que essas dinâmicas são refletidas no campo das emoções, gerando nos indivíduos desejos que revelam comportamentos marcados por uma cultura consumista, atada à escala do global e a anseios que apontam para males como os causados pelo distanciamento social e pela incerteza do amanhã. Situação vivida, por exemplo, no momento em que esse trabalho foi elaborado, e fomentada por uma pandemia que atingiu escala global.

Assim, torna-se impossível retratar o lugar sem pensarmos em sua correlação com a escala global. No que se refere a nosso tema, percebemos que os vínculos com cachorros e gatos são repletos de afetividades, mas as estabelecidas com porcos, vacas e aves são permeadas pela invisibilidade, o que impossibilita sentimentos de empatia para com eles.

Massey (2000) chama a atenção para dois pontos que servem para entendermos melhor a articulação do global com o local. No primeiro ponto, a autora reflete sobre a união do homem com o capital e alerta que essa ligação, característica marcante do modo de produção capitalista, afeta as relações mundiais em amplas escalas. Com isso, entendemos que a percepção do lugar está diretamente relacionada a compreensão do tempo-espaço, que são hoje mediadas pelo modo de produção atual, obedecendo a seus preceitos. Ou seja, o lugar, uma vez que é atravessado pelo tempo-espaço, fica submetido aos ditames capitalistas, sofrendo alterações pautadas por essa lógica.

O segundo ponto diz respeito a outras relações que, embora atravessadas pelo modo de produção capitalista, que luta por hegemonia mundial, obedecem a dinâmicas próprias, revelando experiências humanas com base em outras influências.

Entre as muitas coisas que influenciam claramente essa experiência, há, por exemplo, a raça e o gênero. O quanto nós podemos descolar entre países, caminhar à noite pelas ruas, ou sairmos de hotéis em cidades estrangeiras não é apenas influenciado pelo “capital”. Pesquisas mostram de que modo a mobilidade das mulheres, por exemplo, sofre restrições – de inúmeras maneiras diferentes, da violência física ao fato de ser assediada, ou de simplesmente obrigada a sentir-se “fora de lugar” não pelo “capital”, mas pelos homens. (MASSEY, 2000, p.178)

Compreendemos que tais dinâmicas possuem raízes profundas no modo de produção capitalista, no entanto, a autora alerta que o capital não é a única força que exerce influência nas relações sociais.⁷

Dito isso, dando continuidade a outros conceitos e/ou categorias que se articulam com a ideia de lugar, chamamos a atenção para a localização que, nas palavras de Santos (2002), é a confluência das forças sociais em um determinado ponto do espaço. Percebemos que as forças sociais direcionadas às ações voltadas à temática de nosso trabalho encontram no local de estudo um ponto de articulação estratégico e eficaz.

Santos reforça:

Sendo assim, subentende-se que a localização é o lugar da confluência de forças sociais – forças afins ao valor diferencial do lugar – que assumem a forma de ações criadoras do acontecer presente; ações condicionadas pela estrutura de objetos existentes no lugar e, portanto, ações somente existentes de modo interdependente a estes objetos” (SANTOS, 2002, p. 115).

Nessa perspectiva, evidencia-se que a localização, como confluência de forças sociais, realizadas na dimensão do espaço e tempo, torna-se imprescindível para nossa análise, posto que ela se mostra indissociável do conceito de lugar.

Seguindo essa linha, um importante questionamento se faz necessário. Será que, de tanto sofrer influências dessa ligação com o global, os lugares se tornam homogêneos? Quanto a isso, Santos (2005, p.65) nos fornece outras contribuições:

Cada lugar atingido pelo movimento do todo social fica em condições de reagir sobre esse todo e, desse modo, obrigando-o a modificar-se, conduz também a modificações,

⁷Voltando ao olhar para nosso local de estudo, é impossível não apontarmos as relações racistas, que colocam os povos indígenas, moradores na cidade, em situação de vulnerabilidade perante o preconceito e a discriminação por parte de outros moradores.

mais ou menos grandes, mais ou menos rápidas, mais ou menos imediatas, da totalidade dos lugares.

A afirmação do autor nos oferece pistas para nosso questionamento, uma vez que os lugares não são simplesmente receptores desse movimento de trocas, encontros ou pontos do espaço em que as forças sociais se localizam. Os lugares são protagonistas e possuem a capacidade de reagir a essas dinâmicas podendo, portanto, conduzirem a novas modificações. Quanto a isso, temos um exemplo relacionado à pandemia do novo coronavírus, que se iniciou em um lugar, atingindo os demais num movimento de totalidade, fazendo com que cada lugar reagisse de determinada forma e que cada forma de reação impactasse os demais lugares num movimento geral.

Santos (2005) reforça o fato de existir, em cada lugar, diversas variantes que, juntas, determinam os acontecimentos daquele lugar específico. Dessa forma, um fenômeno, uma catástrofe, terá impactos diferentes de acordo com cada lugar, como na situação apontada.⁸

Para isso concorrerão a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste. É esse conjunto de coisas que fará com que um mesmo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares. (SANTOS, 2005, p. 54)

Diante disso, chegamos mais próximo à resposta de nosso questionamento: se todos os lugares têm combinações de variantes e particularidades próprias, que são distintas uma das outras, isso significa que, na matemática dessas combinações com as relações advindas da escala global, o resultado será diferente, por mais que haja tendência de homogeneização. Entendemos que as diferentes situações serão compreendidas pelo lugar, de acordo com sua infinidade de particularidades. É válido lembrar que o lugar é o *locus* da experiência humana, por isso o local das subjetividades inerentes ao ser. Desse modo, cada um receberá e sentirá as condicionantes universais de maneira própria. Tudo isso somado ao mosaico da coletividade do lugar.

Abreu (1998, p. 21), inspirado em (SANTOS, 1994), conclui:

Se a instantaneidade das comunicações vem permitindo a homogeneização do espaço global, se ela está contribuindo para que todos os lugares sejam hoje bastante parecidos, se ela vem fazendo com que o lugar esteja hoje em todo o lugar, como diz Santos (1994, p. 178), ela também vem dando estímulos para que cada lugar, na busca da sobrevivência e da individualidade, procure se diferenciar o mais que possível dos

⁸ O colapso no sistema de saúde de muitas cidades brasileiras durante a pandemia de COVID-19 é um claro exemplo disso.

demais. Em outras palavras, a tendência à abolição do lugar como singularidade reforça justamente a busca dessa última.

Em vista disso, entendemos que, por mais que haja um movimento que tente padronizar os lugares, estes, por sua vez, mesmo atravessados pelo encontro entre as escalas do local e o global, permanecem reforçando suas singularidades. Relembrando que os encontros geram combinações únicas, a depender do quadro de particularidades que cada lugar oferece para essas relações.

Outro apontamento sobre o lugar, que também merece nossas considerações, refere-se à visão apresentada por Cardoso (2016), que convém ser reforçada. Segundo o autor, o lugar é um constructo não só entre seres humanos, mas também entre humanos e outros animais. Cardoso (2016) considera o lugar não só no sentido material, mas também no campo do sobrenatural. Tal perspectiva faz-se presente no cotidiano das pessoas, haja vista que o ser humano, em suas subjetividades, cria e imagina lugares que fogem às leis naturais, como o lugar dos “deuses” e dos “mortos”.

Chamamos a atenção agora para outro elemento relevante para essa compreensão, a corporeidade. Carlos (2007), em seu livro “O lugar no/do mundo”, aponta para o fato de a existência humana necessitar do uso de um corpo. Isso parece ser uma constatação óbvia, porém, no campo das reflexões, nem sempre esse uso é levado em consideração. Carlos (2007, p. 18) observa o seguinte:

A nossa existência tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, para Perce é o nó vital, imediato visto, pela sociedade como fonte e suporte de toda cultura. Modos de aproximação da realidade, produto modificado pela experiência do meio, da relação com o mundo, relação múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por consequência de identificação com a projeção sobre o outro. Abre-se aqui, a perspectiva da análise do vivido através do uso, pelo corpo.

Sob essa perspectiva, compreendemos que, sem o uso dessa corporeidade, nada do que abordarmos anteriormente seria possível, já que o lugar é ponto de encontro de experiências reveladoras de afetividades e subjetividades; a existência dessas relações é indissociável ao corpo. Outros autores também contribuem com essa reflexão.

Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação. Essa categoria de corporeidade está ganhando espaço nas ciências do homem nesta fase da globalização. A geografia também começa a incorporá-la. Neil Smith (1984, ed. bras., 52 1988), ao escrever sobre o problema das escalas, considera que estas conhecem uma progressão que vai do corpo do homem ao próprio mundo, tomado como um

todo. A corporeidade do homem é um instrumento da ação. (SANTOS, 2002, p. 51-52).

Santos sinaliza para a corporeidade como o instrumento da ação, mas o que mais se destaca nessa análise é a abordagem em relação às escalas; como apontamos, o uso da escala torna-se indispensável para o debate em torno do lugar. Posto isso, reconhecendo que a escala pode variar do mundo inteiro ao corpo do próprio homem, Santos (2002.p.52) nos alerta: “Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem é limitado, nos dias atuais, e que é lento o progresso na produção de normas legais para protegê-lo.”

Santos (2002, p. 212), ao analisar a relação global e local também afirma o seguinte:

Na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender. Talvez, por isso mesmo, possamos repetir com Edgar Morin (1990, p. 44) que hoje cada um de nós é como o ponto singular de um holograma que, em certa medida, contém o todo planetário que o contém.

Compreendemos, assim, que o uso do corpo não ocorre de maneira homogênea entre os indivíduos, uma vez que está limitado às leis que regem as relações do global com o local, sobretudo, àquelas que se referem ao capital, mas também àquelas que obedecem a outras influências como raça e gênero, conforme apontado por Massey (2000), e também como o especismo. Nesse sentido, Lefebvre (2000) aponta o seguinte:

Antes de produzir (efeitos, na matéria, nos instrumentos e nos objetos), antes de se produzir (se alimentando) e de se reproduzir (pela geração de um outro corpo) cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele aí se produz e o produz. Relação notável: o corpo, com suas energias disponíveis, o corpo vivo, cria ou produz seu espaço: inversamente, as leis do espaço, isto é, da discernibilidade no espaço, são aquelas do corpo vivo e do desenvolvimento de suas energias. (LEFBVRE, 2000, p. 238)

Lefebvre é conciso e contundente ao considerar a importância da escala do corpo, não só do corpo humano, mas de todo o “corpo vivo”. Segundo o autor, o corpo é um espaço, que, por sua vez, se reproduz no espaço. Diante disso, entendemos que o corpo necessita de um espaço para se produzir, e essa produção ocorre primeiramente no plano do lugar, espaço apropriado pela vida, como Carlos (2007) aponta. Lefebvre (2000) pondera, ainda, que o corpo não só se reproduz no espaço, mas também produz o espaço. Isso fica nítido, quando observamos os resultados das lutas pelos direitos dos animais, que são articuladas por corpos em que essas subjetividades se expressam. Vale aqui lembrarmos Santos (2002), ao sinalizar para a relação de singularidade de cada corpo: reveladora de multidimensionalidades.

Outra contribuição para as reflexões é a de Souza (2020) que, em sua dissertação de mestrado, discorre sobre moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, localizado ao Sul da cidade de Dourados-MS, às margens da rodovia estadual MS-156. No trabalho, a autora expõe dificuldades dessas pessoas em ter acesso a determinados serviços da cidade, por exemplo, aos serviços públicos, que são poucos no conjunto abordado. Isso em razão de o conjunto encontrar-se distante das localidades que oferecem tais serviços, sendo necessário os moradores atravessarem uma rodovia para chegar aos referidos locais. Cabe registrarmos que grande parte dos moradores não possuem acesso a automóveis, deslocam-se utilizando bicicletas, ônibus lotados ou caminhando. Aqui é válido observarmos também que, se é por meio do corpo que o homem tem acesso ao lugar e ao mundo, esse corpo, em determinadas situações – como a de percurso de longos trajetos, que requer esforço físico sob altas temperaturas – pode ser colocado à beira do cansaço e da exaustão, além de correr perigos iminentes ao atravessar uma rodovia movimentada, como a apontada por Souza em seu trabalho.

Isso evidencia barreiras e limites físicos para os cidadãos. O mesmo não podemos dizer em relação aos indivíduos que possuem melhores condições financeiras, residem em locais privilegiados e possuem automóveis. Esses indivíduos, por essas condições terão acessos mais ampliados, podendo, assim, fazer um uso da corporeidade menos limitado.

Souza (2009, p.37), com base em Yu-Fu Tuan (1983), aborda, ainda, uma outra perspectiva da corporeidade, a do “resultado da experiência íntima do ser humano com seu corpo e junto a outros seres quando da tentativa de organizar seus lugares”. Nesse ponto, relembramos o apresentado por Massey (2000), ao retratar o lugar como ponto de encontro. Com isso, compreendemos que a corporeidade, como elemento necessário para a apropriação do lugar, também será experimentada por meio do encontro. Dessa forma, chegamos à análise de que corporeidade e lugar são indissociáveis, posto que sem um corpo no plano físico não há possibilidade de realização de ações, promovidas no lugar.

Souza (2009, p. 37) continua sua abordagem ressaltando que,

neste ponto de vista, uma dimensão espacial é nitidamente relacionada à ideia de corpo quando falamos em corporeidade. O que se estabelece aí é a noção de que, a partir do movimento, do deslocamento e das trajetórias espaciais dos corpos, são elaboradas corporeidades, como se os aspectos do corpo se intercambiassem com a extensão espacial

Nesse sentido, a autora indica uma tríade entre corporeidade-alteridade-identidade, discorrendo que essas relações, uma vez que são possibilitadas pelo uso do corpo, reforçam

hábitos, comportamentos e ritos. Com isso, entendemos que as práticas reveladoras da identidade e da alteridade de um grupo social ou de uma nação são propiciadas pelo uso do corpo em contato com outros corpos no plano do lugar, que revela conectividade com o mundo. Como exemplo temos diversos hábitos, como o de pular carnaval (uma das identidades culturais mais marcante do povo brasileiro), fazer compras nas lojas de grife na Avenida Weimar Gonçalves Torres, na cidade de Dourados, típico de consumidores de classe média. Assim, abordar o lugar sem falar de sua relação com a corporeidade se torna algo inviável.

Em relação a isso, lembramos, mais uma vez, Massey (2000), que aborda também as relações de gênero e raça como importantes para a compreensão do lugar. Portanto, não é só o capital que irá delimitar os acessos ao corpo, mas também outras relações, mulheres, por exemplo, ao vestirem certo tipo de roupas, acabam sendo alvo de práticas sexistas que as expõe à insegurança; corpos negros, por sua vez, são violentados pela polícia com mais frequência do que os brancos.

Essa relação de vulnerabilidade dos corpos também sinaliza para o especismo, visto que os corpos de algumas espécies de animais não humanos são mutilados por indústrias de cosméticos, vestuários, entretenimentos e alimentos, esta última reveladora de uma culinária em que porcos dilacerados, com maçãs na boca, são vistos como símbolos *gourmet*. Os animais, cães e gatos, retratados neste trabalho também são vulneráveis, considerando-se a condição de seus corpos: por vezes, doentes, magros, acometidos por sarnas.

ADAMS (2019) em seu famoso livro “A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana”, aponta que essa relação de insensibilidade humana para com esses corpos, também está atrelada ao sexo dos animais, haja vista que as fêmeas se tornam reprodutoras na indústria de exploração animal, num ciclo que só termina no fim de suas vidas. Convém destacar, que isso ocorre na indústria de leite com as vacas e também no ramo do *pet shopping* com gatas e cachorras de “raça”⁹ que reproduzem filhotes para serem comercializados. Nessa perspectiva, a exploração dessas fêmeas, chama a atenção do movimento feminista, que por sua vez, também luta contra a opressão, violência e exploração existente nas relações entre os gêneros humanos.

⁹ Existe alguma diferença entre um cão com “raça” e um “vira lata”? Se existe, por favor avise-nos. A princípio, todos são capazes de fazer as mesmas coisas, são fiéis, amigos, companheiros... Mas a realidade dos cães mostra que há diferença sim, enquanto uns são abandonados ou nascem nas ruas, esperando uma eternidade para encontrar um lar, outros, que tem o chamado pedigree, chegam a ter filas de espera para serem comprados. (TANABE, 2011) Disponível em: [Viés | O outro lado da rede – Cães de raça X Vira-latas \(ufrgs.br\)](#) acesso em: 26/11/2021).

Quanto à corporeidade, são importantes também as contribuições de Queiroz (2018). Na obra “Por uma geografia bailarina”, o autor desafia-nos a pensar o mundo por uma experiência corpórea. Cabe-nos, então, a constatação de que o corpo pode ser pensado, antes de tudo, a partir de uma interpretação de escalas, sendo a primeira aquela com a qual o indivíduo irá ter contato com o mundo. É válido reforçarmos que essa escala está recheada de sentidos e emoções que não podem ser ignorados.

Silva (2010), por sua vez, com base em McDowel (1999), defende a ideia de corporalidade em que o corpo está sujeito a transformações ao longo do tempo, não é algo inerte e acabado.

Nesse sentido, acreditamos que pensar a corporeidade e sua relação com o lugar é tarefa necessária para nosso trabalho, na medida em que o uso do corpo é imprescindível para a apropriação e produção do lugar.

Posto isso, passamos a abordagem em torno do conceito lugar / rua o qual também se torna importante para nossas análises. No entanto, antes de avançarmos, reforçamos que os elementos apontados para discussão só possuem sentido em nossa pesquisa, caso pensados em conjunto. Dessa forma, iniciamos a reflexão com importante contribuição de Damatta (1997, p.37) sobre a rua.

Ela transborda em algumas expressões relacionais – que exprimem a ligação dramática da casa com a rua – como ‘vá para a rua!’ ou ‘vá para o olho da rua!’ Estas expressões denotam o rompimento violento com um grupo social, com o consequente isolamento do indivíduo, agora situando-se diante do mundo ‘do olho da rua’, isto é, de um ponto de vista totalmente impessoal e desumano. Do mesmo modo, se diz ‘estou (ou fiquei) na rua da amargura’ para designar a solidão ou a ausência de solidariedade de um dado grupo social.

Damatta (1997) mostra o lado negativo da rua: o local da insegurança, do medo, do “fundo do poço”. Essa perspectiva representa a realidade de muitas pessoas, as quais se conectam com o mundo por meio de uma experiência com a rua. Desse modo, compreendemos que a rua, diante de experiências de trocas, encontros, conflitos, de uso de corporeidades e subjetividades, conforme uma relação de escala, acaba se tornando o “lugar” para muitos indivíduos; entretanto, não podemos deixar de apontar que essas vivências também são experienciadas pelos animais, afinal, uma das expressões citadas com frequência em nosso trabalho é “animais em situação de rua”.

Isso posto, chamamos a atenção para o fato de que o campo da afetividade também é preenchido por emoções como medo, ódio, raiva, dor, angústia. A ideia de ambiguidade relacionada às emoções vividas no lugar é discutida por Gonçalves (2012, p.25): “É certo pensar

que os lugares nascem do amor, pois, se realizam nos encontros e nas trocas humanas. Mas não menos correto é afirmar que eles também nascem do ódio, já que também podem ser frutos da ira e do medo.”

Tendo em vista esse lado sombrio das ruas, Damatta (1997, p. 38) analisa o lado oposto da rua, a casa.

Por tudo isso, ‘ser posto para fora de casa significa algo violento, pois, se estamos expulsos de nossas casas, estamos privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de ‘amor’, ‘carinho’ e ‘consideração’.

Nesse sentido, Gonçalves (2012, p. 28), apoiado em Bachelard (2008), complementa: “[...] a casa é o nosso canto do mundo. Ela é como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos, um cosmo em toda a acepção do termo.”

Por esse ângulo, compreendemos o porquê de a rua, para o autor, ser um local tão inóspito; se a casa representa segurança e acolhimento, a rua é exatamente seu oposto. E, se alguém habita a rua, há grandes possibilidades de ter sido expulso de algum lugar que considerava como casa. Nesse sentido, temos uma relação de violência, como coloca o autor, relação essa que irá apontar para afetividades e movimentos no plano da corporeidade.

Dessa maneira, importa considerarmos alguns pontos para não perdermos de vista o teor de nosso debate. Primeiramente, lembramos que o lugar representa uma conexão do indivíduo com o mundo. Dessa forma, a rua se apresenta para muitos como um lugar, na medida em que é o contato direto dos seres com o mundo, que revela subjetividades próprias, geradas pela afetividade do indivíduo com a rua, seja medo, receio, insegurança.

Em um segundo momento, entendemos que a rua também se torna um lugar de encontro, seja com outros iguais, que foram expulsos de suas casas, seja com a polícia, seja com grupos intolerantes, seja com a igreja. Assim, a rua pode ser considerada, por exemplo, na perspectiva dinâmica de Santos (2008), como um processo. Isso pode ser percebido nas relações humanas em que pessoas são tiradas das ruas, mas também nas relações com os “animais em situação de rua”, que são resgatados por entidades socorristas e passam a habitar lares temporários até encontrar uma família definitiva.

Um terceiro ponto relaciona-se à compreensão de que a corporeidade, elemento imprescindível para nosso debate, também se faz presente na rua, pois, sem corpo a rua não pode ser habitada. Assim, as vivências e experiências com a rua, e os encontros por ela possibilitados levam os indivíduos a rituais específicos, como dormir na calçada, por parte dos moradores de rua, e urinar para marcar territorialidade, por parte dos cães.

Em última instância, mas não menos importante, destacamos o fato de a rua poder ser compreendida também como um canal que conecta diversos lugares e promove encontros entre as diversidades. Para entendermos melhor esse ponto destacamos Musculini.

A rua é um lugar privilegiado, onde se circulam viveres, fazeres, sentidos, percepções, para a formação de identidades, tanto individuais quanto coletivas. Identidades estas que podem (e vêm sendo) projetadas num acervo de pretensões globais, onde todos, de alguma forma, tentam se inserir. (MUSCULINI, 2012, p. 39)

A autora enfatiza “[...] que as ruas deveriam ser vividas, experimentadas e conhecidas, porém, ela ainda é um objeto de estudo pouco explorado.” (MUSCULINI, 2012, p. 39).

Nessa visão, a rua pode ser a solução para muitos males que assombram nossa sociedade; contudo, salientamos que ela pode ter dois pesos, dependendo do contexto em que se encontram os indivíduos, o que revela contrapontos, como os autores nos apresentam. Um bom exemplo dessa ambiguidade da rua, no contexto de nosso trabalho, é o relativo aos cachorros. De um lado há aqueles que passeiam pela rua, presos em guias controladas por seus tutores, extasiados com tantos cheiros e cores; por outro lado há aqueles que foram abandonados, que não possuem proteção, comem restos que encontram jogados e, geralmente, são vítimas de violência, quando ousam entrar em local onde não são bem vindos, como ocorreu com determinado cachorro, ao tentar entrar numa loja do Carrefour em Osasco-SP, no ano de 2018¹⁰, causando revolta nacional.

A violência praticada contra aqueles que fazem da rua o seu lugar é sentida também por seres humanos que compartilham com os “animais em situação de rua” a atmosfera de medo e insegurança. Para ilustrar, registramos aqui o famoso caso que comoveu o país nos anos 90 – a morte do índio Galdino em Brasília-DF, morto queimado por jovens, ao dormir em um ponto de ônibus.¹¹

Mais uma visão do que pode ser a rua, apresenta-nos Musculini (2012).

Hoje, pelos novos ritmos da vida impostos às pessoas, as ruas têm sido apenas visualizadas como passagem. Percebemos que a rua é muito mais dos carros e da velocidade do que das pessoas. Dessa forma, presos a várias situações que nos fazem apenas repetir mecanicamente nossos dias e usos das/nas ruas, elas acabam reduzindo-se à função da passagem, de ligação entre os lugares desta forma organizada para o consumo do lugar. Ela é apenas transição obrigatória entre o trabalho forçado, os

¹⁰ Cachorro de rua morre após ser agredido por segurança de supermercado, diz ong. Disponível em: [Cachorro morre após ser agredido por funcionário do supermercado, diz Ong | Tribuna do Paraná \(uol.com.br\)](http://tribuna.com.br/parana/2018/04/20/cachorro-morre-apos-ser-agredido-por-funcionario-do-supermercado-diz-ong/)

¹¹ Indígena foi queimado vivo em 20 de abril de 1997, por cinco jovens do plano piloto; ele visitava Brasília pela segunda vez. Disponível em: [Morte do índio Galdino, em Brasília, completa 21 anos hoje \(correiobrasiliense.com.br\)](http://correio.brasiliense.com.br/2018/04/20/morte-do-indio-galdino-em-brasilia-completa-21-anos-hoje/)

lazer programados e a habitação como lugar de consumo. (CARLOS apud MUSCULINI, 2012, p 41).

Sob esse ponto de vista, a rua é reduzida a mera passagem, fundamentada em uma percepção de tempo-espaço imposta pelo capital; percepção na qual as pessoas passam pela rua às pressas, porque estão atrasadas seja para o trabalho, seja para a aula, para algum evento ou lazer.

Nesse sentido, o ser humano não tem tempo para parar, oferecer ajuda a quem experiencia a rua de outra maneira, resgatar um animal atropelado, bater um papo com alguém... Ou seja, a rua perde o sentido de encontro, que é uma das características mais marcantes do lugar. Nessa perspectiva, vale chamarmos a atenção para a relação do capital entre as distintas escalas, essa relação é responsável pela transformação da rua em local apenas de passagem ou de conexão entre os lugares para o consumo do lugar, conforme a Musculini (2012) aborda.

Outro ponto a ser avaliado é o cotidiano, que se soma a todos os outros elementos, os quais juntos são percebidos no plano do lugar. Santos (2002), por exemplo, ressalta a importância de considerarmos o cotidiano como alternativa para compreendermos e ressignificarmos o lugar no mundo atual.

Nesse sentido, Lín don (2006, p. 389-390), com base em Castro (2004, justifica a importância da incorporação do cotidiano nas análises geográficas, discorrendo o seguinte:

La incorporacion de la vida cotidiana como categoria de análisis en las ciencias sociales es particularmente necesaria: su abordaje posibilita acceder al conocimiento de los microespacios sociales y de las redes de relaciones que en ellos se desarrollan. Se define a la vida cotidiana como un espacio de construcción y entrecruzamiento donde las circunstancias políticas, culturales, históricas, económicas y personales, posibilitan que el hombre construya su subjetividad y su identidad social». Estos planteamientos son frecuentes, y representan un avance en las ciencias sociales par incorporar la vida cotidiana como categoria de análisis.

Oliva (1997), por sua vez, apresenta o surgimento da cotidianidade como resposta a uma imbricação entre o movimento da reprodução simbólica da produção e reprodução de bens. Isso significa que, para além de uma dimensão que funciona por meio das engrenagens do capitalismo, há uma outra que se apresenta como uma realidade paralela, repleta de simbolismos que evidenciam práticas e vivências em outras instâncias. O autor aponta o seguinte:

Na sociedade moderna a reprodução simbólica da sociedade teria se afastado da produção e reprodução de bens e serviços. Nas sociedades primitivas e antigas ('tradicionais') estas duas instâncias estavam imbricadas. Na sociedade moderna a

reprodução simbólica é o local da ação comunicativa, enquanto que a produção e reprodução de bens e serviços é a instância de predomínio da ação estratégica (trabalho capturado pela razão instrumental). Essas duas esferas se opõem. Por isso, surge o cotidiano. (OLIVA, 1997, p. 14)

Com isso buscamos entender como o cotidiano se insere em nosso contexto de pesquisa; e um dos pontos que se destacam nessa reflexão é o fato de que as situações que não encontram respostas na dimensão do capital, encontram-nas na dimensão do cotidiano. Isso porque o cotidiano, repleto de riquezas simbólicas, possui características fundamentadas na criatividade e em -outros comportamentos socioafetivos do ser humano, revelados na escala do corpo e por meio de encontros realizados no lugar. No entanto, Oliva nos alerta:

Entretanto, essa separação entre o mundo vivido e o mundo do trabalho capturado não isolou estas duas esferas da vida moderna. Há uma colonização da ação comunicativa (que seria uma racionalidade) por outras formas de racionalidade subordinadas ao mundo da produção e reprodução dos bens econômicos. E no que resulta desta invasão residiria todo o problema da cultura moderna. (OLIVA, 1997, p.14.)

Logo, compreendemos que, embora o cotidiano revele uma esfera da vida repleta de mecanismos e dinâmicas que fogem às respostas do capital, isso não o torna isento de influências capitalistas. Importa ressaltarmos que não há só o capitalismo como forma de organização social, contudo, sua força o torna um grande opressor, por exemplo, das racionalidades vivenciadas na dimensão do cotidiano. Racionalidades, recheadas de encontros, que se realizam no lugar – uma casa, uma rua, uma cidade –, repleto de corporeidades que apresentam as mesmas interações na escala do corpo. Tudo isso, influenciado por uma dinâmica entre global e local, a qual é reveladora dessas racionalidades alternativas.

Cumpramos acrescentarmos que Oliva (1997) aborda o papel da verdade nessas relações, papel esse que se torna de grande valia para as reflexões em torno de nosso trabalho, haja vista que a verdade pode ser múltipla, a depender das distintas realidades. A relevância dessa abordagem está no fato de que o lugar, em suas amplas escalas, está repleto de perspectivas e realidades distintas; entretanto, essa diversidade nem sempre é compreendida e torna-se alvo de críticas severas, sobretudo, mediante um olhar voltado à racionalidade do capital. Assim, o cotidiano revela conflitos e contradições entre as distintas racionalidades, demonstrando que as práticas que lutam por hegemonia se deparam com racionalidades resistentes nessa multidimensionalidade.

Líndon (2006), por seu turno, indica o cotidiano como uma das janelas que servem para observar e compreender as relações de subjetividades, que têm sido cada vez mais relevantes para os estudos geográficos. A autora também chama a atenção para o fato de que o cotidiano

nos aponta para relações simples, como o dia a dia das pessoas, seus costumes e hábitos, suas rotinas. Nesse sentido, entendendo o cotidiano como a dimensão das relações que apontam alternativas, inclusive para o capital, as quais revelam subjetividades e intimidades de cada ser, compreendemos que a cotidianidade está atrelada à ideia do lugar; afinal, é no lugar que cada indivíduo terá contato com as dimensões do capital e do cotidiano.

Dessa forma, seguindo essa linha, Oliva (1997, p.18), com base em Santos (2002), complementa:

Tendo como parâmetro teórico a ideia de prático-inerte de Sartre, entendida como cristalizações corporificadas em formas sociais - e dentre estas, as geográficas são as mais acabadas e incisivas, busca este autor identificar nas relações lugar e cotidiano a base do entendimento do lugar como um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições e racionalidades, onde cooperação e conflito são a base da vida comum.

Por conseguinte, Carlos (2007, p.15) ressalta o que estamos tentando compreender – a ligação do cotidiano com o lugar.

Por sua vez a globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar que se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no lugar, redefine seu conteúdo, sem, todavia, anularem-se as particularidades.

O lugar é o plano onde o cotidiano, a dimensão das vivências que extrapolam a racionalidade do capital urge; essa urgência, por sua vez, ocorre em meio à articulação entre escalas, que colocam o global e o local em constante atrito, realizando, dessa forma, o mundial no local. Contudo, isso não anula, conforme Santos (2008) apresenta em seus estudos, as particularidades inerentes ao lugar.

Gonçalves (2012) também contribui nesse sentido, ao reforçar o lugar como criação do homem, nascida na dimensão do cotidiano.

Alegoricamente ou não, os lugares são sempre criações do homem. Eles nascem das práticas cotidianas e resistem como partes da vida das pessoas envolvidas. Comporta o material concreto, mas não existe sem a abstração das experiências humanas, estas abastecem os lugares como as águas que enchem um oceano ou como as areias que formam o deserto. (GONÇALVES, 2012, p. 39).

Assim, percebemos que o lugar não é só marcado por encontros que obedecem a influências do capital, mas também por condicionantes de uma dimensão que foge a esses parâmetros e apontam para as relações mais simples e subjetivas do ser humano. Dito isso, é

válido chamar a atenção para o fato de que, embora Gonçalves aponte o lugar como criação humana, isso não anula a participação e o envolvimento de outras espécies nesse constructo, como o mencionado por Cardoso (2016).

É nessa perspectiva que o plano do lugar ganha escopo para nosso trabalho, é nesse contexto que o indivíduo, por meio de sua corporeidade – reveladora de hábitos culturais e também de limitações condicionadas por uma racionalidade do capital –, encontra-se com outros indivíduos, o que dá ao lugar o sentido de “lugar do encontro”, conforme Massey (2000) nos apresenta.

Em vista disso, entendemos que o lugar é o plano onde o ser humano em suas infinitas subjetividades, repletas de emoções, símbolos, racionalidades, resistências, sofrimentos, histórias e resiliências entra em contato com o mundo. Este lugar pode ser uma casa, uma rua, um bairro, uma cidade ou um país, isso a depender da escala a ser analisada; contudo, essa escala não anula as experiências de cada indivíduo com o global e está repleta de particularidades próprias. Dessa maneira, assim como o lugar é único, devido a suas combinações, o indivíduo também o é.

Além disso, importa compreendermos ser necessário defendermos a ideia de lugar que leva em conta o dentro e o fora. Como Massey (2000) nos alerta, não podemos cair no erro de tratar o lugar como algo fechado e nos equivocarmos com visões reacionárias, até porque o lugar revela uma gama de multiplicidades que não podem ser analisadas apenas de dentro, assim como o corpo não pode, pois, ele age de acordo com a relação entre o dentro e o fora. O lugar, então, não pode ser visto como algo inerte e acabado, conforme Massey (2000, p. 184) argumenta.

Esses argumentos ressaltam muitas das maneiras como um conceito progressista de lugar pode desenvolver-se. Em primeiro lugar ele é absolutamente não estático. Se os lugares podem ser conceituados em termos das relações sociais que agrupam, então essas relações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos. Há tempos os marxistas encerram a conversa dizendo: “Ah, mas o capital não é uma coisa, é um processo”. Talvez, isso se deva dizer também dos lugares: que eles também são processos.

Subsidiados nas palavras da autora, entendemos a natureza do lugar como um processo e, sabendo da importância de sua compreensão e análise para a Geografia, damos ênfase ao constatado por Santos.

O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e

deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de autonomia, a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da história, e aponta-lo é a grande tarefa dos geógrafos nesse fim de século. (SANTOS, 2005, p.163)

Por fim, torna-se necessário trazermos para nossas reflexões um diálogo que também privilegia a ideia de espaço geográfico; afinal, os conceitos relatados estão marcados por uma concepção de espaço que se torna indispensável a qualquer estudo no âmbito da Geografia. Isso porque, como Santos (2002) menciona, o espaço geográfico é todo espaço transformado pela ação do ser humano.

Ainda, de acordo com Santos (2002), o conceito de espaço ganhou força a partir do momento em que as técnicas começaram a migrar de um canto a outro do mundo, o que fez com que tal conceito se tornasse mais coerente para se compreender a sociedade em constante metamorfose. Importante mencionarmos que estamos nos referindo à época atual, em que as técnicas são difundidas pelo mundo num movimento desigual e combinado, conforme Santos (2002).

A proximidade com essa concepção de espaço nos revela que a sociedade humana, em geral, compartilha diferentes técnicas. Entretanto, conforme cita Santos, essas técnicas não são difundidas de maneira igual; elas são distribuídas por meio de um movimento desigual e combinado, que está intrinsecamente envolvido às intencionalidades humanas, ou seja, cada local irá desempenhar técnicas de acordo com interesses de alguns. A técnica torna-se, então, o meio pelo qual a humanidade transforma a natureza ao seu redor, o que resulta, por exemplo, na construção de rodovias, na fabricação de carros, na utilização da tecnologia, de uma forma geral, e as relações nisso envolvidas.

Nessa perspectiva, o lugar está permeado por diferentes técnicas que obedecem a dinâmicas envolvidas com interesses globais. Desse modo, o lugar e todos os elementos que o atravessam estão indiscutivelmente inseridos na concepção de espaço.

Dito isso, Santos aponta:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2002, p. 39)

Contraditoriamente, Santos (2002, p. 39) ressalta: “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.”

Continuando o raciocínio sobre o espaço, Santos (2002), inspirado em Whitehead (1938), sinaliza para a existência de necessidades humanas, naturais e criadas, que, por sua vez, desencadeiam ações e funções. O autor afirma que essas ações e funções são realizadas dentro do espaço; por isso, sem o espaço é impossível pensarmos nessas relações complexas, que envolvem necessidades, criações, ações e funções.

Some-se a isso a concepção de lugar, como um conceito criado para compreender os propósitos humanos, o que pressupõe o uso de técnicas e revela articulações entre distintas escalas, que apontam para propósitos humanos no movimento de transformação do mundo.

Verificamos que, tal como o lugar, o espaço também é repleto de complexidades que se revelam a partir de uma combinação de diversos fatores, como ação e objetos. Santos (2002). Contudo, não é nossa pretensão esmiuçar o conceito de espaço ou apresentar resenhas das obras de Santos que retratem essa perspectiva, apesar de entendemos que ela também se torna importante para nosso estudo, haja vista que pode nos revelar movimentos que ocorrem em todo o globo numa relação entre ações e objetos, que, por sua vez, são percebidos e vividos no plano do lugar.

Ademais, os conceitos abordados nesses pressupostos, como a rua, o cotidiano, a escala, a localidade e a corporeidade são possíveis com base na produção humana, que transforma e recria a natureza, revelando-nos a verdadeira natureza do espaço geográfico, sentida e percebida no plano do lugar, sem com isso anular as multidimensionalidades subjetivas de cada ser.

CAPÍTULO 2

O CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE E SEUS PAPÉIS EM DOURADOS-MS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE PÚBLICA E O DIREITO DOS ANIMAIS

Inicialmente, convém assinalarmos que o principal papel do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) é o da promoção da saúde pública por meio do combate às doenças zoonóticas, que são transmitidas de seres não humanos para humanos. Somente com o decorrer da evolução do debate em torno do direito dos animais é que outros papéis, como o da fiscalização de denúncias e o de campanhas voltadas ao bem estar animal, foram incorporados ao rol de funções das unidades de controle de zoonoses.

O Ministério da Saúde (2016) nos revela o seguinte:

Assim, toda ação, atividade e estratégia de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, desenvolvidas e executadas pela área de vigilância de zoonoses, devem ser precedidas por levantamento do contexto de impacto na saúde pública, por meio de avaliação da magnitude, da transcendência, do potencial de disseminação, da gravidade, da severidade e da vulnerabilidade referentes ao processo epidemiológico de instalação, transmissão e manutenção de zoonoses, considerando a população exposta, a espécie animal envolvida, a área afetada (alvo), em tempo determinado.(MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 08)

Desta maneira, a partir da preocupação com a saúde pública, é que o Ministério da Saúde do Brasil cria o CCZ como estratégia para combater as zoonoses.

Destacamos que a ideia de saúde pública surge como uma preocupação da comunidade, a partir do momento em que se organiza em sociedade.

O conceito de saúde pública, segundo George Rosen (1994), diz respeito à consciência desenvolvida, por parte da comunidade, da importância de seu papel na promoção da saúde, prevenção e tratamento da doença. Essa aquisição de consciência tem início a partir da necessidade de enfrentar problemas de saúde oriundos da condição humana. A partir da natureza da vida em comunidade (Berridge, 2000) são derivados os problemas de saúde, e sua inter-relação originou a saúde pública, tal como conhecida na atualidade. Mas a saúde pública está sob ameaça e necessita ser fortalecida de forma que esteja no centro do empenho humano em nível local, nacional e mundial. (RABELLO, 2010, p. 65)

Desse modo, compreendemos que a saúde pública é de interesse de todos, portanto, uma preocupação coletiva que envolve não só o aparelho do Estado, mas também a população.

Quanto à questão das relações entre as escalas, importa chamarmos a atenção no sentido de que a saúde pública, nos últimos anos, se tornou interesse global, articulando-se a outras escalas. Para Guimarães (2015. p. 90):

A rede de serviços de saúde agrega e sintetiza múltiplas escalas. Ela contribui para a produção da escala do urbano e também está envolvida na produção da escala do corpo, da nação, do espaço mundial, dentre outras que tornam a política pública cada vez mais disputada por diversos agentes sociais.

Por esse ângulo, consideramos que a saúde pública tem se tornado uma preocupação mundial, na medida em que suas articulações atingem também as escalas do corpo e da dimensão cotidiana. Aliás, são os corpos que serão profundamente marcados por essa dinâmica. Serão atravessados por essas relações de forma desigual, isso a depender da classe social, gênero, raça, nacionalidade e, também, espécie. Guimarães (2015, p. 90), com base em Smith (2000), afirma: “se o corpo é a escala da identidade, a saúde é o campo propício para sua delimitação”.

Acrescentamos que a saúde pública é um direito garantido pela Constituição Federal do Brasil e o Estado tem o dever de garantir esse acesso a todos, conforme afirma Símon (2015, p. 4):

Pode-se afirmar, assim, que a Constituição de 1988 foi um marco na história da saúde pública brasileira ao definir, como já mencionado, a saúde como “direito de todos e dever do Estado”. A implantação do SUS foi realizada de forma gradual: primeiro veio o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), com a universalização do atendimento; depois a incorporação do Inamps ao Ministério da Saúde, com o Decreto n. 99.060/1990 e, por fim, a Lei Orgânica da Saúde, n. 8.080/1990, que fundou e operacionalizou o SUS, dispondo sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e outras providências. No seu artigo 2º, ratifica a saúde como um direito fundamental do ser humano e a incumbência do Estado de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

O Ministério da Saúde pontua:

A Constituição brasileira de 1988 diz que a Saúde é direito de todos e dever do Estado. Isso deve ser garantido por políticas sociais e econômicas, reduzindo o risco de doença e promovendo acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. A saúde deve ser compreendida como qualidade de vida e não apenas como ausência de doenças. A gestão das ações e dos serviços deve ser participativa e municipalizada. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 05)

No que diz respeito, ainda, às escalas, Finkelman (2002) também aponta em seus estudos que a saúde pública no Brasil foi construída em consonância e interação com outras escalas, tendo como aliada a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que, por sua vez, está atrelada à Organização Mundial de Saúde (OMS). Além dessa relação entre escalas, o autor indica a presença da ciência na construção dos saberes necessários para a promoção da saúde pública.

Guimarães (2015) apresenta, por seu turno, um histórico sobre a construção dos ideários de saúde pública universal, relevando o seguinte:

Por sua vez, com a interdependência econômica e política entre as nações cada vez maior e mais complexa, os problemas de saúde de um país passaram a representar perigo para muitos outros. Foi dessa preocupação que nasceu a cooperação sanitária mundial, com a criação, em 1907, na cidade de Roma, do Escritório Internacional de Higiene Pública (Office Internazionale d'Hygiene Publique), embrião da Organização de Saúde da Liga das Nações, criada em 1923. Seu papel era reunir informações a respeito do cólera, da varíola, do tifo e da febre amarela. (GUIMARÃES, 2015. p. 92)

O autor continua sua explanação pelo viés histórico, até chegar ao surgimento da Organização Mundial da Saúde, em 1946, no pós-Segunda Guerra Mundial.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi criada em 1946, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, como organismo da Organização das Nações Unidas (ONU). Desde então, ela tem assumido o papel de coordenação mundial das ações de saneamento ambiental (abastecimento de água, rede de esgoto e controle de insetos), de educação em saúde pública e de treinamento do pessoal que atua no atendimento à população. Para isso, conta com parceria de vários outros organismos internacionais da ONU: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). (GUIMARÃES, 2015. p. 92)

Diante desse cenário, constatamos que a saúde pública no Brasil sofre influências globais e se organiza internamente, como expõe, mais uma vez, Guimarães (2015, p. 92): “Dessa forma, em seu formato jurídico-institucional, a política de saúde brasileira definiu-se na articulação entre as escalas do comando (nacional, estadual e municipal), mas com impacto no nível local (áreas de abrangência das unidades básicas de saúde)”.

De acordo com o Ministério da Saúde (2011), a primeira conferência sobre a saúde pública no Brasil ocorreu em 1941. De lá para cá, muitas outras conferências aconteceram, até que, em 1988, a Constituição Federal brasileira definiu saúde como um direito de todos e dever do Estado.

Nesse sentido, ponderamos que a criação do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e suas estratégias, por terem sido articuladas pelo Ministério da Saúde, tiveram e têm como preceitos básicos a promoção da saúde pública humana no Brasil. Registramos que a construção dessa saúde pública, analisada a partir do viés do CCZ, revela dinâmicas entre o Estado e a sociedade, que participa dessa construção levando seus animais para vacinação e fazendo denúncias.

Assim, convém refletirmos sobre os direitos dos animais, tema da terceira parte deste capítulo, não como algo isolado, mas como um constructo ligado à ideia de saúde pública. Ao julgarmos que animais abandonados têm mais chances de transmissão de zoonoses, entendemos que leis que garantam a criminalização desses abandonos e de outras práticas podem contribuir para o objetivo da promoção da saúde pública.

Feitas essas considerações, dividimos o capítulo em mais duas partes. Na segunda apresentamos a perspectiva da saúde pública em relação ao CCZ; na terceira, a questão dos direitos dos animais, inserida a partir de pressupostos legais em torno das funções das unidades de controle de zoonoses. Assim, poderemos ter melhor compreensão acerca das articulações desse centro para compará-las com as ações das associações socorristas.

Antes de mergulharmos nas relações estabelecidas no Centro de Controle de Zoonoses, importa percebermos que há diferenças entre esta unidade e as associações socorristas que serão apresentadas no terceiro capítulo. Isso porque o CCZ possui dinâmicas diferentes em relação a essas associações, inspiradas pelo ímpeto de transformação social (RODRIGUES, 2015), que visa ao resgate de animais abandonados, sobretudo, de cães e de gatos, em consonância com um leque de objetivos como o da conscientização da população.

O CCZ é órgão vinculado à prefeitura da cidade e obedece a diretrizes de escala nacional, direcionadas pelo Ministério da Saúde. Tem como principal motivador o combate a doenças zoonóticas com vistas à promoção da saúde pública. Segue dinâmicas impostas por um plano nacional, realizadas por trabalhadores formais, contratados ou concursados. Situação diferente é a das pessoas voluntárias, envolvidas com as entidades de socorro animal, que dedicam suas vidas a uma causa, o que revela subjetividades específicas.

Essa característica de diferenciação entre os dois objetos de estudo torna-se uma particularidade importante para compreendermos suas práticas, que têm sido constantemente confundidas pela população; é comum moradores cobrarem ações efetivas das entidades socorristas e, por vezes, associarem o CCZ a um grupo de socorro animal. Na realidade, as associações de socorro animal são quem costumam prestar socorro; cabendo ao CCZ coordenar ações mais efetivas, inclusive as de fiscalização de denúncias de abandonos e de maus tratos.

Nesse sentido, vale apontarmos uma fala da coordenadora do CCZ da cidade de Dourados: “Importante deixar claro que o CCZ não é uma ONG e sim um órgão que obedece a diretrizes que parte do Ministério da Saúde e tem como foco a preocupação com a saúde humana.” (Entrevista com Rosilene, supervisora do CCZ em Dourados, realizada em 23/04/2021).

Isso mostra as dinâmicas do CCZ. No entanto, é necessário compreendermos também o contexto histórico em que o órgão surge. Para tal, buscamos, no manual do Ministério da Saúde, algumas informações sobre o CCZ.

Desde o início do século passado, unidades responsáveis pela execução das atividades de controle de zoonoses vêm sendo estruturadas no Brasil, a partir da criação dos

primeiros canis públicos, construídos nas principais capitais. As atividades dessas unidades foram gradativamente ampliadas, a partir do início da década de 1970, com a criação dos primeiros Centros de Controle de Zoonoses (CCZ), que tinham suas ações voltadas para o recolhimento, a vacinação e a eutanásia de cães, com vistas ao controle da raiva. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 08)

De acordo com o Ministério da Saúde (2016), os primeiros centros de controle de zoonoses datam da década de 1970. Entretanto, é somente em 2003 que um centro de zoonose é instalado na cidade de Dourados-MS. A proposta era a de que tais órgãos, num primeiro momento, atendessem os centros urbanos maiores, e, num outro momento, atendessem o restante das cidades brasileiras.

Importante aqui lembrarmos Sposito (2014), que aborda o fato de que não há como explicar uma situação sem refletir sobre as interações escalares envolvidas nela. Isso torna-se perceptível na medida em que compreendemos o surgimento do CCZ na cidade de Dourados, como consequência de um plano de combate a zoonoses, estruturado em nível nacional, a fim de atingir metas propostas para a saúde pública. Essa preocupação surge como resposta aos riscos de contaminação por zoonoses que se alastravam não só pelo país, mas também pelo mundo.

Finalmente, é fundamental que não esqueçamos jamais que a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Assim, a História de um lugar não pode se ater apenas aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Isso não pode ser feito, entretanto, as expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização. (SANTOS, 2005, p. 30).

Santos (2005) assinala que a história do lugar está relacionada com outras escalas, dentre elas a regional, a nacional e a global. Sendo assim, reforçamos que as relações do CCZ de Dourados surgiram como uma continuidade de processos que se iniciaram na escala nacional, a qual teve influências da escala global. Esses processos somaram-se a outras combinações que revelam nosso local de estudo como um lugar que se articula com diversas outras escalas.

Os primeiros apontamentos em torno do CCZ, levando em consideração a sua subordinação ao Ministério da Saúde, orienta-nos para o fato de que o debate em torno do direito dos animais possui pesos diferentes, a depender da perspectiva sob a qual o analisamos. Quando voltamos nosso olhar para o CCZ – o que mais pesa na balança de suas ações é o combate às zoonoses e não as questões direcionadas ao direito dos animais.

O que não quer dizer que o CCZ não se incumba de solucionar questões que envolvam o processo de abandono, os maus tratos aos animais, bem como outras situações relativas ao direito animal. A verdade é que o CCZ – embora tenha nascido da preocupação do Estado com as doenças zoonóticas, ameaçadoras da saúde pública –, ao longo dos anos, à medida que a legislação pertinente ao direito dos animais foi evoluindo, acabou encarregando-se de tarefas como, por exemplo, fiscalização, conscientização, punição e controle de casos de maus tratos e abandonos. Cabe ressaltarmos que, mesmo assumindo esses novos papéis, o CCZ continua mantendo suas prioridades voltadas à promoção da saúde pública.

Nesse contexto faz sentido a compreensão de que o debate em torno do direito dos animais e suas nuances tem peso maior nas relações das entidades socorristas do que na balança do CCZ. Isso torna-se perceptível na escala do corpo com o lugar: se, de um lado, nas entidades socorristas existem atores sociais engajados na luta pelo direito dos animais, envolvidos por paixões e ideologias num processo que mescla estratégias coletivas e sacrifícios individuais, vivenciados no cotidiano; do outro, no CCZ, estão trabalhadores formais, não necessariamente apaixonados por animais, embora lutem contra sua exploração, envolvidos com esse órgão numa relação de trabalho, comum ao universo capitalista. Desse modo, obedecem a lógicas comandadas pelo Estado, em diferentes escalas, por meio do Ministério da Saúde e da Prefeitura Municipal.

É nesse cenário, entendendo o papel do CCZ como órgão representante do Estado, que as associações cobram ações efetivas em relação ao direito dos animais. No entanto, considerando que nem sempre as reivindicações são atendidas, acabam emergindo conflitos entre o CCZ e as associações socorristas. Tais conflitos, por sua vez, apontam para contradições que marcam as relações sociais entre ambos na produção do espaço urbano e no contato com o mundo, por meio do lugar.

Cumpramos observarmos que as zoonoses possuem estreita ligação com o processo de abandono; e, por conta disso, o seu combate deve ser feito por meio da luta pelo direito dos animais e de estratégias de conscientização contra maus tratos e abandonos. Ou seja, a saúde pública está intimamente relacionada ao cuidado com os animais. Nessa perspectiva, Lima (2016), com base em Lima e Luna (2012), sinaliza para a conexão entre a transmissão de zoonoses e o abandono de animais.

Andretta (2012), por sua vez, ao discorrer sobre as zoonoses, aponta o contato entre cães que vivem soltos nas ruas, com cães abandonados como um dos propagadores dessas doenças.

Aliado a isso, ainda é sabido que os cães semidomiciliados são o seguimento de maior risco no que tange a disseminação de zoonoses, isso se dá pelo contato que mantém com os cães errantes e os cães da vizinhança, mais expostos a doenças, com simultânea interação com os demais cães domiciliados. (ANDRETTA, 2012, p. 23)

Ressaltamos que, apesar de o CCZ ligar-se a um projeto nacional, com interesses voltados a ações do Ministério da Saúde, cabe ao município arcar com as despesas da unidade; ou seja, os preceitos obedecidos pelo CCZ são em nível nacional, partindo do Ministério da Saúde, mas a manutenção da unidade cabe à Prefeitura Municipal onde ela estiver instalada.

Na fala da supervisora da unidade em Dourados, registramos o seguinte:

O CCZ é um órgão de responsabilidade municipal, ou seja, seus gastos são de ordem da prefeitura. Deste modo, a existência do CCZ em uma cidade dependerá de sua demanda e sua capacidade de arcar com essas despesas. Contudo, quando não há CCZ o município se encarrega de tratar das questões pertinentes a este órgão a sua maneira, seja por meio de um canil público ou por ações voltadas a vigilância sanitária. (Entrevista com Rosilene, supervisora do CCZ em Dourados, entrevista realizada em 23/04/2021).

Vale registrarmos que, embora a escala federal não sustente o órgão, sua construção só é possível a partir de recursos federais, por meio de articulação política, representada, por exemplo, por um deputado que busque recursos para tal. Conforme a supervisora o CCZ, a instalação da unidade em Dourados foi intermediada pelo então deputado federal Marçal Filho, que angariou os recursos federais necessários para a construção. “A Verba para o CCZ geralmente depende da federação. Contudo, os gastos são arcados pela prefeitura. Marçal Filho foi o responsável em 2003 por uma ementa parlamentar para trazer o CCZ para a cidade.” (Rosilene, supervisora do CCZ em Dourados, entrevista realizada em 23/04/2021)

Acrescentamos que, para o surgimento das unidades, concorrem fatores financeiros, mas também os relativos à demanda de controle de zoonoses e os relativos ao contingente populacional.

Para melhor visualizarmos essas relações, apresentamos o Mapa 01, a seguir, com a indicação das cidades que possuem CCZ no estado do Mato Grosso do Sul. Salientamos que nosso tema se envolve com uma relação entre distintas escalas e nessas relações as particularidades da cidade de Dourados, como sua importância na rede urbana, contribuíram para a construção da unidade.

Santos (2008) aborda o fato de existir em cada lugar diversas variantes, que, juntas, determinam os acontecimentos daquele lugar específico. Com base nisso, acreditamos que o contingente populacional, a articulação política e o papel de cidade média, que diferencia

Dourados, atraindo, por exemplo, moradores dos municípios vizinhos em busca de serviços, contribuíram para a instalação de uma unidade de controle de zoonoses na cidade.

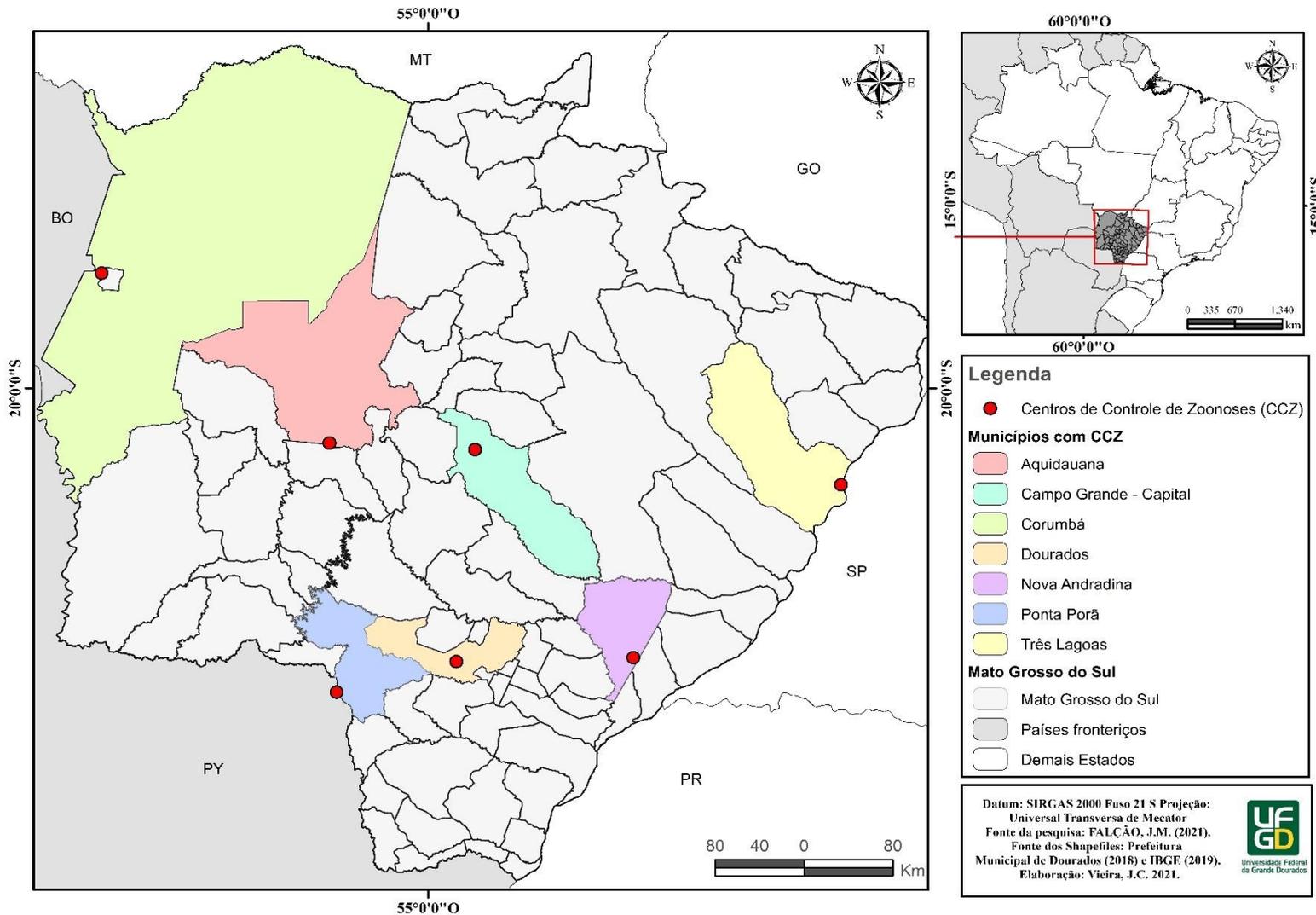
Enfatizamos que o CCZ, por se tratar de um projeto nacional, está presente em todos os estados, em vários municípios. Contudo, optamos por uma discussão que abordasse a existência dessas unidades no estado de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, no Mapa 1, notamos que são poucas as cidades que possuem uma unidade de controle de zoonoses, o que sinaliza para as variáveis e condicionantes de cada município que orientam a instalação e manutenção de uma unidade de CCZ. De todas as cidades pertencentes à rede urbana de Dourados, somente Dourados e Ponta Porã possuem uma unidade de controle de zoonoses.

Outra informação a ser considerada relaciona-se ao fato de que o Ministério da Saúde, a partir da década de 1990,

... sistematizou a aplicação dos recursos para apoiar os municípios na implantação e na implementação de unidades de zoonoses integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essas unidades estão localizadas principalmente em capitais, regiões metropolitanas, municípios sedes de regionais de saúde, municípios de fronteira e em alguns municípios mais populosos, sendo denominadas de Unidades de Vigilância de Zoonoses (UVZ), conforme a Portaria MS/SAS nº 758, de 26 de agosto de 2014 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 7)

Quanto à cidade de Ponta Porã, cidade atrelada à rede urbana de Dourados, possuir um CCZ, observamos que isso se dá pelo fato de ela ser uma cidade localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai e estar separada do município paraguaio de Pedro Juan Caballero por uma avenida.

Mapa 1. Mato Grosso do Sul - Municípios com unidades de CCZ (2021)



Fonte: CCZ, Dourados-MS (2021). Elaboração: MATOS E VIEIRA (2021)

Verificamos que, embora outras cidades da rede urbana na qual Dourados se insere não possuam Centro de Controle de Zoonoses, isso não significa que os serviços prestados pelo CCZ de Dourados estejam disponíveis. Ou seja, ter um CCZ em Dourados não é como ter um hospital ou uma universidade, que são procurados/atendidos por moradores de municípios vizinhos. Conforme o reforçado pela supervisora da unidade em Dourados, cabe a cada município a responsabilidade de lidar com as zoonoses e com outras funções características do CCZ. No entanto, o CCZ de Dourados, excepcionalmente, presta ajuda a municípios, por meio de medicação e de recursos humanos. (Rosilene, Supervisora do CCZ em Dourados, 2021).

Cumpramos destacar que as combinações existentes na cidade de Dourados tornaram-se preponderantes para a captação de recursos e instalação do CCZ; como o Ministério da Saúde aponta, a instalação dessas unidades obedece a certos preceitos, como o de ser município sede

regional de saúde e o de ser município com população significativa. Desse modo, mais uma vez, destacamos o papel de Dourados como cidade média, que coloca importantes funções na prestação de serviços, com destaque para a saúde.

As cidades médias, principalmente quando distantes dos maiores centros de excelência na prestação de serviços de saúde, denotam influência no contexto regional por contarem com técnicas e profissionais especializados para atender a demanda de seu entorno. No que diz respeito a Dourados, é importante lembrar sua posição geográfica, no interior do estado, e a proximidade com o estado do Paraná e com a fronteira do Paraguai. (CALIXTO, BERNARDELLI, 2016, p. 92,93).

Caminhando para o fim desse primeiro esforço de compreender as articulações do CCZ em Dourados, chamamos a atenção para fotos da unidade, localizada na Rua G Vinte, QD A - Jardim Guaicurus (Fotos 1 e 2).

Fotos 1 e 2 - Dourados-MS. Centro de Controle de Zoonose (2021)



FOTO: MATOS, J. (2021)

As imagens sugerem que o CCZ de Dourados está sucateado. Pelo menos é a sensação provocada, quando vemos a fachada do órgão.¹² No que diz respeito à relação entre as escalas, ela nos revela que a precarização de setores públicos, percebida, sobretudo, pela condição das instalações, tem sido um problema nacional, atingindo estados e municípios.

¹² Essa impressão torna-se importante para nosso debate, por nos apontar para reflexões sobre os serviços públicos no Brasil, que, de modo geral, enfrentam problemas financeiros, além de outras ameaças.

2.1 A estruturação do CCZ na cidade de Dourados: um diálogo sobre zoonoses e saúde pública

As principais ações do Centro de Controle de Zoonoses estão voltadas, sobretudo, para o combate de doenças zoonóticas, conforme mencionado. Nesse sentido, Vasconcellos (2012, p.1) aponta que, “A despeito do significado etimológico da palavra zoonoses ser “doença animal”, a definição estabelecida pelo comitê da Organização Mundial de Saúde é mais abrangente: “Doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos”.

Desse modo, entendendo que se tratam de doenças que podem ser transmitidas entre as espécies, o autor complementa:

Admite-se que as zoonoses ocorram desde os tempos pré-históricos da humanidade, no entanto é no período neolítico, a partir de oito mil anos antes de Cristo, que as condições favoráveis para transmissão de agentes de doenças transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos, se ampliaram, pois foi nesta ocasião que se iniciou estruturação da agricultura, a domesticação dos animais e o início da vida urbana organizada em aldeias. (VASCONCELLOS, 2012, p. 1)

Partindo desse princípio, compreendemos que as zoonoses passaram a ser percebidas a partir do encontro entre os humanos e as demais espécies; desse modo, relembramos Massey (2000), que indica o lugar como a possibilidade de diferentes encontros, os quais podem gerar diversas situações, por exemplo, conflitos e, no caso de nosso trabalho, também as zoonoses. Relembramos, ainda, Cardoso (2016), que sugere ser o lugar não só um constructo humano, mas também um nó de encontros que envolvem humanos e outras espécies.

Isso faz-nos pensar também o contexto da pandemia de COVID-19, presente na temporalidade em que esta pesquisa foi desenvolvida. Segundo Badiou (2020), a pandemia surge no mercado chinês, onde animais são vendidos vivos, amontoados e aparentemente sem o mínimo controle de higiene. O autor assinala o seguinte:

Por ejemplo, el punto inicial de la epidemia actual se sitúa muy probablemente en los mercados de la provincia de Wuhan. Los mercados chinos todavía son conocidos por su peligrosa suciedad y por su incontenible gusto por la venta al aire libre de todo tipo de animales vivos amontonados. Por tanto, el virus se encontró en algún momento presente, en una forma animal legada por los murciélagos, en un ambiente popular muy denso y con una higiene precaria. (Badiou, 2020, p. 77)

Badiou (2020) deixa esse registro no livro “Sopa de Wuhan”, no qual outros 14 autores, de diversas nacionalidades, marcam suas preocupações com a pandemia, que se inicia de um

encontro fatídico entre animal humano e animal não humano. No mesmo livro, David Harvey (2020) expõe que a pandemia não foi tratada com seriedade, desde o início, e que se trata também de uma doença que atinge as pessoas de formas diferentes, de acordo com a classe, o gênero e a raça.

Nesse sentido, percebemos forte relação da corporeidade com a pandemia, que afetou nossa sociedade e, inclusive, o desenvolvimento desta pesquisa durante os anos de 2020 e 2021. Vale assinalarmos similaridades entre a tragédia global e o nosso trabalho, haja vista que, tanto a pandemia, quanto as zoonoses aqui relatadas surgiram do encontro, em determinado lugar, entre distintas espécies; encontro, que, aliás, está repleto de condicionantes especistas, em que o ser humano sempre exerce o papel de dominador, expondo os outros animais a diversas situações de explorações.

Considerando os conflitos surgidos desses encontros, é necessário pensarmos em formas de regular essas relações para que outras espécies não sejam expostas a situações graves que resultem em doenças zoonóticas. A partir desse raciocínio, defendemos que a saúde pública necessita e deve andar de mãos dadas com o direito dos animais.

Por esse ângulo, avaliamos que o contato humano-animal, se pensado no plano do lugar, revela-nos uma infinidade de articulações, por exemplo, a da domesticação dos animais e exploração para fins e interesses específicos dos seres humanos. Tal situação pode conduzir a relações de afetividade entre ambos, mas também propiciar infecções por meio de zoonoses. O fato é que essas relações não se restringem a um único local do globo; pois, tão logo passaram a ser uma característica comum entre diferentes civilizações, tornaram-se parte das técnicas de produção do espaço geográfico.

É válido dizermos que não temos a intenção de traçar um histórico sobre a relação animal humano - animal não humano; no entanto, queremos deixar registrado que essa relação surge na produção do espaço enquanto o homem vivencia o mundo por meio do lugar; e dela resulta o especismo, os contatos afetivos, as zoonoses.

No que tange às zoonoses, elas tornaram-se, ao longo da história, uma preocupação global, fazendo com que organizações voltadas à saúde passassem a tomar medidas para combatê-las. Nesse cenário, conforme mencionado, é que o Ministério da Saúde do Brasil desenvolve projeto que visa a ter unidades de controle de zoonoses como base para suas ações.

Algumas abordagens sobre as zoonoses merecem ser feitas, já que elas tomam parte das reflexões de nosso trabalho. Retratamos aquelas relacionadas a cães e gatos, espécies que, comparadas às outras, ocupam posições privilegiadas nas interações sociais com o ser humano.

Em contato com o CCZ de Dourados, o veterinário do local, Marcelo, reforçou ser a doença da raiva, o principal foco das ações do órgão, mesmo não havendo registros dessa zoonose na cidade. A leishmaniose, a leptospirose, assim como doenças de pele foram citadas pelo profissional da saúde animal como preocupações do CCZ relativamente a cães e gatos.

Por conseguinte, é relevante compreendermos um pouco mais sobre a raiva, principal zoonose que motivou o surgimento do CCZ no Brasil. Ramos (2009, p. 18) traz a seguinte contribuição:

Desde a antiguidade se escuta falar sobre uma doença que acometia os animais e as pessoas deixando-os 'loucos'. Era então chamada de raiva. Séculos depois e após muitos estudos, foi identificada, por Pasteur, a etiologia viral e a relação com o sistema nervoso dos mamíferos.

Babboni e Modolo (2011) mergulham na história e apontam que a raiva esteve presente nas civilizações mais antigas – passando por indus, chineses, gregos e egípcios; os estudiosos levantam ainda diversas interpretações sobre as causas dessa enfermidade. Os autores afirmam que “A raiva existe há mais de quatro mil anos e é considerada a primeira enfermidade que animais como o cão, poderiam transmitir aos seres humanos, com severidade de ser praticamente 100% letal.” (BABONNI E MODOLO, 2011, p. 349)

Analisando o fato da existência dessa enfermidade no Brasil e das políticas de prevenção adotadas pelo Estado, fica óbvio que, mais uma vez, o lugar é influenciado por diversas escalas; a iminente ameaça da raiva e a sua existência em diversos cantos do mundo, em distintos recortes históricos, motivou o surgimento do órgão estatal voltado a seu combate. Enfatizamos, assim, que as políticas nacionais de prevenção à raiva foram afetadas por um contexto que revela preocupações com a doença em nível global. A seguir, informações do Ministério da Saúde do Brasil acerca de características da doença.

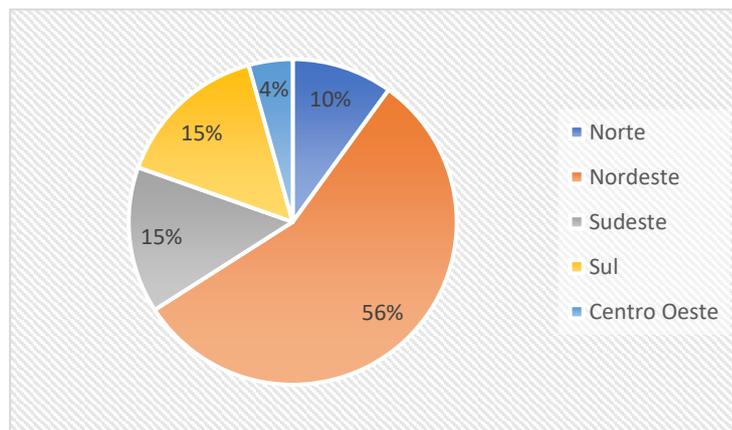
É uma zoonose viral que se caracteriza como uma encefalite progressiva aguda e letalidade de aproximadamente 100%, considerando casos raros de cura. O vírus rábico, contido na saliva do animal, penetra no organismo principalmente por meio de mordedura e, mais raramente, pela arranhadura e lambadura de mucosas. No ciclo urbano, as principais fontes de infecção são o cão e o gato. No Brasil, o morcego é o principal responsável pela manutenção da cadeia silvestre. Outros reservatórios silvestres são: raposa, canídeos silvestres, gato-do-mato, jaritataca, guaxinin e macacos. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 12).

Constatam-se diversas espécies de mamíferos que podem desenvolver a raiva, entretanto, os cães são considerados os principais vetores nas áreas urbanas, embora haja, cada vez mais, dúvidas sobre a participação dos gatos no processo dessa zoonose.

Em áreas urbanas, os cães são referidos como o principal elo da cadeia epidemiológica. Entretanto, é necessário, também avaliar minuciosamente, a evolução da população felina, que vem apresentando indícios de significativo incremento em diversas cidades, pelo fato de os gatos estarem se tornando os principais animais de companhia para seres humanos, e assim apurar a sua importância epidemiológica na transmissão da raiva. (INSTITUTO PASTEUR, 1999, p.2)

Assim, o Gráfico 1, a seguir, apresenta números registrados a partir do ano de 1984, ano em que o Sistema Único de Saúde (SUS) passa a contabilizar essas doenças. De 1984 até o final do ano de 2020, foram registrados um total de 1.247 casos de internação por raiva no país.

Gráfico 1. Brasil (1984-2020). Casos de raiva

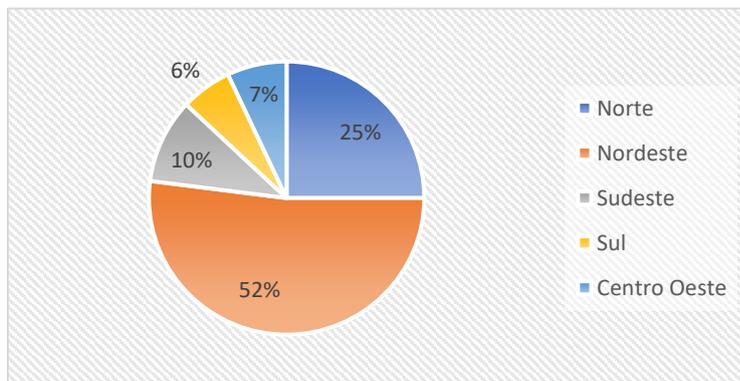


Fonte: DATASUS, 2021.

Org. MATOS, J.

O Gráfico 2, na sequência, mostra o número de mortes em decorrência desses casos.

Gráfico 2. Brasil (1984 – 2020). Mortes por raiva



Fonte: DATASUS, 2021.

Org. MATOS, J.

Pelo visualizado, morreram no Brasil, considerando a indicação em números, 174 pessoas, vítimas da raiva, desde o ano de 1984 até o final de 2020. O Centro Oeste foi responsável por 7% das mortes, ou seja, por 13 vítimas. O estado do Mato Grosso do Sul contabilizou dois desses óbitos. Nenhuma dessas mortes foram registradas na cidade de Dourados. (DATASUS, 2021)

Chamamos a atenção para o período de 1984 a 2002 (quando o SUS passa a fazer o registro). Nesse momento nenhum caso de raiva em pessoas foi registrado em Dourados. Apesar disso, no ano de 2003, obedecendo a preceitos nacionais, o CCZ é implantado na cidade, trazendo políticas e campanhas de combate a zoonoses.

É válido registarmos, mais uma vez, que, como o próprio Ministério da Saúde (2016) cita, a sistematização da localização das unidades de controle de zoonoses deu-se preferencialmente em capitais, regiões metropolitanas, municípios sedes de regionais de saúde, municípios de fronteira e municípios mais populosos.

Deste modo, compreendendo que Dourados por possuir um contingente populacional que se destaca na porção Sul do estado, além de funções possibilitadas pelo papel de cidade média, ofertando assim serviços como a saúde para toda a sua rede urbana, a cidade apresentou-se como forte candidata para adesão desses recursos, viabilizando a construção local de uma unidade de CCZ.

Chamamos a atenção para o seguinte: se antes da inauguração da unidade em Dourados não houve registro de casos de raiva em humanos; após a instalação, a possibilidade de existência desses casos foi minimizada por ações de prevenção, sob o comando do Ministério da Saúde.

Desse modo, o CCZ da cidade – assim como os outros existentes na escala nacional – adotou campanhas de vacinação antirrábica direcionadas às espécies que poderiam vir a ser hospedeiras, no intuito de prevenir o surgimento e possíveis transmissões aos humanos dessa enfermidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). Na sequência, apresentamos o Quadro 2, que demonstra o número de animais, “cães e gatos”, vacinados em Dourados, desde o surgimento do CCZ, até o ano de 2020.

Quadro 2. Dourados-MS: Vacinação antirrábica (cães e gatos) (2020)

Ano de vacinação	Total de animais vacinados
2006	39.604
2007	33.311

2008	32.214
2009	31.152
2010	Interrompida
2011	31.054
2012	31.629
2013	42.024
2014	42.702
2015	29.254 (Interrompida)
2016	52.090
2017	55.984
2018	63.118
2019	86.873
2020	62.836

Fonte: CCZ Dourados, 2021.
Org. MATOS, J. (2021)

Convém assinalarmos que, para a imunização anual, o CCZ desenvolve estratégias como a do envio de agentes para os bairros, que passam de casa em casa; ou a de organização de plantões de vacinação, os quais ocorrem geralmente nas calçadas de algum posto de saúde, em igrejas ou em escolas dos bairros da cidade. (Rosilene, Supervisora do CCZ em Dourados, 2021). Assim, a campanha de vacinação antirrábica tem sido parte da rotina dos moradores da cidade, todos os anos eles levam seus animais para serem vacinados contra a doença da raiva. Isso pode ser ilustrado pela resposta de entrevistados, residentes no Bairro Jardim Santo André, localizado na porção Sul da cidade: todos disseram que costumam vacinar seus animais ano a ano.

É válido também destacarmos que esse processo de imunização, uma vez que ocorre no plano do lugar revela subjetividades humanas, como o amor e a empatia para com os animais, geralmente denominados filhos de quatro patas.

Todos os anos o pessoal do CCZ passa aqui na rua vacinando os animais e quando eu sei que eles vão passar já deixo a carteirinha de vacinação da Nina na minha mão. Ano passado eu não estava em casa na hora, mas mesmo assim eu levei minha cachorrinha na Igreja Santo André, quando eles vacinaram lá. Eu faço isso porque amo minha filha e não quero que ela fique doente (Entrevista com Dona Cida, 73anos, moradora do Jardim Santo André, realizada em 10/05/2021)

Tenho cinco gatos e três cachorros e todos os anos quando o CCZ vem no bairro eu levo as minhas crianças pra vacinar. Já que é de graça, é bom aproveitar. Protege eles

e protege a gente também. (Entrevista com Amanda, 35 anos, moradora do Jardim Santo André, realizada em 10/05/2021)

É notável, pelas palavras das duas entrevistadas, que há uma relação de afetividade entre elas e seus animais. Tal relação é demonstrada no plano do lugar, por meio de hábitos revelados a partir da corporeidade, conforme Carlos (2007) aborda, que apresenta rituais do corpo nos cuidados com os animais, inclusive na vacinação. A relação de afeto ocorre primeiramente no plano do corpo, apontando para emoções, como amor, por meio dos cuidados com os animais, e tristeza, quando eles não estão mais presentes.

Nesse sentido, a vacinação, por intermédio das relações que ocorrem no lugar, revela um encontro com as afetividades e com os cuidados dos tutores dos animais, sinalizando para a relação entre saúde pública e bem estar animal, atrelada ao direito dos animais. Além disso, tais estratégias possibilitam mudanças na relação animal humano - animal não humano, outrora marcada por medo e insegurança por conta da raiva; hoje, algo que já não assusta mais.

Nas Fotos 3, 4 e 5, a seguir, revela-se o processo de vacinação antirrábica. As imagens foram cedidas pelo CCZ da cidade de Dourados (devido à pandemia de coronavírus, não pudemos acompanhar as imunizações).

Fotos 3, 4 e 5 - Dourados-MS. Vacinação antirrábica (2021)

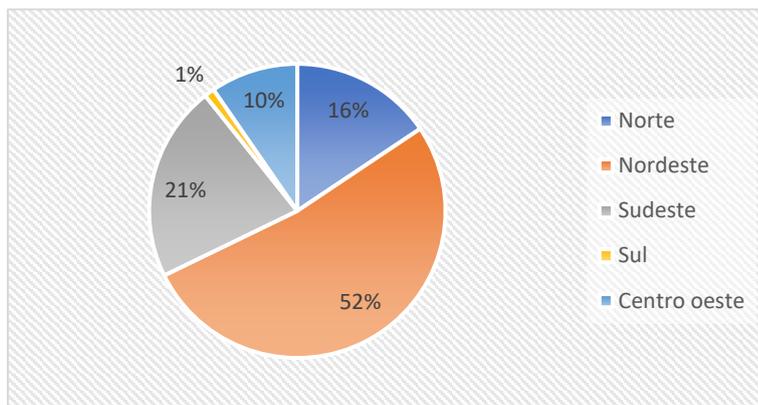


FOTO: Arquivo CCZ, 2021.

Até o momento, trazemos o debate em torno da raiva; porém, devemos destacar duas outras zoonoses consideradas pelo Ministério da Saúde e pelo Centro de Controle de Zoonoses como preocupantes, podendo ser transmitidas por cães e gatos. Trata-se da leishmaniose e da leptospirose. Até o final de 2020 não havia sido registrado nenhum caso de raiva no município,

mas não podemos dizer o mesmo em relação às outras duas zoonoses mencionadas. Os Gráficos 3 e 4 apontam para os números.

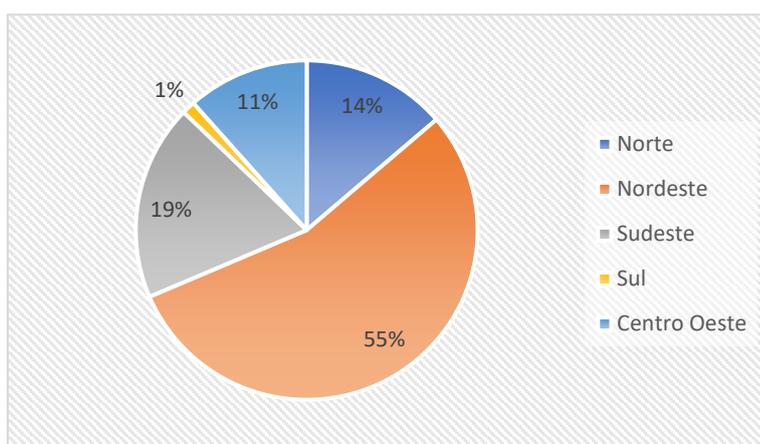
Gráfico 3. Brasil (1984-2020). Casos de leishmaniose



Fonte: DATASUS, 2020
Org. MATOS, J.

Em números o Brasil teve, de 1984 até o final de 2020, 87.271 internações em decorrência de leishmaniose. Apenas no Centro Oeste foram registrados 8.339; no Mato Grosso do Sul, 3.830. Em relação à cidade de Dourados, foram contabilizadas 107 pessoas internadas em decorrência dessa zoonose, até o ano de 2020. (DATASUS,2021). Entretanto, é válida a ressalva de que desses 107 pacientes, apenas 25 eram residentes na cidade de Dourados, os demais eram pacientes de outros municípios.

Gráfico 4. Brasil (1984-2020). Mortes em decorrência da Leishmaniose



Fonte: DATASUS, 2020
Org. MATOS, J.

No que se refere aos óbitos por leishmaniose, o Centro Oeste foi responsável por 11%, com 371 mortes; 171 foram no Mato Grosso do Sul e 5 em Dourados (DATASUS,2021). Em

relação aos óbitos da cidade de Dourados, 3 pessoas eram residentes no município; duas pessoas, em outras cidades. (DATASUS,2021).

Feita a apresentação desses números, vale compreendermos um pouco mais essa enfermidade.

A leishmaniose visceral (LV) é uma protozoonose crônica, sistêmica, caracterizada em humanos por febre de longa duração, perda de peso, astenia, adinamia e anemia, entre outras manifestações. Quando não tratada, pode evoluir para óbito em mais de 90% dos casos. No cão, principal reservatório e fonte de infecção no meio urbano, a doença caracteriza-se por febre irregular, apatia, emagrecimento, descamação furfurácea e úlceras na pele – em geral, no focinho, nas orelhas e extremidades –, conjuntivite, paresia do trem posterior, fezes sanguinolentas e crescimento exagerado das unhas. A enzootia canina tem precedido a ocorrência de casos humanos e a infecção em cães tem sido mais prevalente que no homem. No ambiente silvestre, os reservatórios são as raposas e os marsupiais. No Brasil, duas espécies, até o momento, são consideradas vetores da doença, *Lutzomyia longipalpis* e *Lutzomyia cruzi*. A forma de transmissão é por meio da picada desses vetores infectados pela *Leishmania (L.) chagasi*. A transmissão ocorre enquanto houver o parasitismo na pele ou no sangue periférico do hospedeiro. As estratégias de controle dessa endemia estão centradas no diagnóstico e no tratamento precoce dos casos humanos, na redução da população de flebotomíneos, na eliminação dos reservatórios e nas atividades de educação em saúde. A LV é uma doença endêmica no Brasil, que ainda se encontra em franca expansão territorial para municípios indenes. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 17)

Outro apontamento importante diz respeito às estratégias do Ministério da Saúde em relação à doença; diferentemente da raiva, não há uma campanha de vacinação para a leishmaniose. As medidas preventivas para a enfermidade são tratadas de outra maneira pelo CCZ.

Em virtude das características epidemiológicas e do conhecimento ainda insuficiente sobre os vários elementos que compõem a cadeia de transmissão da LV, as estratégias de controle dessa endemia ainda são pouco efetivas e estão centradas no diagnóstico e no tratamento precoce dos casos humanos, na redução da população de flebotomíneos, na eliminação dos reservatórios e nas atividades de educação em saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 19)

Nos casos em que o animal é diagnosticado com a leishmaniose, o CCZ da cidade costuma dar ao tutor a opção de tratá-lo ou a de entregá-lo para a eutanásia. Ressalvamos que o tratamento só é possível no setor privado, ou seja, em clínicas veterinárias particulares.

Antes o CCZ fazia eutanásia, no entanto, posteriormente foi orientado que entrassem em diálogo com os tutores, para que pudessem optar pelo tratamento. Quando é feita eutanásia é feito com todos os procedimentos, não sendo permitido o tutor acompanhar. Somente em 2021, durante os meses de janeiro a junho, foram eutanasiados 50 animais. (Entrevista com Rosilene, supervisora do CCZ em Dourados, realizada em 23/04/2021)

Em conversa com uma profissional da área da saúde animal, fomos informados de que animais com leishmaniose, dependendo do quadro da doença, podem ser tratados. No entanto, esse tratamento requer consultas, exames e remédios que só podem ser acessados por meio de clínicas particulares da cidade (Ariana, médica veterinária, 43 anos). Assim, constatamos que o tratamento para a doença não é acessível a toda a população.

Ao pensarmos sobre isso e analisarmos o fato de que 50 animais foram eutanasiados pelo CCZ, somente no primeiro semestre de 2021, dentre eles animais vítimas da leishmaniose, chamamos a atenção, mais uma vez, para a relação entre corpo e lugar. Isso porque a maior parte desses animais eutanasiados possuíam tutores humanos, com os quais provavelmente mantinham uma relação de subjetividades e afetividades, envolvendo corpo e lugar. Se em outro momento os tutores vacinam seus animais com a alegria de poder dar a eles a possibilidade de ter mais saúde e menos risco de transmissão da raiva; agora, muitos choram por suas perdas. Conversamos com uma moradora do Jardim Água Boa que viveu esse processo, processo também vivenciado pelo autor desta pesquisa.

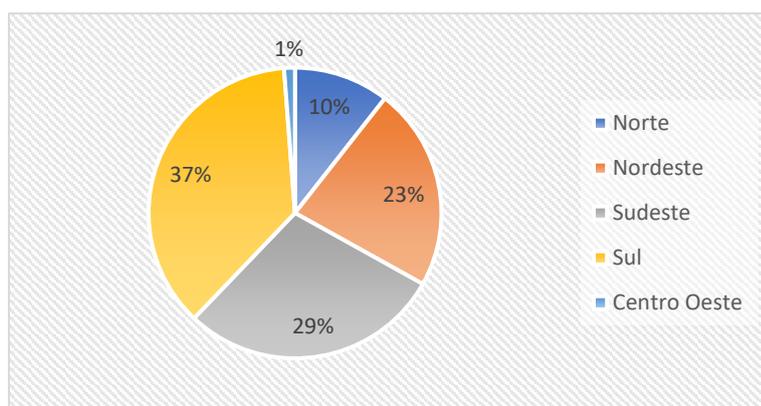
O Bento chegou na minha vida por meio da Refúgio dos Bichos. Eles precisavam colocar o Bento num lar temporário e eu me ofereci. Depois disso, com o tempo me apeguei a ele, porém um exame veterinário constatou que ele estava com leishmaniose. Na época tinha duas opções, eutanásia ou tratamento e como eu já tinha me apegado a ele decidi dá-lo a chance de viver. Então eu o adotei e com ajuda da Refúgio com doações de coquetéis fiz todo o tratamento dele. Era um cachorro muito bonzinho, mas a doença foi piorando até chegar um momento que ele nem andar mais conseguia. Não tive alternativa, tive que levá-lo para eutanásia, mas foi um processo muito doloroso, até hoje me dói. Até evito de ver fotos dele, me sinto culpada. (Entrevista com Talita, 44 anos, moradora do Jardim água Boa, realizada em 25/06/2021)

Quanto à leptospirose, registramos o assinalado pelo Ministério da Saúde (2014, p. 5):

A leptospirose é uma zoonose de elevada incidência no país, com uma média de 13.000 casos notificados por ano, sendo 3500 confirmados e letalidade média de 10,8%. Atinge, em sua maioria, pessoas na faixa etária produtiva, dos 20 aos 49 anos. A média de internações de pacientes chega a 75 %, mostrando a gravidade da maioria dos casos detectados pelo sistema de vigilância. Isto destaca a importância para o diagnóstico precoce e tratamento oportuno, como forma de reduzir a gravidade da doença.

Nesse sentido, apresentamos, no Gráfico 5, informações sobre a doença.

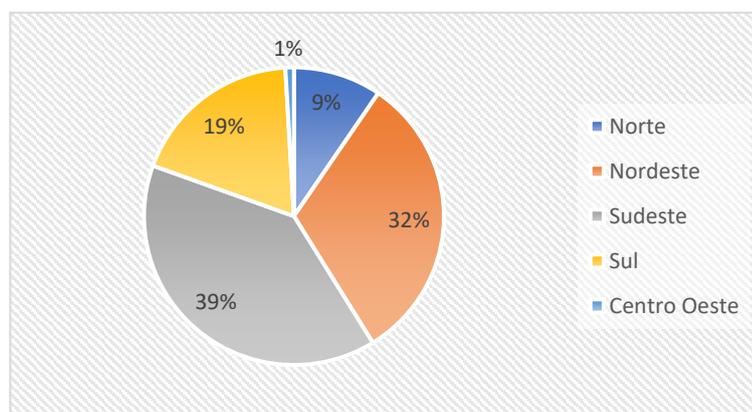
Gráfico 5. Brasil (1984-2020). Casos de leptospirose



Fonte: DATASUS, 2020.
Org. MATOS, J.

Na escala nacional, de 1984 a 2020, 59.484 pessoas foram internadas; 716 no Centro Oeste, que aparece com 1% dos casos. Mato Grosso do Sul apresentou um número de 69 internações; 11 em Dourados (DATASUS,2021). Dos 11 pacientes internados por leptospirose na cidade, 9 residiam em Dourados e dois eram de outros municípios. O Gráfico 6 demonstra o número de vítimas fatais da doença.

Gráfico 6. Brasil (1984-2020). Mortes em decorrência da leptospirose



Fonte: DATASUS, 2020.
Org. MATOS, J.

No que se refere às vítimas fatais, o Brasil registrou 4018 mortos, 37 no Centro Oeste, 3 em Mato Grosso do Sul e nenhum em Dourados (DATASUS,2021).

Ainda sobre a doença, valem outras considerações. O Ministério da Saúde (2016) indica os roedores, como os ratos urbanos, os principais propagadores de leptospirose, sobretudo, em época de grandes volumes de chuvas e em locais com enchentes, visto que o contágio é feito por meio do contato com fezes e urinas desses animais. Esclarece que os animais domésticos

também podem transmitir a doença, caso entrem em contato com as fezes e urinas dos roedores. No entanto, não são os maiores responsáveis pela transmissão.

Importante enfatizarmos que o Ministério da Saúde não trabalha com uma vacina para a leptospirose, mas com medidas de prevenção, da mesma forma que age com os casos de leishmaniose.

Outro aspecto pertinente às ações do CCZ, é o fato de que o órgão não opera somente nos casos em que pode haver transmissão de zoonoses para os humanos, mas também nas situações que envolvem, por exemplo, animais agressivos e peçonhentos, o que não entra no foco de nosso debate, mas merece algumas considerações.

Considerando a situação epidemiológica local e a saúde da população humana, deve ser recolhido (recolhimento seletivo) o animal que apresentar risco iminente de transmissão de zoonose de relevância para a saúde pública, assim como o animal peçonhento ou venenoso de relevância para a saúde pública. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 23)

Registramos que a perspectiva adotada pelo Centro de Controle de Zoonoses, direcionada pelo Ministério da Saúde, contribui para o surgimento das associações de socorro animal; nesse sentido, lembramos a fala de Rodrigues (2015), ao apontar o surgimento de ONGs e de associações como resposta a demandas que não são atendidas pelo Estado, mas são cobradas pela sociedade, como, por exemplo, o abandono dos animais. Dessa maneira, o Centro de Controle de Zoonoses passa a ser alvo de cobranças da sociedade, às quais, muitas vezes, chegam por meio das associações, além de contarem com suporte e contribuição desses grupos, o que aponta para uma relação de ambiguidade, como será relatado em outro momento.

Diante disso, daqui por diante, abordaremos a atuação do Centro de Controle de Zoonoses no campo do direito dos animais, levando em consideração sua lógica no plano da saúde e suas interações. Para isso, optamos por uma metodologia de análise em torno das leis e das diretrizes de proteção animal na escala municipal e nacional, que tiveram influências internacionais.

2.2. O debate em torno do direito dos animais e a atribuição de novos papéis ao CCZ: uma reflexão sobre abandonos, maus tratos e saúde animal

A abordagem em torno da saúde é algo indispensável para o debate em relação ao Centro de Controle de Zoonoses e suas ações voltadas aos animais. Contudo, essa abordagem é insuficiente para compreendermos toda a dinâmica, pois, além das preocupações com a saúde, é necessário também, compreender as pautas dos direitos dos animais. Deste modo, apontamos

que os novos papéis do CCZ, relativos aos direitos dos animais, surgem num cenário em que esse direito está sendo debatido em escala nacional e global. Badiou (2020), por exemplo, pondera que o cenário de relação desigual entre animal humano e animal não humano, gerador da exploração desenfreada dos animais, é o *locus* do surgimento da pandemia de COVID-19. Diante disso, emerge a necessidade de pensarmos novas formas de tratar as outras espécies para que a saúde humana também possa ser preservada.

Por esse ângulo, Antunes (2021), em sua obra “Animais, afeto e direitos”, retrata a evolução da relação entre animais humanos e animais não humanos. Nas palavras do autor, conforme essa relação se desenvolve, é natural que surjam preocupações voltadas ao trato desses animais. Tais preocupações figuram na esfera da área dos direitos que regulam o relacionamento entre espécies. Assim, reforçamos que é por meio do encontro, ocorrido no lugar, que as relações irão se realizar.

Outro apontamento relevante é o referente ao debate em torno dos corpos dos animais. Por mais que estejamos falando de direito dos animais, essas espécies terão acesso a esses direitos, de acordo com os corpos que ocupam, ou seja, o direito animal não é igual para todas as espécies, e isso fica evidente, quando comparamos animais, como porcos, a cachorros; ou aves a gatos. A esfera do direito dos animais irá tratá-los de acordo com os corpos que cada espécie possui, obedecendo às dinâmicas sociais da relação animal humano - animal não humano.

Em uma das entrevistas com a coordenadora do CCZ, tivemos a seguinte situação exposta:

Quando o CCZ surgiu, a mentalidade era outra, a preocupação na época era com a saúde humana, não se falava em direito dos animais. Isso foi sendo acrescido nas práticas do CCZ, conforme esse debate veio à tona, por isso as leis foram sendo criadas e sendo inseridas nas ações do CCZ. (Entrevista com Rosilene, supervisora do CCZ em Dourados, realizada em 23/04/2021)

O depoimento de Rosilene justifica a forma com que organizamos nossa pesquisa, dividindo o debate em duas categorias: de um lado, a saúde pública dos humanos; do outro, os direitos dos animais. No entanto, as duas perspectivas se complementam, o que ficará evidente no caminhar de nossa dissertação.

Importante dizer que o Centro de Controle de Zoonoses possui um abrigo, que tem como prioridade abrigar animais que oferecem riscos à saúde humana, ou seja, não existe, na unidade do CCZ de Dourados, um local que abrigue animais abandonados, quando eles não representam

riscos à população humana. Com isso, elencamos algumas leis que fornecem pistas importantes para compreendermos o encontro entre saúde pública e direito dos animais.

Nessa perspectiva, ponderamos que a conquista dos direitos dos animais e o constante debate em torno dessa pauta surge como uma das transformações da sociedade nos últimos séculos. Isso porque o processo de produção do espaço geográfico engloba avanços no que diz respeito aos direitos humanos e aos dos animais, haja vista que lugar e espaço, ao envolverem as relações sociais, estão envolvendo também o contato entre diferentes espécies.

Diante disso, destacamos que os direitos dos animais são conquistas surgidas de movimentos sociais. Movimentos marcados por relações de subjetividades, em que os envolvidos – voluntários, militantes, civis, políticos – singularizam-se por enxergar as relações sociais com os animais por intermédio de um olhar repleto de consideração moral e empatia. Desse modo, a luta pelo direito dos animais e as conquistas resultantes desse processo estão profundamente permeadas pelas subjetividades humanas, expressas na cotidianidade.

Compreendemos também que as referidas relações são atravessadas por outras escalas; assim, à medida que o assunto direito dos animais emerge na escala global, o Brasil e o nosso local de estudo são impactados. Na sequência, informações sobre um marco no direito dos animais.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, editada pela Unesco em 27 de janeiro de 1978, embora não normativa e não cogente no direito interno, estabeleceu premissas para tutelar os direitos dos animais, ainda que muitas delas sejam de difícil concretização. O referido documento confere os seguintes direitos aos animais: à vida; à liberdade; a não submissão a maus-tratos; a viverem livres em seu ambiente natural, nos casos de animais selvagens; à duração de vida de acordo com a longevidade natural; a não exploração do animal para divertimento do homem; a não serem exibidos em espetáculos; à integralidade de seu ambiente natural; serem defendidos através de leis tal como os humanos. (FERNANDES, 2016, p. 62)

Notamos que, assim como a preocupação com as zoonoses se alastrou pelo mundo e provocou impactos nas estratégias nacionais, no sentido de combatê-las e impulsionar a concretização do CCZ, o debate em torno do direito dos animais, considerando a relação entre as escalas global e nacional, faz com que tais direitos sejam, aos poucos, contemplados entre as funções do CCZ.

Nesse sentido, leis e projetos que interpelam pelos direitos dos animais, em âmbito nacional, estadual e municipal, servem como base para a atuação do CCZ. No Quadro 3, elencamos leis e projetos sobre os animais, a serem discutidas posteriormente.

Quadro 3. Brasil, Estados e Municípios. Leis e projetos sobre os animais (1934-2018)

Lei e projetos	Data	Características
Decreto nacional 24.645	1934	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira norma jurídica no país em relação aos animais • O Estado se torna responsável por tutelar os animais
Artigo 225 (Constituição Federal de 1988)	1988	<ul style="list-style-type: none"> • Criminaliza a crueldade contra os animais • Incumbe ao poder público a proteção da fauna e da flora
Lei Federal 10.406	2012	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza os animais como coisas • Traz fortes críticas de ativistas ao direito dos animais
Lei Sanção 1.095/19	2019	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta a pena de maus tratos de 2 para 5 anos • Determina multa e proibição de guarda em caso de maus tratos
Lei 4.321 (municipal)	2008	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta artigos que servem como diretrizes para as funções do CCZ na cidade de Dourados-MS • Rege sobre o abandono e os maus tratos na escala da cidade de Dourados-MS
PLS 351	2015	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de lei do senado ainda em tramitação • Prevê a substituição da situação jurídica dos animais, ou seja, de coisas para bens móveis.
PLC 27/2018	2018	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de lei modificado pelo senado que cria natureza jurídica para os animais de seres sencientes não personificados

- | | | |
|--|--|--|
| | | <ul style="list-style-type: none">• Atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados |
|--|--|--|

Fonte: Senado federal (2021)
Org. MATOS, J. (2021)

Iniciamos o debate, chamando a atenção para o Decreto n. 24.645, de 10 de julho de 1934.

No intuito de estabelecer um paralelo de proteção animal, se destaca em momento histórico anterior ao que se vive, as disposições contidas no Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, promulgado no início da Era Vargas e reconhecido como a primeira norma que tratou no ordenamento jurídico brasileiro sobre medidas de proteção aos animais, necessitam ser lembradas e, por esta razão, ser utilizada como o paradigma para a reflexão. (MEDEIROS, HESS, 2016, p. 21)

Em relação a esse decreto, algumas observações são importantes, por exemplo, é o primeiro documento que trata sobre proteção animal em toda a história brasileira. Convém entendermos que, assim como o contexto histórico global era outro, os debates na escala nacional também o eram. Desse modo, o decreto surge em um momento no qual pouco se falava sobre proteção ambiental; além do mais, a ideia de proteção animal era extremamente vinculada a objetivos da indústria, que utilizava os animais como mercadoria.

Outro ponto que nos chama a atenção é o fato de que tal decreto coloca os animais sob a tutela do Estado, ou seja, o Estado é o grande responsável pelo bem estar dos animais, assim como pela fiscalização e pela punição em casos de maus tratos e de abandonos. Assim, cabe ao Estado intervir nas relações de encontros no lugar, que envolve humanos e animais.

Importante registrarmos que as normas nascem no plano nacional, mas sua aplicação ou sua inviabilização implica efeitos que são vividos na escala do lugar. Um exemplo é o de uma das associações da cidade de Dourados-MS, que utiliza esse decreto em seu estatuto como forma de reforçar a importância do papel do Estado no apoio e na atuação relacionados aos tratos dos animais (Refúgio dos Bichos, 2016). O setor jurídico dessa associação, em suas ações de cobrança ao Centro de Controle de Zoonoses, pauta-se pelo Decreto n. 24.645, de 1934, assim como em outros artigos regulamentados no plano nacional.

Isso sinaliza para o fato de que o lugar, local onde o indivíduo tem contato com o mundo, é permeado por relações que nascem no campo do jurídico. Por exemplo, regras sociais como não roubar, não dirigir bêbado, não matar. Dessa maneira, há um sistema de leis que rege as relações humanas e o lugar está repleto dessas marcas jurídicas.

Tal situação apresenta, contudo, contradições e uma delas nos chama atenção, quando levamos em conta o referido decreto, ou seja, o fato de o Estado se colocar como responsável por tutelar todos os animais e, ao mesmo tempo, não garantir a construção de hospitais veterinários públicos em todo o país. Se animais doentes transmitem doenças, o tratamento desses animais em locais públicos e acessíveis a todos poderia ser uma alternativa.

Torna-se válida a ressalva de que o Estado também se articula a outras escalas e, neste cenário, o projeto de sociedade neoliberal em curso tem, como uma de suas características, transportar, das mãos do Estado para as empresas privadas, serviços básicos e essenciais, como a saúde e a educação, conforme Dardot e Laval (2014) discutem. Assim, nesse contexto de articulação do nacional com o global, que interfere em nosso local de estudo, a saúde e a educação pública estão fortemente ameaçadas. A saúde pública relativa aos animais, sequer entra em pauta, a não ser em raros casos como os apresentados, a seguir, no Quadro 4, que retrata os hospitais veterinários públicos no Brasil.

Quadro 4. Brasil. Hospitais Veterinários Públicos (2021)

Local	Hospital
São Paulo- SP	Hospital Veterinário Municipal: Unidade Zona Leste
São Paulo- SP	Hospital Veterinário Municipal: Unidade Zona Norte
Rio de Janeiro-RJ	Hospital Veterinário da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Niterói-RJ	Hospital Veterinário da UFF (Universidade Federal Fluminense)
Curitiba-PR	Hospital veterinário da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Tubarão-SC	Hospital veterinário da Unisul – Tubarão
Porto Alegre –RS	Hospital das Clínicas Veterinárias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Belo Horizonte -MG	Hospital veterinário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Salvador-BA	Hospital de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Recife-PE	Hospital veterinário da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP)
Areia- PB	Hospital Veterinário da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Brasília-DF	Hospital Universitário da UNB
Goiânia-GO	Hospital Veterinário da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Fonte: racoereis.com.br, 2021.

Org: MATOS, J.

Verificamos, pelo quadro, que não há hospital veterinário público na cidade de Dourados, nosso local de estudo, e nem no estado do Mato Grosso do Sul. Em contrapartida, há sete unidades de Centro de Controle de Zoonoses nesse estado. Nessa perspectiva, Gottdiener (2010) alerta para a coexistência de contradições no espaço, que permeiam as relações do ser humano com o mundo em todas as dimensões, seja no relacionamento com o capital, seja no cotidiano. Compreendemos que essas contradições, uma vez estando presentes na produção do espaço, são sentidas no plano do lugar e se revelam também nas relações entre ser humano e animal não humano.

No que diz respeito, ainda, à contradição entre o papel do Estado, relativamente à tutela dos animais, e a carência de hospitais veterinários públicos no país, ressaltamos que as unidades de Controle de Zoonoses não são associações de socorro animal, muito menos clínicas em que as pessoas possam levar seus animais para consultas médicas.

Apesar da importância do hospital público veterinário, constatamos, em nossa pesquisa, que ele é uma realidade em, apenas, algumas cidades do país, conforme mencionado. Nesse sentido, chamamos a atenção para algumas considerações da revista Anclivepa-SP.

Atualmente o deputado estadual, Roberto Tripoli observa que “a conquista dos hospitais só foi possível graças à mobilização das ONGs e também à adesão dos médicos veterinários ligados à Anclivepa-SP. A medicina veterinária avançou muito, mas infelizmente cães e gatos de famílias de baixa renda ainda morrem devido a doenças e ferimentos relativamente banais. Sem tratamento, esses males agravam-se provocando muito sofrimento e levando a óbito. Com o advento dos hospitais gratuitos, vem sendo mudada essa triste realidade para milhares e milhares de cães e gatos e para suas famílias”. (ANCLIVEPA-SP, 2018, p.21)

O deputado estadual Roberto Tripoli tornou-se importante figura para a luta socorrista, ao levantar a bandeira do acesso à saúde, gratuito, aos animais, sobretudo, a cães e gatos. Importa observar que um hospital público veterinário tem importante papel não só na vida dos

seres não humanos, mas também na dos humanos, que são tutores dos animais. Acrescentamos que o hospital público veterinário pode, ainda, afetar a vida de indivíduos que são excluídos em diversos graus, atingindo a relação dessas pessoas com seus animais de estimação, relações essas marcadas por subjetividades como o afeto. Assim, o processo de abandono acaba sendo impactado, uma vez que, como apontado na experiência relatada pela revista ANCLIVEPA (2018), pessoas de baixa renda passam a ter acesso a esse tipo de serviço, podendo tratar de enfermidades em relação aos seus animais.

É válido ressaltarmos que o acesso à saúde animal em clínicas particulares, é oneroso para boa parcela da população, o que impede cidadãos de levarem seus animais doentes para serem tratados, inclusive, de doenças zoonóticas, como a leishmaniose, para a qual o CCZ não disponibiliza vacinação.

A seguir apresentamos uma outra observação feita pela revista ANCLIVEPA, em referência ao primeiro hospital público veterinário do país.

A notícia ganhou as mídias, espalhou-se por todo o País. Gestores públicos de várias cidades e estados dirigiram-se à Capital de São Paulo para conhecer o primeiro hospital gratuito para cães e gatos, financiado por uma Prefeitura. Até jornalistas e pesquisadores do Exterior interessaram-se pela novidade, e constatou-se que era também a primeira iniciativa desse porte no mundo. (ANCLIVEPA-SP, 2018, p.20)

O interessante dessa fala é o pioneirismo em relação à existência de um hospital público veterinário na cidade de São Paulo, o que nos coloca diante de diversas expectativas. Primeiro relativamente ao fato de que a iniciativa foi viabilizada em nosso país, onde se situa o local de nosso estudo; nesse sentido, lembramos que as dinâmicas que envolvem as ações do CCZ na cidade de Dourados são pautadas por diretrizes que apontam para relações com a escala nacional. Trazemos o assunto para debate por entender que o acesso à saúde animal e sua garantia, viabilizada por leis, resultam de conquistas no campo do direito animal, que podem ser somadas às forças e estratégias de promoção à saúde pública como um todo.

Nesse sentido, é importante nos atentarmos para a escala do corpo nas relações de saúde e, sobre isso, Guimarães (2015) faz relevante contribuição:

As diferenças corporais podem servir de base para formas socioespaciais de exclusão e opressão, produzindo diferenciados processos de saúde e doença, assim como inúmeros movimentos de luta por melhorias nas condições de vida. A “saúde da mulher” e de “portadores de necessidades especiais”, por exemplo, são duas bandeiras que historicamente representam a produção de um nível escalar a partir de forças de cooperação referenciadas no corpo.

Levando em consideração os exemplos postos pelo autor, como o da “saúde da mulher” e o de “portadores de necessidades especiais”, chamamos a atenção também para a “saúde dos animais” que engrossam as bandeiras sociais, que lutam pela efetivação do direito de acesso à saúde e são profundamente marcadas pelas relações socioespaciais, de exclusão e opressão, vinculadas ao corpo.

Prosseguindo, comentamos artigos da Constituição Federal de 1988, que reforçam ideias propostas no Decreto de n.1934, e são inspiradas pelos debates em torno da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 1978.

Na escala nacional, com a criação da Constituição Federal, a discussão em torno dos direitos dos animais foi inserida no contexto das questões ambientais.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...] VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

Importante apontarmos esse trecho da Constituição, pois, antes disso, os direitos dos animais foram mencionados no ano de 1934; portanto, em um período de 54 anos, o debate em nada evoluiu em nosso país.

Ainda sobre a Constituição, Ataíde Junior (2018, p.52) pontua o seguinte:

Foi nesse texto normativo que se positivou, constitucionalmente, a regra da proibição da crueldade, com o conseqüente reconhecimento do direito fundamental animal à existência digna. Antes dela, nenhuma outra Constituição brasileira tratou da questão animal.

É válido reforçarmos que essas dinâmicas na escala nacional exerceram influências no escopo municipal, haja vista ser Dourados uma cidade brasileira, por isso, obedece a dinâmicas do Estado. Santos (2005) tem nos alertado, mencionando relações entre as distintas escalas, municipal, estadual, nacional e global.

Com base nessa reflexão, enfatizamos o fato de que, antes da Constituição de 1988, esse debate já estava sendo articulado na escala global. Melo e Rodrigues (2019) indicam essa articulação, ao abordar a Declaração Universal de Direito dos Animais, realizada em Bruxelas e Paris, no ano de 1978, a qual merece ser novamente destacada.

No âmbito internacional o maior destaque é para a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em 1978, que reconheceu o valor da vida de todo ser vivo, de sua dignidade, respeito e integridade dos animais. No Brasil a

Constituição Federal de 1988, no mesmo diapasão, em seu artigo 225 proíbe atos de crueldade. (MELO; RODRIGUES, 2019, p. 02)

Recordarmos, que, embora o conteúdo dessas leis seja incorporado às finalidades do CCZ, suas principais estratégias voltam-se, sobretudo, para a promoção da saúde humana, visando ao combate e à prevenção de zoonoses. Isso reforça particularidades que distanciam esse órgão das entidades de socorro animal e acabam sendo importantes para as tomadas de decisões em relação ao direito dos animais.

As ações, as atividades e as estratégias de educação em saúde relacionadas aos animais domésticos e domesticados são voltadas para prevenção de zoonoses, visando à promoção da saúde humana, diferenciando-se dos programas de guarda ou posse responsável de animais que visam, primordialmente, à saúde animal, ao bem-estar animal ou à segurança pública e ao trânsito. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 91)

Interessante fazermos um adendo, na medida em que compreendemos que a saúde humana e a saúde animal se entrelaçam, não só nos aspectos físicos, como nos casos de zoonoses, que são combatidos pelo CCZ, mas também no campo do psíquico. Tal situação revela que a relação animais humanos - animais não humanos envolve aspectos profundos e enraizados no cotidiano das pessoas, marcando presença no plano do lugar, por meio da relação de afetividades, conforme observam Ferreira (2000) e Leite (1998), e tornam-se perceptíveis no convívio entre tutores e animais. Lúndon (2006) pontua que os mundos interiores são um dos propulsores da vida cotidiana. Em outras palavras, as subjetividades de pessoas voluntárias das associações, engajadas na luta pelo direito dos animais se despontam na cotidianidade como alternativas para as questões que ainda não foram resolvidas na esfera do capital e do Estado, representado neste trabalho pelo CCZ.

No entanto, essas relações, conforme Gonçalves (2010) aponta, também podem ser de desafeto, revelando hostilidades, maus tratos e abandonos de animais por parte de seus tutores. Diante desse contexto, nas últimas décadas, novas estratégias, baseadas em leis, têm sido englobadas nas funções do CCZ.

Lima e Grisotti (2018) apontam o seguinte:

Um argumento básico a ser observado na interação entre humanos e animais é que seus benefícios estão relacionados a fatores afetivos e emocionais, podendo desempenhar um papel de proteção à saúde, especialmente a psíquica. De outro modo, os riscos existem, materializando-se como zoonoses e agressões, não inviabilizando, contudo, a convivência com os animais de estimação e o aproveitamento dos ganhos decorrentes dessa relação. Assim, deve-se buscar o equilíbrio entre os participantes dessa relação a fim de que tais benefícios não sejam anulados por danos à saúde dos seres humanos e não humanos (COSTA apud LIMA, GRISOTTI, 2018, p. 1267, 2006)

Dessa maneira, notamos que as espécies possuem forte relação entre si e o bem estar de uma pode estar diretamente relacionado ao bem estar de outra; isso nos revela que estratégias de saúde animal podem contribuir para a solução de problemas que afetam também a saúde pública humana. Nessa perspectiva, lembrando o Decreto de 1934, em que o Estado se coloca como tutor de todos os animais, chamamos a atenção para a necessidade de se refletir sobre possibilidades de acesso público à saúde animal.

Destarte, após o estabelecimento dos direitos dos animais associado às relações ambientais, com o Código Civil brasileiro, em 2012, mais uma vez o direito dos animais é envolto a inúmeras contradições. Segundo Medeiros e Hess (2016), o Código Civil – Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2012 – caracteriza, em seu Artigo 82, os animais como coisas.

A partir dessa premissa, uma série de contradições são identificadas no que concerne ao direito dos animais. Dentre elas o fato indiscutível de que coisas não sentem, são objetos; portanto, não há como ser cruel ou como abandonar as coisas. Medeiros e Hess (2016) chamam a atenção para o tema.

Contudo, não há como negar que o Código Civil brasileiro, mesmo sendo relativamente jovem e posterior a 88, não foi simpático à nova ordem constitucional, mantendo o tratamento aos animais no nível das coisas. Situação que, no mínimo, parece estranha, pois, salvo melhor juízo, não há como ser cruel com as coisas. Coisas não são sencientes, animais são sencientes, sejam eles humanos ou não. (MEDEIROS e HESS, 2016, p. 32)

Dessa forma, as leis vigentes ditam o que pode e o que não pode ser feito; e, quanto ao Código Civil brasileiro, ele abre espaço para hábitos e tratamentos que são comuns na relação com as coisas, como, por exemplo, a compra e a venda de animais em *Pet Shoppings*.

Ilustramos com dados do Instituto PET Brasil (2019); segundo o órgão, as vendas de animais corresponderam a 12,8% de todo o lucro da indústria PET no ano de 2018. Os animais vendidos são criados em criadouros específicos; de acordo com o Instituto PET Brasil (2019), há cerca de 1.348 canis e 503 gatis atuando no segmento em todo o Brasil. Cabe registrarmos que, além dos criadouros registrados, há diversos outros, clandestinos, que atuam sem as condições mínimas preestabelecidas para o setor.

Outro aspecto para o qual chamamos a atenção, é o fato de que é comum nas relações entre as pessoas e seus animais de estimação a utilização da palavra dono: o dono daquele cachorro, o dono daquele gato. Essa palavra revela uma relação de posse, natural no

relacionamento humano com as coisas, o que reforça, no âmbito do sistema legislativo, a referência aos animais como coisa. Vale ressaltarmos que, por isso, há pessoas que defendem a substituição do termo pela palavra tutor.

A palavra dono significa, segundo o dicionário, proprietário, possuidor, aquele que tem completo poder ou controle. A palavra dono acaba sendo bem empregada quando falamos de coisas, objetos, propriedades, então “fulano é dono daquele carro”, mostrando uma relação de posse do carro e controle sobre ele. Com relação aos animais, a palavra tutor acaba se encaixando melhor, já que o Significado de tutor é: indivíduo que exerce uma tutela, aquele que ampara, protege. Guardião. (MyPet’sNanny,2019)

No que se refere ao Centro de Controle de Zoonoses, as relações que associam os animais a coisas têm sido objeto das principais denúncias das associações de socorro animal, que apontam para a existência de devolutiva de animais aos seus tutores, quando denunciados casos de maus tratos e abandono, sem se levar em consideração o bem estar desses animais. Vale também chamarmos a atenção para o uso do termo “apreensão”, comumente utilizado em referência a objetos que são apreendidos, principalmente produtos de contrabando; no CCZ, tal termo está relacionado aos animais que estão sob a custódia do órgão.

Após o Código Civil de 2012, um projeto de lei, de 2015, articulado pelo senador Antônio Anastasia, surge como alternativa para mudanças nessa questão, contudo, o projeto esbarra em novas contradições e acaba sendo palco de inúmeras críticas por parte de diversos especialistas no assunto. Apesar disso, no mesmo ano, o referido projeto foi aprovado (BRASIL, 2015).

Medeiros e Hass (2016) assinalam considerações importantes acerca do projeto:

A redação do Projeto de Lei em comento acrescenta um parágrafo único ao artigo 82 e um inciso IV ao artigo 83, ambos do Código civil, para determinar que os animais não serão considerados coisas. Ao mesmo tempo, o legislador busca a inclusão do inciso IV no artigo 83, com a perspectiva de conceituar os animais não-humanos como bens móveis. (MEDEIROS; HASS, 2016, p. 28)

Os autores chamam a atenção para um aspecto contraditório do projeto: se o projeto pretendia excluir os animais da condição de coisas para dar-lhes o tratamento de seres, que possuem interesses e merecem ter sua dignidade preservada, ao nomeá-los como bens móveis, permite que esses animais sejam facilmente confundidos como coisas, porque também pertencem a alguém.

Nesse sentido, o autor do projeto aponta para o fato de que o código civil brasileiro prevê apenas dois regimes para regulamentar as relações jurídicas, o de bens e o de pessoas.

Condição que mostra um Código Civil estruturalmente especista. Sendo assim, não há um regime que se apresente como categoria que represente o direito dos animais e a preservação de sua dignidade. (SENADO FEDERAL, 2015)

Peter Singer (2013), por sua vez, fala sobre o princípio básico de igualdade e a igual consideração em seu famoso *best-seller* “Libertação Animal”. Essa referência torna-se importante para nosso debate e revela o quanto nosso sistema de leis está longe de atingir esses princípios, tão defendidos pelo autor. Sobre isso, segue-se o seguinte:

A extensão do princípio básico da igualdade de um grupo para o outro não implica que devemos tratá-los da mesma maneira, o que devemos conceder-lhes os mesmos direitos. O que devemos ou não fazer, depende da natureza dos membros desse grupo. O princípio básico da igualdade não requer tratamento básico ou idêntico, mas sim igual consideração. Igual consideração por seres diferentes pode levar a tratamentos e direitos distintos. (PETER SINGER, 2013, p.5)

O defendido pelo autor não é o direito ao voto ou ao casamento por parte dos animais, como ele mesmo cita em seu clássico, e também não é o direito à carteira de habilitação ou ao acesso a uma educação de qualidade, por mais que isso pareça uma piada banal.

Para o estudioso, precisamos considerar a natureza das outras espécies, entendendo suas especificidades, seus interesses e assumindo o mesmo peso moral em relação a todas elas. E isso não refere apenas a cães e gatos, mas também às espécies que servem, por exemplo, como alimentação, como vestuário para os humanos. Esse é um princípio básico para aqueles, que em algum grau, se envolvem no processo de luta pelo direito dos animais; no entanto, esse princípio não é tão difundido no que concerne às relações que envolvem o Centro de Controle de Zoonoses – o órgão orienta-se principalmente pelo conjunto de estratégias voltadas à prevenção das zoonoses, com vistas a olhar exclusivamente o humano. E essa não é uma característica apenas do CCZ e sim de toda a sociedade, inclusive a científica.

Diante de tais considerações, Napoli (2013) propõe análise sobre a inserção dos animais não humanos como “pessoas” na lei, o que poderia ser entendido como um argumento ético para mudar a conduta do homem em relação aos animais e corrigir equívocos, que foram construídos ao longo dos anos nas relações sociais entre as distintas espécies. Desse modo, a inserção dos animais não humanos como “pessoas” na legislação poderia ser uma ponte para a garantia de direitos, como o do acesso público à saúde veterinária. Isso traria impactos positivos, também, à saúde pública humana, posto que animais tutelados por cidadãos de baixa renda, que estivessem com doenças zoonóticas, receberiam tratamentos gratuitos.

Medeiros e Hess (2016) complementam com o seguinte:

Dessa forma, o direito de liberdade aos animais não - humanos deve ser entendido como um direito fundamental para a sobrevivência das espécies não-humanas, enfrentando-se a unicidade moral que nós mesmos criamos e desenvolvendo-se condições para o livre exercício desse direito aos animais não- humanos, pois podemos ser únicos em nossas qualidades inatas, valores e direitos, mas não somos os únicos. (MEDEIROS; HESS, 2016, p. 33)

Após esse debate em torno do Código Civil e do projeto de lei aprovado em 2015, outra lei chamou a atenção nos anos de 2019 e 2020: a Lei 1095/19 ou Lei Sansão, sancionada pelo Presidente da República, que altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 2019, aumentando as penas de crime de maus tratos de 2 para 5 anos de prisão, além de multa e proibição de guarda. (BRASIL, 2019).

Sobre o debate em termos de escala nacional, enfatizamos o Projeto de lei PCL 27/2018, de iniciativa do deputado Ricardo Izar (PP-SP), que propõe que os animais deixem de ser considerados como coisas e passem a ser tratados como sujeitos de direitos não personificados, o que já havia acontecido em alguns países, como Portugal, Espanha e Nova Zelândia. Contudo, o projeto ainda está em tramitação e tem causado muitas polêmicas entre os deputados. O senador Jayme Campos (DEM-MT), por exemplo, defende que o projeto, como está, pode causar sérios problemas, sobretudo, no mundo do agronegócio, embora haja no projeto “ressalvas” sobre os animais empregados na produção agropecuária, na pesquisa científica e nas manifestações culturais, como a vaquejada. (SENADO FEDERAL, 2019).

Na escala municipal, não menos importante, em 2008 entra em vigor a Lei 3.180, que foi alterada, em 2011, pela Lei 3.459 e, em 2019, pela Lei 4.321. (PREFEITURA DE DOURADOS, 2019). Retratar a Lei 4.321 torna-se relevante, embora existam medidas legislativas no campo nacional em relação à proteção animal que influenciam as tomadas de decisões de órgãos, como o Centro de Controle de Zoonoses. Desse modo, sinalizamos que o município também possui seu sistema de leis.

Na entrevista com a coordenadora do CCZ, ela nos informa o seguinte sobre a Lei 4.321:

Essa lei é uma cópia exata de uma lei de São Paulo. Porém se fosse hoje provavelmente faríamos tudo diferente, pois hoje entendemos que muitas dos artigos dessa lei não tem condições de serem aplicados em nossa cidade. (Entrevista com Rosilene, supervisora do CCZ em Dourados, realizada em 23/04/2021).

A ponderação de Rosilene, faz-nos lembrar Santos (2005). Segundo o autor, cada lugar possui condicionantes e variantes próprias que, ao serem atravessadas por movimentos de outras escalas, reagem de forma única. Nesse sentido, entendemos que uma lei aplicada em São

Paulo, não pode ser pensada para uma cidade como Dourados, que possui características distintas. Assim, tornam-se necessárias estratégias políticas que sejam capazes de atender a realidade de cada lugar. Em relação, então, à referida lei municipal, chama-nos, primeiramente, a atenção o Artigo de número 4, que reporta o seguinte:

Art. 4º. Todos os cães, gatos, eqüinos, muares e asininos que habitem a zona urbana do Município de Dourados deverão, obrigatoriamente, ser registrados no órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses (CCZ), ou em estabelecimentos veterinários devidamente credenciados por esse mesmo órgão para tal finalidade. (PREFEITURA DE DOURADOS, 2008, p. 3)

O artigo nos revela contradições relativamente à sua aplicação, isso porque não há efetivo controle acerca dos registros das espécies de animais na cidade. Segundo a entrevistada Rosilene, não há como ter controle desses animais na cidade e, muito menos, como cobrar da população que procure um setor veterinário para criar essa identidade, visto que boa parcela não tem acesso a esse serviço. A exceção ocorre nos casos em que os animais são “apreendidos” por maus tratos ou por abandono, em que o CCZ faz cadastramento dos animais e insere neles dispositivos, como microchips (Fotos 6, 7 e 8).

Fotos 6, 7 e 8. Dourados-MS. Cadastros de animais com microchip (2021)



FOTO: Arquivo CCZ, 2021.

Nesse sentido, compreendendo a técnica de inserir microchip no animal “apreendido” com o intuito de facilitar o serviço do CCZ e combater o abandono e os maus tratos, retomamos Santos (2002) o qual observa que a técnica é uma forma de o ser humano transformar a natureza

ao seu redor, produzindo o espaço em que vive. Acreditamos ser tal técnica algo novo, que aponta para a relação entre tempo e espaço, fazendo-se presente na escala das ações do CCZ no plano do lugar.

Destacamos a palavra “apreensão”, corriqueiramente utilizada pelo CCZ para se referir a animais que estão sob sua custódia. É preciso compreendermos que essa palavra é usualmente empregada por polícias, quando apreendem coisas, como objetos contrabandeados e drogas. Nesse sentido, esse uso se aproxima da noção de coisas e bens na qual os animais se inserem, considerando-se o contexto legislativo, o que revela a influência do sistema de leis da escala nacional nas ações do CCZ. Convém ressaltarmos que, pela perspectiva das entidades de socorro animal, o termo utilizado é resgate. Nesse sentido, as relações das associações com os animais são pautadas por lógicas vivenciadas no cotidiano, que fogem ao padrão legislativo e estão intrinsicamente ligadas a aspectos socioemocionais.

Rosilene, ao ser questionada sobre o como o CCZ age para fazer as “apreensões”, informa-nos o seguinte:

Toda a situação é averiguada, caso seja comprovado que não houve maus tratos o tutor necessita pagar uma multa para retirar o animal. É dado 5 dias para o tutor entrar em contato e quando os animais têm seus tutores ausentes, os animais são apreendidos e ficam o tempo que for necessário. (Entrevista com Rosilene, supervisora do CCZ em Dourados, realizada em 23/04/2021).

Isso posto, voltamos ao artigo que indica a obrigatoriedade do cadastro de todos animais. Compreendemos que, mesmo que o artigo fosse, de fato, consumado, o controle somente não significaria maior eficácia frente às relações que envolvem o debate em torno do direito dos animais. No entanto, se ele estivesse aliado a outras estratégias, como a da castração, poderia, sim, fazer diferença. Brito, em pesquisa sobre castração, no estado da Paraíba, registra o seguinte, conforme um de seus entrevistados:

Entre os benefícios obtidos com a castração dos animais, relatados pelos tutores, os mais citados foram os fatos de não terem cio e não poderem mais reproduzir, o que leva à diminuição da população de cães e gatos, ou seja, vindo de encontro à solução para o principal incômodo mencionado por diversas pessoas (ver animais abandonados nas ruas). (BRITO, 2016, p. 46)

Nessa direção, citamos, a seguir, artigos presentes na lei de escala municipal sobre a questão da castração e outros assuntos. Artigo 48:

Caberá ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses a execução de Programa Permanente de Controle Reprodutivo de animais domésticos, por meio de

educação da população e da promoção da execução de cirurgias de castração em cães e gatos. (PREFEITURA DE DOURADOS, 2008, p. 23).

Artigo 50:

Com a finalidade de coibir a população de animais errantes, o Município de Dourados deverá criar página, no seu portal da rede mundial de computadores, dedicada à troca de informações sobre animais desaparecidos, sem prejuízo de outros serviços destinados à intermediação e ajuda às pessoas que perderam e querem encontrar seus animais. (PREFEITURA DE DOURADOS, 2008, p. 24)

Artigo 51:

O Município de Dourados, através da Secretaria Municipal de Saúde, promoverá programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da propriedade responsável de animais domésticos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais e governamentais, universidades, empresas públicas ou privadas (nacionais ou internacionais). (PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, 2008, p. 24).

No que diz respeito ainda ao assunto, citamos o projeto aprovado para a cidade de Dourados, o castra móvel. Trata-se de uma unidade de castração móvel que poderá facilitar ações de castração em diversos bairros da cidade onde a mobilidade e os recursos da população não permitem o acesso a esses serviços¹³ (projetos similares existem em outras cidades do Brasil). Conversamos com a representante do CCZ sobre essa novidade e ela nos informou que está aguardando orientações sobre o projeto e que ele resultará de uma parceria entre prefeitura e associações de socorro animal. Por ora, importa compreendermos que a castração tem sido uma das maiores e mais eficazes alternativas para solucionar os problemas de abandono de animais, e está nas principais pautas dos debates em torno do direito animal. Contudo, no que se refere às iniciativas do poder público, isso ainda é embrionário, podendo ganhar novos rumos se, de fato, o projeto do “castra móvel” for viabilizado.

Dando continuidade à análise, a partir da legislação, vejamos o que nos informa o Artigo 12:

Art. 12. Os proprietários de cães e gatos deverão, na forma da legislação vigente, vaciná-los contra a raiva, observando, para a revacinação, o período recomendado pelo laboratório responsável pela vacina utilizada, além de levá-los ao médico veterinário regularmente para a observância da vacinação e everminação. (PREFEITURA DE DOURADOS, 2008, p. 06)

¹³ A pedido do prefeito Alan Guedes, o deputado estadual Marcio Fernandes garantiu a emenda parlamentar para a compra de uma Unidade Móvel de Castração de Cães e Gatos (Castramóvel) para o município de Dourados. A verba será no valor de R\$ 150 mil e deve contemplar toda a população da cidade. Disponível em: www.douradosagora.com.br.

Observamos que, apesar de a maioria das leis defenderem os animais sem distinção de espécies, elas são cobradas ou aplicadas, quase exclusivamente, para os animais com os quais os humanos possuem relação de empatia em algum grau. Desse modo, maus tratos e abandonos não se aplicam a animais de corte, mortos todos os dias pelas indústrias alimentícias existentes na cidade.

No que tange aos equídeos da cidade, outra espécie que habita as fronteiras da consideração moral humana, chamamos a atenção para o Artigo 17:

O uso de animais equídeos para montaria ou tração deverá obedecer a critérios que não impliquem esforço exagerado por parte destes animais, a serem discriminados na regulamentação desta Lei. (PREFEITURA DE DOURADOS, 2008, p. 9).

Em relação a esse artigo, a coordenadora faz comentários sobre a Reserva Indígena, argumentando que não há como aplicar a lei nessa área da cidade. Isso porque a Reserva Indígena possui dinâmicas próprias, o que faz com que leis relativas aos animais não tenham o mesmo efeito, quando aplicadas naquele local.

Rosilene registra um dos casos em que essa evidência foi constatada.

Uma vez recebemos uma denúncia de maus tratos. Fomos até o local, aos arredores da Reserva Indígena e nos deparamos com um cavalo exausto caído no chão. Porém, não pudemos apreender o animal, pois era um dos meios de subsistência de uma família. Resolvemos, então, trazê-lo para nossa base e tratá-lo com alguns medicamentos. Depois que o animal melhorou o liberamos. (Entrevista com Rosilene, supervisora do CCZ em Dourados, realizada em 23/04/2021)

O CCZ, diante de casos assim, torna-se alvo de inúmeras críticas, principalmente por parte das entidades de socorro animal, que atuam com estratégia diferente, ou seja, não devolvem o animal mau tratado ou negligenciado para seu antigo tutor. No entanto, Rosilene aponta para elementos, como a desigualdade social que assola a Reserva Indígena, que tornam essa questão ainda mais delicada. Antunes (2021), com base em Naves (2018), sinaliza que a questão do direito dos animais esbarra na desigualdade social, à qual muitas pessoas estão submetidas; defende que a luta animal jamais poderá negligenciar o ser humano. Aliás, essa luta deve reafirmar o papel do ser humano e a sua capacidade de lidar com o diferente.

Importante registrarmos que cerca de 7000 animais foram vacinados contra a raiva na Reserva Indígena de Dourados, somente no ano de 2020. Desse modo, entendendo que a cidade de Dourados é nosso local de estudo e sabendo que a Reserva Indígena está situada na cidade,

cabe-nos algumas reflexões a respeito. Sob esse viés, apresentamos uma fala de Santos (2002, p. 25).

No domínio das relações entre técnica e espaço, uma primeira realidade a não esquecer é a da propagação desigual das técnicas. Esse ponto, que foi corretamente discutido por Jean-Louis Lespes (1980, pp. 56-76), sugere um importante debate a respeito do processo de difusão das técnicas e de sua implantação seletiva sobre o espaço. Num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas.

Nesse sentido, ponderamos que há na cidade de Dourados diferentes técnicas em uso, o que revela profundas contradições: enquanto em parte da cidade usam-se carros, motos e outros meios de transportes; na Reserva Indígena, embora esses meios também sejam utilizados, ainda é muito comum o uso de carroças. Por compreender a complexidade das relações sociais na Reserva Indígena não nos aprofundaremos nessas questões. Contudo, desconsiderá-las não é de bom feitio, haja vista que esses povos foram repetidamente ignorados e excluídos por parte da população da cidade, inclusive, por acadêmicos em seus trabalhos; sem contar que os cuidados em relação às zoonoses e em relação aos animais existentes nesse local da cidade estão atrelados também às obrigações do CCZ.

Voltando ao debate em torno de cães e gatos, mencionamos o Artigo 18 e seu inciso primeiro da lei municipal, que oferece uma série de questionamentos, mas também respostas, em torno do processo de abandono.

Art. 18. Os proprietários de animais são responsáveis por todos os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento dos mesmos, inclusive pela garantia de quaisquer atendimentos médico veterinários. 1º Os proprietários encaminharão seus animais ao Centro de Controle de Zoonoses de Dourados somente em casos de comprovada suspeita de raiva ou outra doença de interesse da saúde pública, assim definida em regulamento. § 2º Aos proprietários, incumbe arcar com os custos de todo e qualquer tratamento indicado pelo médico veterinário. (PREFEITURA DE DOURADOS, 2008, p.9)

Chamamos a atenção para o termo utilizado em relação aos responsáveis pelos animais: “proprietário”. Importante relembramos que somente as coisas podem ter um proprietário; sob esse aspecto, a lei de escala municipal revela forte influência do sistema legislativo nacional, que relaciona os animais a coisas e bens.

Outro apontamento do artigo é o referente à responsabilização dos tutores dos animais por gastos veterinários. Cumpre ressaltarmos que, num país onde há pessoas passando fome, e numa cidade onde a desigualdade socioespacial é escancarada, cobrar da população que leve seus animais a veterinários e arque com os custos é, no mínimo, contraditório. Além disso, a

falta de um hospital veterinário público na cidade, por um lado, e a presença de clínicas particulares com preços elevados, por outro, fazem com que cidadãos com menos poder aquisitivo sejam excluídos do acesso aos serviços veterinários; com isso, seus animais têm os direitos básicos violados.

Tal situação nos remete ao afirmado pelo Instituto PET Brasil (2019): 5% dos cães e gatos no Brasil são considerados animais em condição de vulnerabilidade (ACV), os quais estão sob a tutela de pessoas que vivem na linha da pobreza. Desse modo, os animais estão suscetíveis às relações de classe em que seus tutores se encontram, ou seja, ambos são excluídos do acesso ao setor de saúde veterinário, o que torna esse fato um agravante no processo de vulnerabilidade e abandono.

Registrarmos que, apesar de o Centro de Controle de Zoonoses dar preferência para a “apreensão” de animais em determinadas condições de risco à saúde pública, há no local um gatil e um canil que abrigam animais em busca de um lar (Fotos 9 e 10). Esses animais, na perspectiva do CCZ, não foram resgatados e, sim, “apreendidos” por meio de denúncias de abandonos e maus tratos.

Fotos 9 e 10. Dourados-MS. CCZ. Canil e gatil (2021)



FOTO: Arquivo CCZ, 2021

Aqui cabem algumas considerações: as imagens apresentadas foram cedidas pelo CCZ, uma vez que não fomos autorizados a entrar nem no gatil e nem no canil do órgão. Verificamos, pelas fotos, que o local interno aparenta estar em boas condições; bem diferente do externo, em que se visualiza a fachada do prédio do órgão nas imagens apresentadas em momento anterior neste trabalho, as quais sugerem um local aparentemente sucateado. Essa constatação nos leva a perceber que a situação que estamos discutindo nesse texto pode ter diferentes narrativas, uma do CCZ e outra de quem está de fora, incluindo as associações de socorro animal. A seguir, fotografias de animais apreendidos pelo CCZ (Fotos 11, 12 e 13).

Fotos 11, 12 e 13. Dourados-MS. CCZ. Animais “apreendidos” (2021)



FOTO: Arquivo CCZ, 2021

É válido apontarmos que não fomos autorizados a registrar imagens no interior no CCZ, por isso, utilizamos imagens cedidas por este órgão.¹⁴

Essas imagens, também cedidas pelo CCZ, apresentam-nos importantes elementos que contribuem para nossas análises: as grades, que passam a impressão de que os animais estão enclausurados. Por esse prisma temos a sensação de que esses seres não são bem vindos na sociedade, por isso estão presos, como se tivessem cometido algum crime; nesse sentido, reforçamos que, nas ações dessas unidades, o direito dos animais não representa papel de protagonista e, sim, de coadjuvante, estando em segundo plano nas estratégias do órgão.

Vale adiantarmos que, no que se refere às associações de socorro animal, essas relações tomam outras nuances, adquirindo aspecto muito mais afetivo. Nessa lógica, lembramos Ferreira (2000) e Leite (2008) que apontam ser o lugar um local munido de interesses e afetividades humanas. Ressaltamos, relativamente ao CCZ, que as relações adquirem formas reveladoras de afetividades muito mais ligadas ao campo do trabalho do que às paixões que envolvem ideologias.

Além do mais, a análise acerca das imagens mencionadas permite-nos, ainda, sinalizar para a escala da corporeidade, os animais focalizados também possuem corpo. Sobre isso, frisamos: tudo que existe e tem vida possui um corpo. Nesse sentido, cada ser vivo no seu

¹⁴ Queiroz (2018) chama a atenção para o seguinte: “Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver.” (Sontag, 2004, apud Queiroz, 2018, p.122).

encontro com o ser humano, por meio do lugar, terá o seu destino traçado de acordo com o corpo que ocupa – podendo ser morto para torna-se comida, vestuário, ou ser “apreendido” como se fosse um criminoso.

Haesbaert (2020) pontua, com base em outros autores, que o corpo não é neutro e universal: tem raça, sexo, gênero, cor e, especificamente na perspectiva deste trabalho, o corpo também tem espécie.

Continuando a discussão em torno dos artigos relativos à Lei 4.321, o Artigo 19 aborda o seguinte:

É proibida a permanência de animais soltos nas vias e logradouros públicos ou em locais de livre acesso ao público no âmbito do município de Dourados, exceto quando estes locais forem especialmente dedicados aos animais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, 2008, p.9)

Tendo em vista o informado no artigo, vale ponderarmos que há, em Dourados, casas que não possuem portão, nem muro, especialmente na periferia da cidade, locais que, na perspectiva das associações, são considerados críticos. Isso nos indica que determinadas leis não foram pensadas para toda a população.

Ainda quanto ao CCZ, o órgão realiza feiras de adoções (Fotos 14 e 15) como estratégia para facilitar a adoção de animais e, ao mesmo tempo, descongestionar as instalações do canil e do gatil presentes nas instalações da unidade.

Fotos 14 e 15. Dourados-MS. CCZ. Feira de adoção - Praça da Juventude, Parque das Nações (2021)

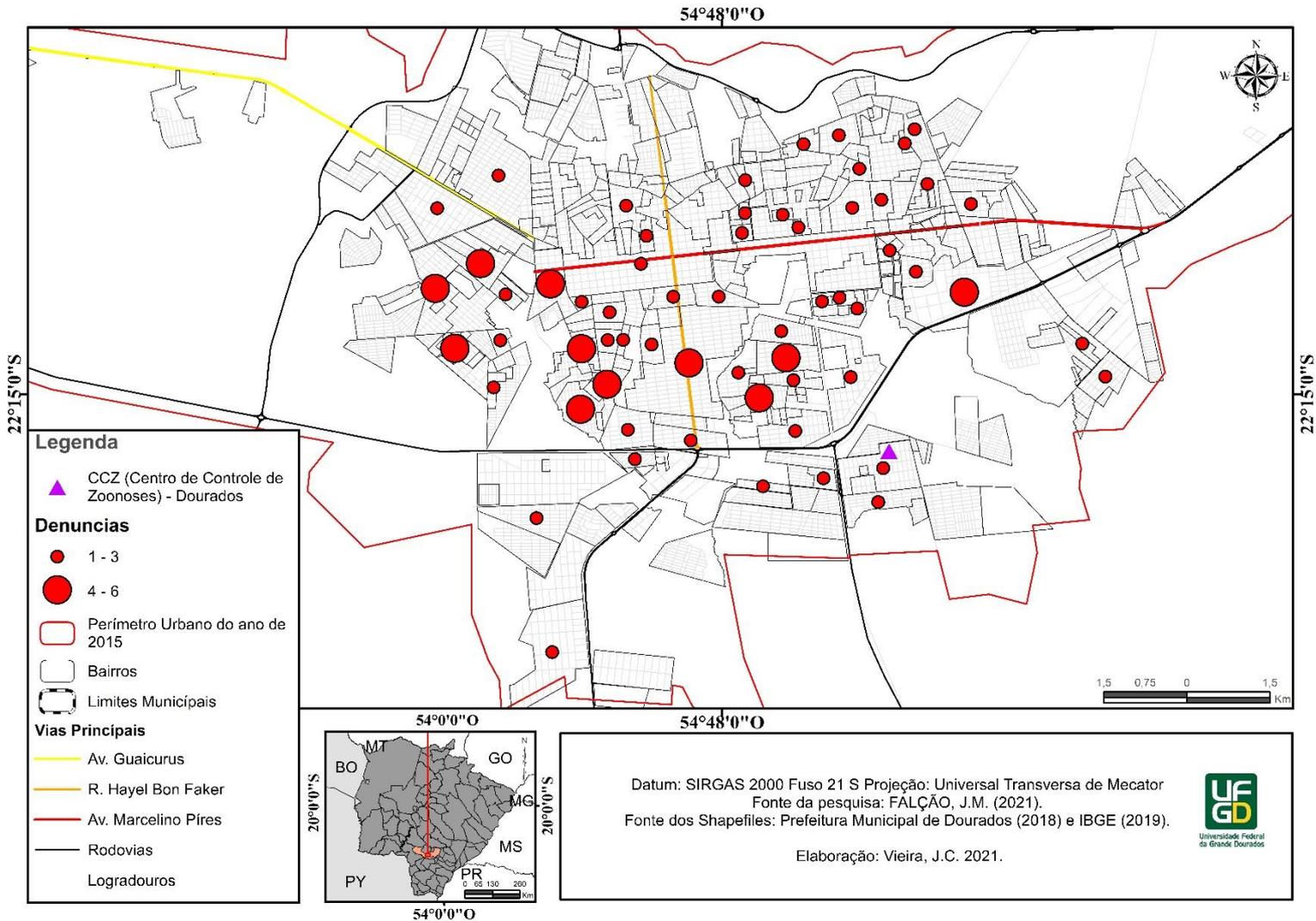


FOTO: Arquivo CCZ, 2021.

Diante de novos papéis atribuídos ao CCZ (além dos relacionados aos cuidados com a saúde pública), por exemplo, o de atenção ao direito dos animais, mesmo que de modo secundário, o órgão tornou-se, hoje, um dos principais canais de denúncias de abandono e maus

tratos de animais. Na sequência, o Mapa 2 que mostra locais de denúncias feitas ao CCZ pelos moradores da cidade, durante o primeiro semestre do ano de 2021.

Mapa 2 - Dourados-MS. CCZ. Localização das denúncias (2021)



Fonte: CCZ, 2021. Elaboração: VIEIRA, 2021. Org.: MATOS, 2021.

O mapa indica a existência de denúncias por quase toda a cidade de Dourados, mas em alguns locais a incidência é menor. Por exemplo, na porção Noroeste, onde se encontram os bairros com maior faixa de renda da cidade, assim como a maior parte das clínicas voltadas para o tratamento da saúde animal. Para avaliarmos tal situação, recorreremos a autoras que estudam as diferenças socioespaciais na cidade.

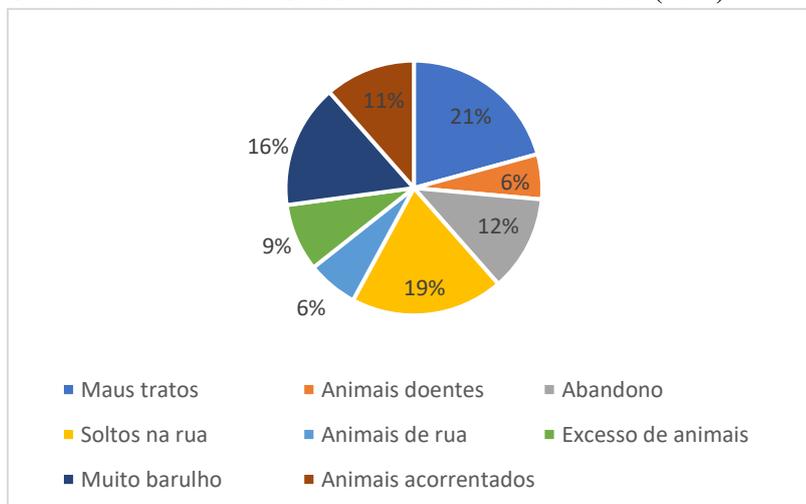
A própria condição de centralidade regional tem se reverberado em novas formas de produção imobiliária. Essa realidade tem se expressado, dentre outros, por intermédio da produção habitacional voltada para uma população de alta renda (loteamentos fechados), imprimindo nova forma de produção, apropriação e uso do espaço urbano, sobretudo, na porção noroeste da cidade. (BERNADELLI; CALIXTO, 2015, p. 1).

Considerando que a porção Noroeste da cidade (com exceção da Reserva Indígena) é a área que apresenta o maior percentual de moradores de alta renda, torna-se pertinente dizer que as dinâmicas sociais se diferenciam de acordo com a localização e suas combinações. Acrescentando que as relações de corporeidade também estão sujeitas as essas diferenças; desse modo, compreendemos o porquê a porção Noroeste é a área com menor incidência de abandonos e maus tratos: os corpos de animais não humanos dependem também das relações financeiras de seus tutores, afinal, o acesso à saúde animal na cidade é mercantilizado.

Nessa perspectiva, tendo em conta que não existe um hospital público veterinário na cidade e que as clínicas veterinárias obedecem a preceitos capitalistas, que colocam a saúde animal como mercadoria, compreendemos que o acesso à saúde animal e a serviços como diagnósticos, tratamentos, prevenção e, sobretudo, castração limitam-se àqueles que podem pagar por isso e que residem distante dos locais onde ocorrem a maior taxa de abandono e maus tratos em Dourados.

Nesse contexto, animais doentes ficam privados de possibilidade de tratamentos, tornando-se fortes candidatos a desenvolverem algum tipo de zoonose. Tal situação pode desenrolar-se para outros processos, como o da normalização do quadro de saúde do animal, que, mesmo doente, permanece sem tratamento por seu tutor não ter acesso ao mercado de serviços veterinários, o que pode conduzir ao abandono; conseqüentemente, a casos de denúncias. A seguir, no Gráfico 7, apontamos os principais motivos de denúncias feitas ao CCZ em 2021.

Gráfico 7 - Dourados-MS. CCZ. Motivos das denúncias (2021)



Fonte: CCZ, 2021
Org: MATOS, J.

Diante do dados, notamos que 6% das denúncias são de animais doentes, o que reforça o discurso de que a ausência de tratamentos acessíveis também implica denúncias ao CCZ e pode impactar as estratégias de combate a zoonoses, uma vez que muitas das doenças estão relacionadas com as que são transmitidas aos humanos. Dessa forma, compreendemos que o debate em torno do direito animal e que os novos papéis assumidos pelo CCZ ganham importante protagonismo nessas relações.

Outro aspecto a considerar é o do abandono relacionado a “animais em situação de rua” e a animais soltos na rua, que acaba adquirindo características similares. Por vezes torna-se difícil distinguir animais criados soltos na rua por seus próprios tutores, daqueles que, literalmente, foram abandonos e dos que nasceram na rua. Assim, a rua passa a ser elemento indiscutivelmente presente nas relações entre denúncias e “apreensões”, associadas a tarefas do CCZ. Aqui relembramos Damatta (1997) que nos aponta para a importância de interpretação sobre a rua nos debates. Gonçalves (2010) apresenta a ambiguidade da rua – para animais abandonados, local de hostilidade; para pessoas que se apropriam dela para passagem ou lazer, espaço de novas possibilidades. Neste caso estão inseridos animais que, presos a guias, passeiam com seus tutores pelas ruas da cidade.

As reflexões desenvolvidas sugerem que a relação entre seres humanos e não humanos está em constante metamorfose em nossa sociedade. A empatia, a sensibilidade e a consideração moral para com as outras espécies vai, aos poucos, sendo despertada nas relações de subjetividades do homem. Com isso, a humanidade, ao longo de sua história, dá novos sentidos à sua relação com as outras espécies. Os animais, que outrora eram considerados “seres sem alma” ou, até mesmo, máquinas da natureza, à mercê da vontade humana, passam a ser percebidos como seres sencientes, que possuem capacidade de sentir emoções, como medo, fome, dor, tristeza, alegria. Percebendo certa similaridade entre a vida dos animais e a dos homens, os homens passam a se preocupar com o bem estar dos animais, o que favorece mudanças sociais que vão ocorrer também no cenário político, com a criação de leis e a distribuição de novos papéis ao CCZ, por exemplo. Haesbaert (2000) com base em Escobar (2018), nos aponta o seguinte:

Cuando se está hablando de la montaña como ancestro o como entidad sintiente, se está referenciando una relación social, no una relación de sujeto a objeto. Cada relación social con no-humanos puede tener sus protocolos específicos, pero no son (o no solo) relaciones instrumentales y de uso. Así, el concepto de comunidad, en principio centrado en los humanos, se expande para incluir a no-humanos (...). Consecuentemente, el terreno de la política se abre a los no-humanos. (ESCOBAR, 2018, apud HAESBAERT, 2020. p. 86)

Outro apontamento relevante é o indicado por Lúndon (2006, p. 379), ao estudar a Geografia da Vida Cotidiana (GVC):

Para las GVC el sentido del lugar implica el reconocimiento de que los lugares no solo tienen una realidad material, sino que son construidos socioculturalmente a través de procesos sociales que los cargan con sentidos, significados y memoria, en la vida práctica. Por ella los sentidos y significados espaciales, así como la memoria espacial, no solo se refieren al individuo, sino que son colectivamente reconocidos, están socialmente consensuados aun cuando lo sean dentro de pequeños grupos sociales

Desse modo, entendemos que as transformações sociais em relação às espécies abordadas neste trabalho possuem forte relação não só com as subjetividades de cada ser humano, mas também com a construção coletiva do lugar, capaz de ressignificar as relações sociais entre animais humanos e não humanos. É nesse constructo que o CCZ é marcado por essas transformações.

Quanto, ainda, às denúncias, que estão relacionadas com o novo papel do CCZ, apresentamos, a seguir, Fotos 16, 17 e 18, cedidas pelo órgão.

Fotos 16, 17 e 18 - Dourados MS - Denúncia e fiscalização - animal abandonado por tutores (2021)



FOTO: Arquivo CCZ, 2021.

As imagens acima são referentes a averiguação e confirmação de uma denúncia de abandono. Finalizando o capítulo, sublinhamos um dado importante para análise: a ausência de denúncias na Reserva Indígena de Dourados. Tal situação se apresenta como uma das maiores contradições para os estudos urbanos de Geografia na cidade de Dourados; contradição que é focalizada em nosso trabalho – a Reserva Indígena é apontada pelo CCZ e pelas associações

de socorro animal como um local crítico, no entanto, no quadro de denúncias não aparecem queixas nesse local.

Tais considerações são efetuadas com o intuito de não deixar essa porção da cidade ser excluída de nossa abordagem, haja vista que a Reserva Indígena está presente na relação do douradense com o lugar, apontando para encontros que acontecem nesse plano, conforme Massey (2000) nos alerta, ora gerando conflitos, ora gerando, até mesmo, a invisibilidade.

Neste capítulo tivemos como objetivo apresentar diálogo entre saúde pública e direito dos animais, compreendendo que a saúde pública, defendida pelos propósitos do Ministério da Saúde e também pelos do CCZ, está profundamente ligada à relação que envolve os animais. Assim sendo, animais abandonados, negligenciados, vítimas de maus tratos possuem mais chances de desenvolverem zoonoses e, por sua vez, de contaminarem seres humanos.

A seguir passamos para reflexões em torno das associações de socorro animal, que surgem como respostas às demandas não atendidas pelo Estado no que concerne ao direito dos animais. Válido pontuarmos que os papéis tornam-se invertidos: se de um lado a preocupação com a saúde pública é o cerne do trabalho feito pelo CCZ; por outro, o direito dos animais adquire protagonismo nas relações das associações. Nesse sentido, uma última ponderação, a de que 54% das denúncias feitas ao CCZ são engavetadas pelo órgão sob o pretexto de que não procedem. No entanto, a interpretação dessas denúncias, sob a perspectiva das associações, pode sugerir negligências por parte do setor.

CAPÍTULO 3

AS ASSOCIAÇÕES DE SOCORRO ANIMAL DA CIDADE DE DOURADOS-MS: CONSIDERAÇÕES SOBRE GRUPOS QUE SURGEM COMO ALTERNATIVA NA LUTA PELO DIREITO DOS ANIMAIS

O surgimento de associações de socorro animal e de ONGs, que levantam bandeiras das mais variadas lutas, e a relação desses grupos com setores públicos (como o CCZ), com o comércio e a sociedade, em geral, é uma alternativa a demandas sociais não atendidas pelo Estado (RODRIGUES, 2015).

Dessa maneira, optamos por retratar o trabalho de duas associações: o da Associação Protetora dos Animais Amigos dos Animais (AAMA) e o da Associação Protetora dos Animais Refúgio dos bichos. Lembramos que há outros grupos que atuam como socorristas animalistas na cidade, contudo, essas duas entidades desempenham atuação de destaque. Elas nos fornecem inúmeras pistas para nosso estudo revelando uma rede de articulações no município; por isso, merecem atenção especial. Quanto ao termo Associação de Proteção Animal, terminologia utilizada no estatuto das associações, optamos por substituí-lo, no decorrer do texto, por Associação de Socorro Animal. Isso, por motivos mencionados anteriormente no trabalho, na página 14, assim como por influência de reflexões desenvolvidas por Felipe (2011).

Feitos esses apontamentos, reafirmarmos a relevância do conceito de lugar, ao qual recorreremos, ao longo deste trabalho, para melhor compreensão dos papéis dos grupos que analisamos. Carlos (2007, p. 14) traz a seguinte reflexão:

[...] Como o homem percebe o mundo? É através de seu corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua.

Nesse sentido, toda situação que permite o desencadear de um processo de abandono, ferindo o princípio do direito dos animais e impossibilitando novos resultados, como a luta pelo direito à cidade, ocorrem primeiramente no plano do lugar. Sendo assim, resgates, adoções, denúncias, promoção de bazares, contradições, e demais movimentos aqui analisados, antes de transcenderem os diversos planos de análise da Geografia, são percebidos e vividos no lugar.

Outro aspecto de relevância para nosso tema e para a categorização no plano do lugar, é o relativo à corporeidade; aspecto que tem chamado a atenção de Carlos (2007) em seus trabalhos e que ganha destaque neste capítulo. Se o lugar é o espaço apropriado pelas práticas do vivido, essa apropriação é sentida e percebida pelo uso do corpo. Vale reforçar que, sem um corpo, não há apropriação do lugar; portanto, a corporeidade releva-se como indispensável para se analisar o plano do vivido e a relação do indivíduo com o mundo por meio do lugar. Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que lugar e corpo são indissociáveis; fato que se torna óbvio, na medida em que os atores sociais envolvidos nesse contexto apresentam suas experiências, as quais são sentidas e percebidas primeiramente na relação do corpo com o lugar.

Nessa direção, as experiências vividas e sentidas pelas voluntárias das associações de socorro animal, no que se refere ao plano da corporeidade e no contato que têm com o lugar, podem ser visualizadas, por exemplo, nas incansáveis ações que envolvem distâncias a serem percorridas, dificuldades com locomoção, muros a serem pulados, aproximações de animais assustados, conflitos com o CCZ e com autoridades estatais. Em suma, trabalhos que envolvem cansaços físicos, mentais e inúmeros desgastes.

É também por meio da corporeidade que os indivíduos se relacionam com o processo de abandono, ou seja, o ato de abandonar um animal envolve o lugar e é sentido pelo corpo. O abandono acontece por diversos motivos: por não se ter condições de arcar com as despesas que um animal requer, por não se ter local adequado em casa, por não se ter meio de locomoção para levar o animal ao veterinário, por não se dispor de tempo para os devidos cuidados. Os motivos perpassam a tríade cidadão-identidade-lugar, apontada por Carlos (2007). É ainda por meio da corporeidade que os atores sociais se entrelaçam com as relações que visam a trazer novos resultados ao processo de abandono e de maus tratos. Atuam, de forma individual ou coletiva, como é o caso das associações, que se organizam em grupo na tentativa de criar estratégias para dar novos resultados a esse processo.

Assim, tendo em vista que é por meio do corpo que o homem se apropria do espaço, e que o lugar é o espaço apropriado pela vida, corpo e corporeidade não poderiam deixar de ser pensados e analisados ao longo deste capítulo.

Souza (2009) amplia o debate, apresentando-nos uma outra perspectiva em torno da questão. Chama a atenção para o fato de a corporeidade revelar práticas que expressam alteridades e identidades culturais. Por esse prisma, podemos dizer que os indígenas, por exemplo, em rituais que envolvem danças, pinturas estão reforçando práticas de corporeidade, haja vista que o corpo é quem permite ao ser humano expressar sua cultura.

Em relação aos nossos atores sociais, podemos dizer que suas práticas também envolvem “certo” ritual em torno do socorro animal, desde o resgate dos animais (de ruas ou de lares), que sofrem maus tratos, ao acolhimento em centros de tratamentos ou em lares temporários; e, por conseguinte, a luta pelos seus direitos.

Souza (2009) alerta também para o fato de que é por meio da corporeidade que práticas como o machismo e o racismo podem ganhar forma e expressão. Assim sendo, entendemos que é também pela corporeidade que o especismo se faz presente.

Cardoso (2016), por sua vez, avalia o lugar como algo além do aspecto material; e Napoli (2013) o vê a partir do modo como os animais ocupam a consideração moral humana.

Nesse sentido, compreendemos que o contato entre seres humanos e não humanos, repleto de subjetividades, reveladas pelo uso do corpo na dimensão do cotidiano, sinaliza para o surgimento de novas relações sociais, nas quais os animais, a depender da espécie, passam a ocupar novas posições na consideração moral humana. Assim sendo, as associações socorristas surgem como parte desse processo.

Vale uma observação: se de um lado o CCZ utiliza o termo “apreensão” para os animais vítimas de maus tratos e abandonos; por outro, as entidades socorristas tratam essa relação como resgate. Deste modo, buscamos no dicionário online o significado da palavra “resgate” que aponta para ação e efeito de resgatar ou ação e efeito de libertar; libertação. (DICIO, 2021).

No que diz respeito à manifestação da corporeidade e às subjetividades nela incluída, reiteramos que as voluntárias das associações de socorro animal, em suas ações de resgates, apresentam emoções subjetivas que revelam indignação com a sociedade e também com o Estado.

No que se refere às ações de “apreensão” efetuadas pelo CCZ, não descartamos a ideia de que elas também estão atravessadas de emoções, como empatia pelos animais; aliás, percebemos isso em nossas entrevistas com a supervisora da unidade na cidade. No entanto, compreendemos que, por se tratar de um órgão estatal, que obedece a diretrizes num plano municipal e nacional, suas ações estão permeadas de protocolos jurídicos e de relações de trabalho.

Diante disso, é no cotidiano, que as associações de socorro animal surgem, apontando para soluções não encontradas na esfera do capital e do Estado e demonstrando suas subjetividades como atores sociais envolvidos nessa luta, que ganha forma e expressão. Isso nos é revelado nas ações que tais grupos desenvolvem, desde atuações coletivas em parcerias comerciais a atividades feitas individualmente, como as relacionadas aos cuidados com os cães dos centros de tratamentos.

Reforçamos que o corpo também se expressa e produz o espaço na dimensão do cotidiano – onde, aliás, as possibilidades não hegemônicas, como a luta pelo direito dos animais, são ampliadas. Silva, Ornat e Chimin (2019), ao estudarem as obras de Lefebvre (1991) sobre corporeidade, pontuam o seguinte:

Nossa interpretação da obra de Lefebvre (1991 [1974]) é de que o espaço, enquanto um produto da capacidade do corpo humano, pode ser pensado também como possibilidades de resistências às lógicas estabelecidas pelas relações hegemônicas de poder. As resistências podem ser concebidas a partir do corpo humano, dotado de capacidade corpórea de produzir espaço de existências não hegemônicas. (SILVA, ORNAT, CHIMIN, 2019, p. 64-65)

É nessa perspectiva que entendemos o socorro animal na cidade, ou seja, como relação não hegemônica, que surge num cenário onde o Estado e seus aparelhos, por exemplo o CCZ, não atendem suas demandas, onde não se conta com o capital, pois, na lógica mercantilista, animal também é mercadoria.

Na sequência efetuamos estudo sobre as duas associações referidas, apontando suas características quanto à localização, organização, produção de receitas, relação com o poder público, com a comunidade; e também indicando contradições na produção do espaço urbano. Para tanto, optamos por uma metodologia que tem como ponto de partida a interpretação e a análise dos estatutos das duas associações, realizadas a partir do ano de 2020.

3.1 A Associação de socorro animal Amigos dos Animais (AAMA)

A Associação “Protetora dos Animais” Amigos dos Animais (AAMA), por nós nomeada, conforme mencionado, de Associação de socorro animal Amigos dos Animais (AAMA) foi fundada em 2017, quatorze anos depois do surgimento do CCZ. Possui sede na Rua Dom João VI, n. 1865, bairro Jardim Piratininga. Atualmente, a sede da associação é utilizada apenas para receber documentos, correspondências, notificações.

No ano de sua fundação, a associação criou um estatuto como forma de guiar suas ações e reforçar seu papel. Apresentamos seus principais objetivos para trazeremos subsídios à nossa discussão. De acordo com o Art. 1º, parágrafo único do estatuto da AAMA, a associação será regida em conformidade com os seguintes princípios éticos:

Todo ser vivo, animal, ou vegetal, merece respeito e guarnição; todo animal tem direito a liberdade e uma vida com qualidade; Diante de conflitos de interesses, prioriza a ação que traga maior benefício para o animal não humano e para a harmonia na relação homem-animal. (AAMA, 2019, p.1)

Tendo em vista a orientação de que “todo ser vivo, animal, ou vegetal, merece respeito e guarnição” e a de que todos os animais têm direito a “uma vida com qualidade”, a Associação tem feito trabalhos com patos, coelhos e cavalos¹⁵. Contudo, mesmo atendendo outras espécies, cães e gatos continuam sendo o maior alvo das ações da AAMA.

¹⁵ Na segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, encontrar carroças dividindo espaço com os carros é comum. A última estimativa realizada mostrou que sejam pelo menos mil carroceiros em Dourados. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/projeto-trata-cavalos-que-puxam-carroca-em-dourados-ms-para-evitar-mortes-por-exaustao.ghtml>

Nesse primeiro ponto vale chamamos a atenção para o fato de que Dourados concentra duas grandes empresas do ramo alimentício: Brasil Food e Seara. Elas são responsáveis pelo abate de milhares de animais: aves, porcos, vacas. Contudo, tais abates não têm sido pauta de discussões que movimentem a AAMA. Essa ausência sugere uma contradição, que perpassa outras associações, e reforça a ideia de Felipe (2011), ao observar que, apesar de essas associações fazerem trabalho de merecido destaque, o termo mais adequado para indicá-las seria o de associações de socorro animal. Reforçamos que o estatuto da AAMA apresenta princípios de defesa de todas as espécies de animais sem distinção.

Quanto às relações de contradição presentes na produção do espaço, lembramos Gottdiener:

E as relações espaciais apresentam uma forma rica e constante de contradições, que requerem análise em seus próprios termos e não podem ser descartadas, tal qual os políticos economicistas marxistas tentam fazer, como mera reflexão de contradições causadas internamente pelo próprio processo de produção (GOTTDIENER, 2010, p. 130).

A questão da contradição envolve ainda a invisibilidade imposta aos grupos de socorro animal, por meio de influências de outras escalas na articulação do local de estudo com um projeto de sociedade Ocidental, somado a interesses do capital. Tudo isso é percebido em diversas escalas – na global, na local e na do corpo –, uma vez que a associação é feita por pessoas que, em contato com o lugar, utilizam seus corpos, do qual a empatia seletiva por algumas espécies acaba sendo algo presente.

Gottdiener (2010, p. 153) nos alerta sobre essa invisibilidade. Para o referido autor, de acordo com Lefebvre: “... a crítica da vida cotidiana deve estar vinculada à transformação do espaço, embora exista um bloqueio que nos impede de perceber as contradições internas a nossa vizinhança imediata.”

Nesse sentido, Gottdiener (2010) nos possibilita resgatar a obra de Melanie Joy (2014): “Porque amamos cães, comemos porcos e vestimos vacas”. A autora sinaliza para a invisibilidade caracterizando nosso relacionamento com determinadas espécies, algumas consideradas como alimentos e outras, como vestuário.

Tal observação, torna-se imprescindível para nossas análises, na medida em que a proposta de estudar o papel que envolve o direito dos animais nos leva a compreender que essa luta deveria envolver todos os animais, o que não é o revelado pela realidade.

Sobre a questão, obtivemos a seguinte resposta da advogada da AAMA:

Essa é uma pergunta polêmica, até mesmo dentro da Associação. Já trabalhamos em resgate, atendimento e auxílio de patos, coelhos e diversos cavalos. Temos diretoras e associados que são veganas e vegetarianas e pregam a proteção irrestrita a todos os animais. De toda forma, é princípio da AAMA que todos os animais tenham uma vida digna, essa é a nossa luta. (Entrevista realizada com a advogada da AAMA, Edinalva, em 10/10/2020).

De acordo com a entrevistada, há membros que praticam o veganismo¹⁶ e o vegetarianismo dentro do grupo. Contudo, isso não significa que a Associação esteja livre de práticas especistas, até mesmo porque, embora haja membros que levantem essas questões, ainda se trata de um debate polêmico dentro do grupo como a própria entrevistada afirma.¹⁷

Dando prosseguimento, apontamos, no Art.3º do Estatuto, as finalidades da AAMA:

Estimular o amor e o respeito aos animais;
Divulgar as leis que protegem aos animais;
Colaborar com os órgãos competentes no sentido de aprimorar a legislação relativa ao direito dos animais, estimulando o cumprimento destas;
Promover campanhas educativas e orientar a população quanto ao respeito e cuidado com os animais, esclarecendo sobre a posse responsável e esterilização dos animais;
Fiscalizar o cumprimento da legislação relativa ao trato dos animais, promovendo as ações judiciais competentes quando for o caso;
Auxiliar os animais desamparados, proporcionando tratamento médico, alimentação e o amparo necessário, buscando lares saudáveis e equilibrados para estes;
Estimular a adoção responsável de animais abandonados;
Promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos aos animais e meio ambiente;
Promover projetos e ações que visem a preservação, bem como a recuperação e proteção da entidade física e psicológica dos animais;
Estimular a parceria, o diálogo, e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando juntamente com outras entidades de atividades que visem interesses comuns. (AAMA, 2019, pg. 01)

Postas as finalidades e os objetivos da associação, é importante tecermos comentários sobre os membros que tornam o trabalho da entidade uma realidade. Dessa forma, a AAMA, para melhor desempenho de suas funções, organiza-se por meio de guarnecedoras voluntárias, de guarnecedoras tutoras e de associadas (os) contribuintes.

Segundo o Artigo 5º (AAMA, 2019), as guarnecedoras voluntárias participam atendendo os chamados da diretoria, envolvendo-se em campanhas, em resgates, realizando doações para a entidade e divulgação em redes sociais, bem como efetuando a limpeza do

¹⁶ O veganismo é uma forma de viver que busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade para com os animais, seja para alimentação, vestuário ou qualquer outra finalidade. Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/o-que-e-um-vegano-2/>

¹⁷ Destarte, cabe fazermos ressalva de que não é nosso foco trazermos um viés de libertação animal para a pesquisa; no entanto, tendo em vista que o lugar é nossa perspectiva de análise e que, por sua vez, está marcado por contradições, inclusive na utilização do termo “direito dos animais”, apontar essa questão é indispensável.

Centro de Tratamento (CT). Segundo a advogada Edinalva, o grupo possui 20 guarnecedoras voluntárias e sua participação é essencial, haja vista que a AAMA não é uma empresa, não tem funcionárias registradas. As ações da diretoria também são realizadas por voluntárias que se distribuem entre as seguintes funções: presidente, vice-presidente, secretária geral, segunda secretária, tesoureira, segunda tesoureira, diretora de promoções. As voluntárias participam, ainda, do conselho fiscal, da diretoria, articulando contatos e parcerias.

As guarnecedoras tutoras, apontadas no Artigo 7º (AAMA, 2019), são as voluntárias responsáveis por oferecer lar temporário¹⁸ e cuidados básicos aos animais resgatados. A Associação conta, hoje, com 4, número muito abaixo da demanda de resgates na cidade, segundo a entidade.

Importante ponderar que a função de guarnecedora tutora tem sido uma das mais relevantes para o trabalho da associação. Segundo o grupo, uma das maiores dificuldades é ter um lugar para o animal resgatado ficar temporariamente, até que seja adotado. Sendo assim, compreendemos que, sem a participação dessas pessoas, os resgates seriam inviáveis, tendo em vista que a entidade não possui um abrigo de animais; e o centro de tratamento recebe apenas animais doentes.

Diante desses apontamentos, chamamos a atenção, mais uma vez, para o plano do lugar, que, por vezes, é percebido como algo inóspito, inseguro, provocando medo, vazio. À primeira vista, essa perspectiva pode estar associada aos animais humanos, levando-se em consideração, principalmente, as pessoas que moram nas ruas. Contudo, também pode estar associada aos animais não humanos, afinal esses animais estão envolvidos com a história humana há milhares de anos, estando suscetíveis às ações do homem no espaço.

Conforme as observações e os diálogos feitos durante a pesquisa, os animais abandonados nas ruas estão suscetíveis a um cenário de imensa insegurança, no qual, para sua sobrevivência, disputam território com outros animais, reviram lixos, “pedem” alimentos pelos bares e restaurantes da cidade, ficam vulneráveis a acidentes, a doenças e a práticas de violência cometidas pelos seres humanos. É importante, nesse momento, lembrarmos um dado mencionado anteriormente – o de que há, segundo a coordenadora do CCZ, cerca de 1000 animais abandonados pelas ruas de Dourados, ou seja, existem em torno de mil cães e gatos vivendo em situação de rua.

18 Segundo ARCA Brasil, Lar transitório, também conhecido como lar temporário, é o local onde cães, gatos e outros animais encontram abrigo, cuidados e alimentação pelo tempo necessário até serem adotados, definitivamente; dessa maneira esses lares são imprescindíveis para os resgates desses animais das ruas. Disponível em: <https://arcabrasil.org.br/index.php/lartransitorio>

Vale retomarmos também a questão da corporeidade, pois o uso do corpo, por meio de rituais e práticas no contato com o lugar, se revela presente tanto nas ações das guarnecedoras que limpam e cuidam do centro de tratamento quanto na conduta dos “animais em situação de rua”. Esse comportamento nos aponta para o como esses seres, em uma escala corpórea, se apropriam do lugar.

Ferreira (2000) nos alerta para o fato de que o lugar só existe na perspectiva do homem. Porém, os animais, uma vez impactados pela ação do homem, revelam, como resultado dessa ação, comportamentos específicos no contato com o local em que vivem, tudo isso por meio de sentidos inerentes a seus corpos. Cardoso (2016) pondera, por sua vez, que, mesmo que o lugar tenha sido criado pelo homem, a presença de outros seres nesse plano é algo inquestionável, o que torna o lugar um constructo não só humano. Por essa ótica, a ideia de encontro, discutida por Massey (2000), faz sentido, quando percebemos que o plano do lugar revela encontros entre seres humanos, cães, gatos e outras espécies. É nessa seara que articulamos o comportamento animal com o elemento da corporeidade.

Outro item a se destacar em relação a esse debate é o do uso da rua. Damatta (1997) chama a atenção para a rua como um local inóspito, uma “terra sem lei”, onde tudo pode acontecer. Por esse ângulo, compreendemos que os “cerca de mil animais em situação de rua”, apontados pelo CCZ, estão suscetíveis a violências, doenças, fome. Uma vez estando nessas condições, podem causar riscos à saúde do próprio homem, haja vista que estão mais passíveis a desenvolverem e a transmitirem, por exemplo, zoonoses. Desse modo, a saúde pública está intimamente ligada à saúde dos animais, que, por sua vez, está atrelada ao debate em torno do direito desses seres.

Continuando esse raciocínio, a rua também ganha sentido na escala do corpo dos atores sociais, no das voluntárias socorristas, que, ao promoverem estratégias com vistas ao direito dos animais, visam a novas possibilidades para essas espécies em condição de rua.

Em entrevista com a advogada e presidente da associação, Dandara, ela nos informa o seguinte, ao ser questionada sobre a importância do lugar para a recuperação dos animais resgatados:

Olha, assim como os seres humanos, os animais têm suas especificidades. Alguns reagem muito bem à recolocação em novos lares e se reestabelecem, mas outros nunca deixam seus traumas, suas dores, os medos e velhos hábitos. O universo animal em muito se assemelha ao humano, pelo menos os animais domésticos que atendemos. Temos respostas 100% positivas em recuperação de animais e da sua dignidade, mas também temos exemplos de pequenos que nunca recuperam sua sanidade, por mais amor, acolhimento, nutrição que recebam. Temos

inúmeras experiências nos dois sentidos. (Entrevista realizada com Dandara, presidente da AAMA, em 12/10/2020)

Segundo a entrevistada, as relações com os seres não humanos são parecidas com as relações humanas – os dois universos se aproximam e as distintas espécies compartilham similaridades. A partir desses relatos, avaliamos a importância dos lares temporários, locais de trocas entre os tutores e as espécies tuteladas, onde a corporeidade se faz presente. Sem esses locais o processo de abandono tem menos chances de evoluir para novas possibilidades, e o direito dos animais fica comprometido.

Outro aspecto a ser registrado, é o relativo à organização da AAMA: sem a união dos membros e sem a organização interna, como a da divisão de tarefas, o trabalho seria quase inviável. Refletindo sob essa perspectiva é que optamos por chamar os membros que atuam nesse coletivo de atores sociais, compreendemos que eles possuem papel estratégico nas relações que envolvem nosso tema de trabalho.

Seguindo com a apresentação da organização interna da associação, no Artigo 13º (AAMA,2019), especifica-se que os membros da diretoria serão eleitos a cada ano para desempenho de suas funções, podendo ser reeleitos. Ressalvamos que, no parágrafo desse mesmo artigo, ficam restritas a participação no grupo de pessoas que praticam atividades comerciais de exploração animal.

Salientamos que à diretoria da associação compete as seguintes responsabilidades: gestão financeira, criação de campanhas, articulação com parcerias comerciais, aprovação de novos membros como associados, criação de projetos, promoção de eventos, doações, assistências aos membros que oferecem lares temporários, convocações de assembleias para decisões importantes, administração do patrimônio, gestão dos resgates, administração do centro de tratamento.

Diante disso, a associação desenvolve, por exemplo, ações para promover rifas, sorteios de brindes, leilões e eventos como estratégias para a arrecadação de fundos para a organização. Enfatizamos que isso ocorre sem que haja contribuição do Estado, embora o Estado seja responsável pelas vidas dos animais que lá estão.

Entre as ações, destacamos o projeto *Luz, Câmera, Ração* (Foto 19), realizado quatro vezes na cidade de Dourados, no estacionamento do *Shopping dos Animais* (Av. Weimar Gonçalves Torres, 2559, área Central da cidade). Teve como dinâmica a arrecadação de rações para os animais tutelados pela AAMA; em troca os doadores puderam fazer um book fotográfico com seus animais de estimação, com o tema natalino.

Foto 19 - Dourados-MS. Evento *Luz, Câmera, Ração* – Participantes da comissão organizadora (2020)



FOTO: Arquivo AAMA, 2020

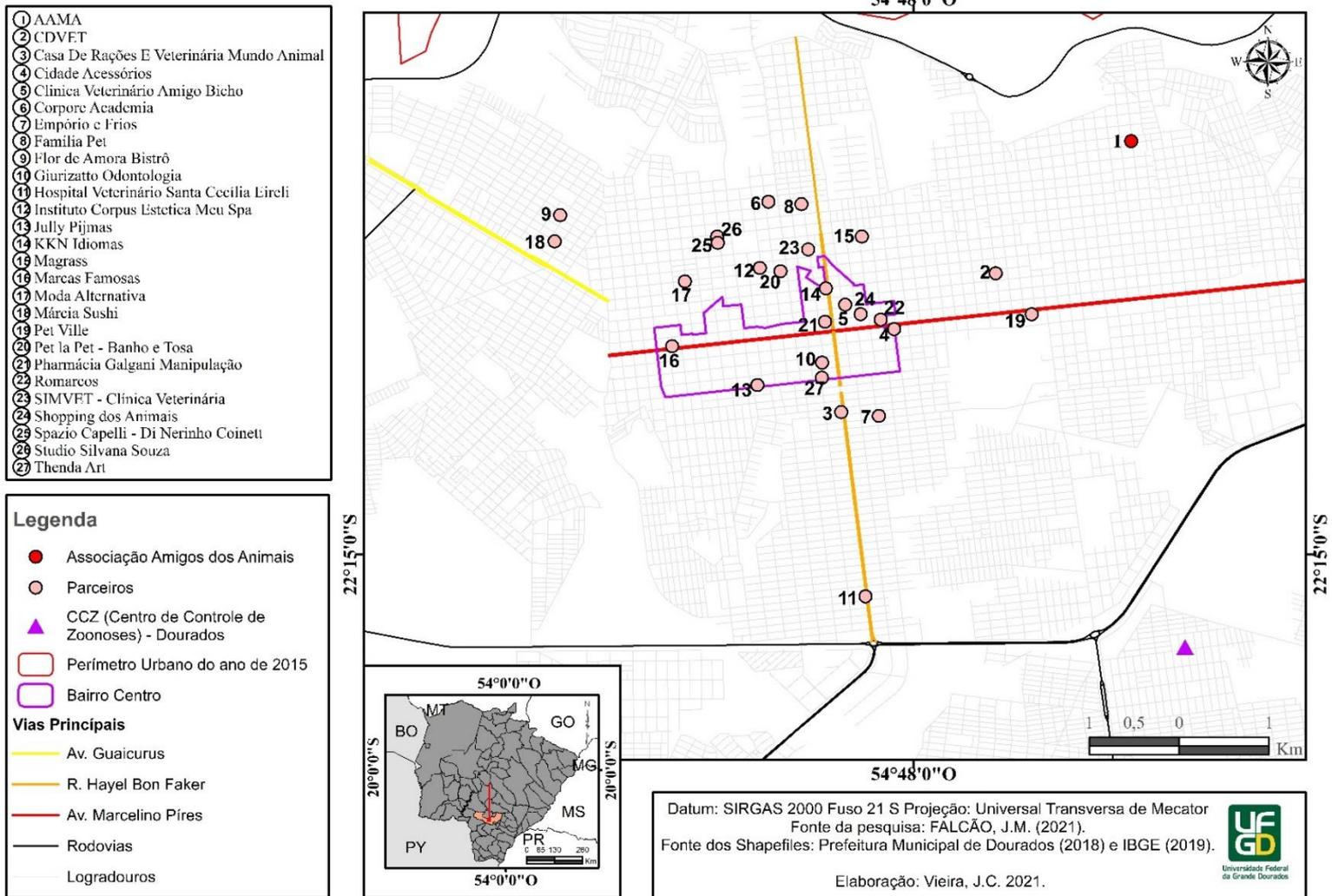
O evento foi o último relativo ao projeto *Luz, Câmera, Ração* do ano de 2020. A entidade arrecadou mais de 600 quilos de ração com essa estratégia. As ações só foram possíveis devido à parceria que o grupo fez com a empresa, que cedeu o local para que o evento acontecesse. Isso revela que a entidade busca, de modo coletivo, estratégias para realização de seus objetivos.

Cumpramos reafirmarmos que essas atividades viabilizadas pela AAMA ocorrem em um cenário de efetiva ausência por parte do Estado em relação aos animais abandonados. Com Oliva (1997), compreendemos que, uma vez o Estado estando ausente, resta a essas entidades buscar alternativas na dimensão do cotidiano, onde as subjetividades das voluntárias, por exemplo, somadas às estratégias coletivas, encontram soluções para problemas que, diante da lei, caberia ao Estado resolver.

No que se refere a outros membros que também atuam nesse coletivo, com participação importante, estão as(os) associadas (os) contribuintes. Segundo o Artigo 9º (AAMA,2019), são membros que colaboram com uma mensalidade no valor de R\$ 30,00 para suprir gastos referentes aos resgates; no entanto, esse valor não é obrigatório e os contribuintes podem também auxiliar de outras formas, por exemplo, ajudando nos resgates, oferecendo lares temporários. Atualmente, segundo informações, a associação conta com cerca de 200 pessoas associadas, que geram uma receita em torno de 6 mil reais. Elas têm direito de participar das assembleias propostas pela associação, além de receberem descontos em vários estabelecimentos parceiros na cidade (Mapa 3).

Atentamos para o fato de que a maioria dos parceiros comerciais da associação se encontram na porção Noroeste da cidade, na área Central ou em suas adjacências. Ou seja, a AAMA não possui parceiros nas áreas onde mais acontecem o abandono de animais na cidade, as áreas periféricas, o que é citado pela própria associação.

Mapa 3. Dourados-MS. Associação Amigo dos Animais e Parceiros



Fonte: AAMA, 2020. Elaboração: MATOS E PEREIRA (2020)

Observamos que, além de apresentarmos a localização da sede da AAMA e a dos estabelecimentos de seus parceiros, optamos por também localizar, na figura, o Centro de Controle de Zoonoses, posto compreendermos que as associações de socorro animal fornecem suporte a esse órgão e, ao mesmo tempo, exercem cobranças, as quais são demandadas por parte da população. Por sua vez, o CCZ é um órgão atrelado à prefeitura municipal, sendo assim, também optamos por situar a prefeitura da cidade em nossa figura.

Ainda quanto a informações relativas aos membros da Associação, cabe trazermos à tona uma realidade que nos chama a atenção para outro debate, o fato de não haver homens entre os membros da diretoria da AAMA – ela é formada exclusivamente por mulheres voluntárias. Em relação aos membros associados, a realidade não é muito diferente: atualmente cerca de 80% são mulheres; e 20% são homens (AAMA, 2020). Essa questão levanta a discussão sobre gênero e nos faz indagar sobre o porquê de as mulheres serem a maioria nessa associação¹⁹.

Nessa perspectiva, Barrero e Garcia (2016) contribui abordando o tema violência doméstica e apontando o abuso de animais e o desrespeito a seus direitos como uma violência enquadrada nessa categoria, o que nos fornece algumas pistas para reflexão²⁰.

Novamente sinalizamos para o elemento lugar, pois é nesse plano que as mulheres engajadas na luta pelos animais, assumindo uma corporeidade reveladora de sensibilidades, empatias, cansaços físicos e mentais, e persistências demonstram suas práticas como atores sociais nesse movimento; inclusive, nas eleições de 2019, foram elas que chamaram a atenção para a temática no âmbito político²¹.

Registramos que a AAMA, assim como a Refúgio dos Bichos, teve uma representante na disputa das eleições para uma cadeira na Câmara dos Vereadores da cidade. Karla Gomes, voluntária da AAMA, disputou as eleições pelo partido DEM (Democrata estadual de Mato Grosso do Sul) levantando a bandeira do bem estar animal em sua campanha, porém, não foi eleita.

Nessa direção, avaliamos que as associações dão oportunidade para ações voltadas à tomada de decisões, por meio de relações políticas, haja vista que representantes das associações podem assumir cargos como membros de diretoria, como presidentes; mas isso envolve articulação com setores públicos, o que ocasiona cobranças e parcerias com a prefeitura

¹⁹ Lima (2016) em sua pesquisa sobre a sensibilidade de empatia de interespecie nas relações com cães e gatos, também aponta essa situação, discorrendo que, em pesquisa de campo com socorristas, mais de 70 % eram mulheres.

²⁰ O abuso animal tem sido usado como um indicador de que a família apresenta problemas relacionados à violência doméstica e precisa passar por diagnóstico, avaliação de risco da situação, medidas preventivas e proteção aos mais vulneráveis. Quando os animais são abusados, há violência doméstica. Currie (2006), por exemplo, descobriu que crianças expostas à violência doméstica eram três vezes mais cruéis para com os animais. Segundo outro levantamento, feito com mulheres vítimas de espancamento, 71% relataram que o agressor já havia machucado e/ou matado o seu animal de companhia (ASCIONE; WEBER; WOOD, apud BARRERO, GARCIA, 2011, p.185)

²¹ Grossi e Miguel (2001) apontam para os movimentos sociais vistos como “espaços alternativos” do fazer política. Alves (2016, p. 154) complementa com o seguinte. “O envolvimento da mulher na política, além de representar uma das formas de combate às desigualdades de gênero, tem como finalidade o enfrentamento do grande desafio de fortalecer e ampliar a participação feminina nos espaços de poder e decisão”.

(é o caso do surgimento de um comitê de defesa animal, assunto que abordaremos em outro momento), assim como pressão pública voltada ao CCZ.

Outro ponto relevante e que se evidencia, quando analisamos as parcerias da associação com empresas privadas, é o relacionado ao modo de produção no qual nossa sociedade está inserida. Esse sistema revela que, até mesmo as entidades sem fins lucrativos estão sujeitas à lógica do capital, a qual atinge até os confins do globo. Em diversos momentos de nosso trabalho isso é apontado; e, na dinâmica associação-parceiros-contribuintes, as relações com o capital são ressaltadas, haja vista que, para conquistar contribuintes, é necessário estabelecer parcerias que viabilizem vantagens comerciais.

Vale reforçarmos que, embora as estratégias da associação surjam numa relação com a dimensão do cotidiano, isso não significa que elas estejam isentas das influências do capital, que, aliás, em busca de hegemonia, insere-se até mesmo nos grupos que não possuem fins lucrativos.

Dessa maneira, é por meio de uma lógica mercadológica que a associação consegue arrecadar fundos para suas ações. Tais relações são imprescindíveis para a sobrevivência dos atores sociais e de suas estratégias, estando presentes nas relações com o lugar, por meio do corpo. Carlos (2007), com base em Martins, complementa:

Para José de Souza Martins ‘a história local é a história da particularidade embora ela se determine pelos componentes universais da história. Isto é, embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e os conteúdos dos grandes processos históricos, ele ganha sentido por meio deles quase sempre ocultos e invisíveis (...) é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido’. É preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso. (CARLOS, 2007. p. 17)

A autora aponta a articulação entre as escalas dos grandes processos históricos e as da história local. Isso é percebido à medida que analisamos as particularidades da cidade em que realizamos nosso estudo; elas estão repletas de componentes universais da história, que, por sua vez, são combinados a particularidades do local. Além disso, a autora aborda a relação do lugar, por meio do uso do corpo, no plano do cotidiano. O plano do cotidiano fica evidente, por sua vez, quando notamos que os resgates, as parcerias, os cuidados com os animais, os eventos e a luta socorrista realizam-se numa dimensão social em que suas práticas entram em conflito com

aquelas exercidas na instância da produção e da reprodução de bens e serviços²². Tal situação põe também em relevância o choque entre os resgates de “animais em situação de rua” e o *petshismo*²³, símbolo das clínicas veterinárias da cidade, inspirado numa educação voltada para o consumo²⁴, comum aos cursos de medicina veterinária de nosso local de estudo.

Nesse sentido, reiteramos que a ausência de um hospital público veterinário é preocupante para entidades que resgatam os animais. Sem a ajuda pública, esses grupos necessitam procurar por clínicas particulares, muitas delas recheadas de simbolismo, evidenciando o *petshismo*, que cobram preços superfaturados. Válido também lembrarmos que, na relação ambígua entre associações e CCZ, não existe suporte veterinário para atendimentos dos animais.

Desse modo, os grupos socorristas, em determinadas situações, se veem obrigados a suspender resgates para não ficarem inadimplentes junto a clínicas particulares. Isso aconteceu com a AAMA, no período de 8 de novembro a 8 de dezembro de 2020, conforme nota.

Comunicado Importante

É com pesar que informamos a suspensão dos resgates por 30 dias. A decisão foi tomada depois de fecharmos no vermelho por meses e estarmos com um saldo negativo de aproximadamente R\$17.000,00. Pedimos que não tragam casos nesse período, pois precisamos honrar os compromissos para continuarmos como uma Associação séria e responsável. Para continuar com os atendimentos na Clínica Veterinária precisamos colocar as contas em dia, o que é impossível com novos resgates... A saída tem sido muito maior que a entrada, mesmo com todos os esforços de arrecadação. Durante esse período, estaremos buscando fundos, recursos, ajuda e colaboração de vocês. Pedimos a ajuda de todos com as ações em andamento! Tenhamos em mente que isso é temporário, iremos pagar as dívidas e retomaremos o quanto antes com os preciosos resgates

Nota da Tesouraria:

Informamos que os 17 mil citados acima, referem-se aos gastos que devem ser pagos agora em novembro. No entanto, precisamos considerar que temos mais 10 boletos de R\$ 2.038,00 (referentes ao parcelamento no hospital Santa Cecília) com vencimentos

²² Em 2020, As associações de socorro animal na cidade denunciaram e contribuíram com as autoridades no sentido de interditar uma feira que vendia animais. Disponível em: <https://olharanimal.org/feira-de-venda-de-animais-e-interditada-apos-denuncia-sobre-mas-condicoes-do-local-em-dourados-ms/>

²³ *Petshismo*: “termo cunhado pelo etnólogo francês Jean-Pierre Digard para descrever uma espécie de fetiche que as sociedades urbanas contemporâneas têm com os animais de estimação”, nos explica Kênia Gaedtke. Ela nos conta que esse conceito ajuda a compreender condutas humanas contraditórias, uma vez que esse fetiche é composto por duas faces: a da adoração e a do consumismo de produtos e serviços para o bem-estar do animal e também a faceta inversa, caracterizada pelo abandono ou maltrato. Disponível em: www.jornalismojunior.com.br.

²⁴ Quanto a isso Santos (2008) traz irreverente contribuição:

A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida. (SANTOS, 2007, p.139)

até setembro de 2021. Dessa forma, podemos considerar que hoje a AAMA tem uma dívida de R\$ 37.380,00 a ser saldada. Nossa arrecadação com mensalidades gira em torno de R\$ 6 mil reais. Daí, a necessidade de ações complementares e a suspensão temporária dos resgates. Marcia C Ferreira Eleny Sandra Rodrigues Tesoureiras (AAMA, 2020).

No que tange à relação com o CCZ, ela nem sempre é de conflito. Em determinados momentos se estabelece por meio de parceria. Como exemplo, citamos a ação social desenvolvida entre a AAMA e o CCZ para conscientizar os moradores do condomínio Morada Dourados, localizado na Rua Abílio de Mattos Pedroso, 1735 - Jardim Novo Horizonte, sobre relações com os animais, abandonos, maus tratos, realizada em abril de 2021.

Assim sendo, é diante desse quadro que a associação busca veemente desenvolver estratégias para arrecadação de fundos e continuar o seu trabalho.

3.2 Centro de tratamento de animais resgatados (AAMA)

Os voluntários e visitantes que chegam ao centro de tratamento de animais resgatados pela AAMA são recebidos com grande alegria e muita energia por parte dos hóspedes do local. Foi assim em nosso trabalho de campo: fomos recebidos com muitas lambidas e beijos pelos quatro cachorros que estavam no local. Thor, Lampião (Fotos 20 e 21), Jake e Carlota (Foto 22) não deram sossego e tentaram, de todas as maneiras, ser o centro das atenções; até nos momentos em que nossa anfitriã Eliane respondia nossas perguntas, foi indispensável trocar carícias e afeto com esses animais.

Fotos 20 e 21 -Dourados-MS. Thor e Lampião



FOTO: MATOS, J. (2021)

Thor e Lampião foram brincalhões e extremamente afetivos; Lampião mostrou-se mais tímido e revelou não gostar muito de fotografias; Thor não parou quieto um minuto sequer, demonstrando estar sempre atento a qualquer sinal de alguém passando pela rua.

Foto 22 - Dourados-MS. Jake e Carlota



FOTO: MATOS, J. (2021)

Jake e Carlota também foram extremamente carinhosos, estavam em tratamento durante nossa visita.

Esse relato tornou-se imprescindível para a pesquisa, na medida em que o lugar, plano que nos propomos a analisar, é repleto de sentimentos e emoções, possibilitados pelo uso do corpo. A alegria, a euforia e a empatia foram alguns dos sentimentos vivenciados durante o trabalho de campo numa relação de troca entre pesquisador, entrevistada e hóspedes do centro de tratamento.

Essas características apontam para diferenças entre os grupos socorristas e o CCZ. No centro de tratamento, por exemplo, os animais possuem uma história e um nome, além de estarem envolvidos em uma atmosfera de emoções que revelam sentimentos como esperança e amor. Quanto ao CCZ, por mais que os animais recebam alimento, água e abrigo, não têm a mesma atenção em relação aos que estão num centro de tratamento; suas histórias e seus nomes nem sempre são lembrados; e sua presença não é tratada como um “resgate” e, sim, como uma “apreensão”.

Assinalamos que o centro de tratamento trabalha com resgates apenas de cães; os gatos²⁵ são destinados às guardadoras tutoras do grupo. Essa política se faz necessária, na medida em que muitos cães e gatos têm comportamentos imprevisíveis em relação a uns com os outros e, para segurança dos resgatados, o viável é separá-los.

Outro ponto importante é o de que, por segurança e a pedido da associação, optamos por não divulgar o endereço do centro de tratamento, nem mesmo por imagens. Quando os endereços dessas entidades são divulgados, geralmente, os locais correm o risco de se tornarem alvo de abandono de animais; por isso, a precaução, a cautela e o sigilo em torno de sua localização. Essa prática aponta para uma cultura de abandono de animais em abrigos ou centros de tratamentos, revelando hábitos de abandono possibilitados pelo uso do corpo em contato com determinados lugares.

Lima (2016) destaca que as colônias de animais e os abrigos são constantemente locais de abandono. É válido frisarmos que a associação não possui um abrigo e, sim, um centro de tratamento²⁶.

Alves et al (2013), em artigo publicado para uma revista de saúde pública veterinária, chama a atenção para a ausência de uma literatura voltada para os animais abandonados no Brasil. O autor busca referências em outras literaturas e aponta dados importantes, por exemplo, dos Estados Unidos da América.

Nos Estados Unidos, as causas referidas para entrega de cães em abrigos foram, em primeiro lugar, problemas comportamentais dos animais (46,8% dos casos) e em segundo lugar, mudanças na disponibilidade de espaço ou nas regras de conduta social do espaço ocupado pelo ser humano (29,1%). Ainda como causas importantes de abandono, constam o estilo de vida do proprietário do cão (25,4%), a diferença entre a expectativa (sejam elas emocionais, físicas ou sociais) do proprietário, a preparação deste novo dono para a chegada do animal e a realidade nos cuidados do cão (14,6%) (ALVES *et al.*, 2013, p. 36).

Importa refletirmos sobre a subjetividades humanas, que foram postas a partir das relações capitalistas. Dardot e Laval (2014), considerando análise de diversos psicanalistas, apontam para o surgimento de um novo ser, instruído pelas relações com o capital e incentivado a se tornar um “animal” cada vez mais produtivo e consumidor. Desse modo, é evidente que os movimentos advindos de um sistema capitalista neoliberal têm o poder de transformar as

²⁵ Inserimos algumas fotografias, cedidas pela Associação, nos anexos deste trabalho.

²⁶ A diferença está no fato de que o CT costuma abrir as portas para aqueles animais que necessitam de tratamento por conta de alguma doença ou por maus tratos, sendo um local com grande risco de contaminações com doenças, como a cinomose, entre outras. O abrigo também possui característica de local de tratamento, porém, tem função mais ampla: costuma receber outros animais, mesmo que não estejam doentes, e abriga-os até que possam ser adotados e ter um lar definitivo.

subjetividades humanas nas mais amplas escalas. Assim sendo, torna-se compreensível a preocupação das referidas associações em não revelar os endereços de seus centros de tratamentos; em uma sociedade em que o próprio sujeito se enxerga como mercadoria, não poderíamos criar outras expectativas em relação aos animais não humanos. Justifica-se, então, a discricção relativa a esses locais.

Cabe retratar, ainda, a condição imposta pelo global para o local do lugar como uma mercadoria. O centro de tratamento não está livre dessa variável. A AAMA, por exemplo, gasta o valor de R\$ 700,00, mensalmente, no centro de tratamento; e, ainda, paga parcela anual de IPTU, no valor de R\$ 250,00. Souza (2013, p.66) contribui com essa reflexão: “O espaço social material, sob o capitalismo, foi sendo, ao longo dos séculos e das décadas, crescentemente dessacralizado e tornado, potencialmente, uma mercadoria como outra qualquer.”

Na sequência sinalizamos para a visita de campo que fizemos no centro de tratamento da AAMA e para a história do local, que nos foi contada pela anfitriã Eliane.

Segundo Eliane, o centro de tratamento funciona desde 2011. Contudo, somente no início do ano de 2019, a associação assumiu o local. Desde que surgiu, até o final de 2018, Eliane o manteve sozinha; porém, como estava cansada e sem dinheiro para continuar pagando o aluguel, conforme a entrevistada relata, a associação arcou a responsabilidade pelo espaço.

Avaliamos que Eliane exerce papel protagonista no sentido auxiliar na compreensão de nossa pesquisa. Ao atuar na manutenção do centro de tratamento, lidando com esse constructo com todas as suas emoções e subjetividades, explanando, assim, sua corporeidade no contato com o lugar e o mundo, Eliane contribuiu e contribui para a produção do espaço. Espaço marcado por lutas sociais, frutos de uma sociedade repleta de desigualdades e contradições. Isso nos lembra Lefebvre (2006) que aponta o corpo e sua relação com o espaço, na produção do corpo e também do espaço.

Assim, compreendemos que cada ator social, neste trabalho, é único e tem papel preponderante. Sem esses indivíduos, não haveria alternativas para a luta pelo direito dos animais.

Ainda quanto ao centro de tratamento, o fato de não revelarmos sua exata localização não nos impede de apontarmos que ele se situa em um bairro afastado do centro da cidade, um local menos privilegiado pelo setor imobiliário e, por isso, menos “valorizado”. Encontra-se distante das clínicas veterinárias e de quaisquer serviços que forneçam suporte para os animais. Essa distância acaba sendo percebida também nos atendimentos clínicos.

No que diz respeito à edificação, observamos, na visita de campo, que antes de abrigar o centro de tratamento, o local serviu como estábulo para cavalos. As baias, próprias para cavalos, hoje são utilizadas pelos cães resgatados. Nesse sentido, Santos (2008, p. 77) sinaliza o seguinte:

A paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas e formas virgens. As primeiras estão à espera de uma reutilização, que pode até acontecer; as segundas são adrede criadas para novas funções, para receber inovações.

Santos (2005) afirma que muitas funções, incapazes de criar novas formas, reutilizam formas antigas em um processo de readaptação. Seguindo essa lógica, entendemos que o centro de tratamento, desprovido de condições financeiras para construir uma estrutura nova, readaptou uma forma preexistente, que não estava sendo utilizada na sua função antiga. Essa característica revela que o lugar, na medida em que é vivido, passa a ser permeado pela dinâmica de funções, formas e readaptações que ocorrem no espaço-tempo. Situação que também pode ser evidenciada na atitude das voluntárias, quando oferecem suas casas como lares temporários para abrigarem animais abandonados.

Convém observarmos que a dinâmica em torno do centro de tratamento ocorre em vista de um objetivo, promover a luta pelo direito dos animais. É importante esclarecermos que, embora o local, durante nossa visita, estivesse com 4 cães, a estrutura já comportou mais de 20 animais. Alguns não resistiram a doenças e a maus tratos que já haviam sofrido antes; outros tiveram a oportunidade de começar uma nova história. Isso nos revela que o abandono e os maus tratos envolvem um processo que pode levar a vários resultados; e, no que depender das ações dos referidos grupos socorristas, os resultados serão sempre positivos, apesar de os grupos, na maior parte das vezes, não serem amparados pelo Estado. Sobre esse leque de possibilidades geradas pelo processo de resgate, pelo qual alguns animais abandonados têm a sorte de passarem, chamamos a atenção para a história emocionante de Visconde (Fotos 23 e 24), cachorro adotado pela guardiã do centro de tratamento.

Esse é o Vis. Ele é meu. Resgatamos ele em 2018 na Rua do Proterito, extremamente caquético e muito doente. Fizemos tudo que podíamos, muitas consultas veterinárias, medicação, muito carinho e doses dobradas de amor e, lógico, muita oração. Hoje Visconde tem endereço fixo, caminha confortável, banho 1 vez por semana, ração de boa qualidade e doses diárias de muito amor. Vis doa sangue para os amiguinhos quando precisa, a saúde dele é perfeita hoje em dia, vacinas, vermífugo tudo em dia. Vis passeia todo início de noite com as 3 irmãzinhas. Vis tinha cinomose, sarna demodexa, erliquiose, anemia profunda, otite entre outros probleminhas, mas isso tudo é passado, hoje Vis tem uma família que o ama imensamente. (entrevista com Eliane, realizada em 05/11/2020)

Fotos 23 e 24 - Dourados-MS- Antes e depois de Vis (Visconde)



FOTO: Arquivo AAMA, 2020

As imagens nos orientam para o espaço da rua, local de onde Visconde foi resgatado. Nesse sentido, relembremos Damatta (1997), ao retratar a rua como um local repleto de perigos, onde a vida está em constante risco. O mesmo autor também aponta a casa como o oposto da rua, como um local de aconchego, segurança e hospitalidade.

[...] Em todo caso, se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa ideia de "amor", "carinho" e "calor humano", a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao "governo" ou ao "povo" e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso. (DAMATTA, 1997, p. 46)

Massey (2000), por sua vez, avalia o lugar como “lugar do encontro”; Musculini (2012) discute a rua como lugar. Essas considerações nos levam à compreensão de que em nosso trabalho a rua assume papel de local do encontro, a partir do momento em que animais como Visconde são encontrados ou pelo coletivo socorrista ou por socorristas individuais. Tal encontro permite novas possibilidades como a da recuperação dos animais e a de sua adoção, processos amparados pela discussão em torno do direito desses seres.

Outro aspecto relevante relaciona-se à dimensão da corporeidade, que pode ser pensada a partir do corpo de Visconde. Contudo, antes de prosseguirmos, chamamos a atenção para algumas considerações sobre corporalidade, feitas por Silva (2010).

A ideia de que o corpo não é algo fixo e acabado, mas maleável, moldável, variável, leva à utilização do termo corporalidade, a fim de melhor expressar a ideia de um estado corpóreo sujeito a transformações, conforme McDowel (1999). Para ela, a

corporalidade capta o sentido de fluidez, de representação e das relações entre anatomia e identidade social. (SILVA, 2010,p. 44)

A ideia de corporalidade apresentada pela autora, com base em McDowel (1999), pode ser compreendida como mais um elemento importante para entendermos as relações do corpo. Assim, o cachorro Visconde, embora seja um animal não humano, teve seu corpo, ao longo de sua vida, transformado pelas relações ao seu redor. Relações essas dotadas de ações humanas: ora abandonado ora resgatado. Nesta condição, Visconde adquire diferentes aspectos, passa de um animal moribundo a um cão saudável, cheio de vida. Tudo isso, de acordo com a forma com que seu corpo foi lido, percebido e tratado.

Cumpramos reforçarmos que, conforme o Decreto n. 24.645, de 10 de julho de 1934, o Estado tem como uma de suas funções o papel de tutorear os animais. Entretanto, vemos que as associações, aqui analisadas, não recebem ajuda financeira e contribuições por parte do Estado, a não ser por parcerias que são firmadas no plano municipal, por exemplo, entre a AAMA e o CCZ. que aliás apontam para relações ambíguas, como já abordadas.

3.3 A Associação de socorro animal Refúgio dos Bichos

Primeiramente vale apontarmos que elencamos trechos do Estatuto da Associação Refúgio dos Bichos para iniciarmos nossa discussão. Importante registrarmos que, pelo fato de haver similaridades entre as propostas das duas associações sob análise, devido a interesses comuns, daqui por diante, daremos ênfase a diferenças apresentadas pela Refúgio dos Bichos em relação à avaliação e cumprimento de determinados artigos do Estatuto.

Sendo assim, a fundação da Refúgio dos Bichos ocorreu no ano de 2013, dez anos depois do surgimento do CCZ na cidade de Dourados. A sede está localizada na rua Rouxinol, 915, BNH 4º plano, funcionando para serviços meramente formais, como recebimento de documentos.

No primeiro parágrafo do Estatuto, verificamos que a associação se fundamenta pelo Decreto Federal de n. 24.645/34. No Art. 1º, consta que todos os animais no país são tutelados pelo Estado, sendo que a responsabilidade por eles é do cidadão; o Estado, por meio da sociedade/associações protetoras, deverá intervir em caso de maus tratos (Refúgio dos Bichos, 2016). Dessa forma, evidencia-se o papel da entidade como meio de conexão entre Estado e sociedade no que se refere ao trato dos animais. Isso fica nítido no momento em que a sociedade

procura pelas entidades de socorro animalista com intenção de resgatar ou de denunciar maus tratos.

Outro ponto em destaque no Estatuto é o relacionado ao posicionamento da entidade, ou seja, ela é isenta de quaisquer preconceitos: raça, cor, religião, gênero, orientação sexual, conforme apontado no Artigo 1º. Valem algumas reflexões sobre esse posicionamento, considerando, por exemplo, o fato de a Reserva Indígena, na cidade de Dourados, ser local avaliado como crítico pela própria Associação, quando o assunto é abandono de animais e maus tratos²⁷.

Laura, Presidente da Associação, foi candidata a vereadora na cidade de Dourados e teve como foco de sua campanha pautas de defesa animal incluindo projetos de mutirões de castração pela cidade. Ela não foi eleita, mas permaneceu como Presidente do grupo, estando à frente das decisões. Laura, ao falar sobre a Reserva Indígena, conta-nos sobre determinado resgate²⁸ feito nesse local e reforça o seguinte:

Há uma confusão quando o assunto é a Reserva Indígena, as pessoas tendem a misturar a realidade precária do local com os preconceitos estabelecidos dentro da sociedade. Por isso é comum toda vez que tem um caso de maus tratos e abandono na reserva colocarem a culpa no fato de serem índios. (entrevista com Laura, Presidente da Refúgio dos Bichos, realizada em 15/11/2020)

Nesse trecho percebemos que as pessoas tendem a reforçar seus preconceitos em relação a casos de abandonos e de maus tratos, recorrentes na Reserva Indígena.

Constatamos, também, por meio da análise de mensagens em grupos de *whats app*, que alguns associados, ao se posicionarem diante de uma dada situação envolvendo os indígenas, expõem o racismo, por meio de frases como: “aqueles bugres”, “bando de vagabundos”. De acordo com outro relato, o de uma voluntária, havia duas associadas indígenas no grupo, mas, devido a insultos e à falta de respeito, elas acabaram saindo.

Os levantamentos de campo e as análises virtuais indicaram outras situações de intolerância, que, por sua vez, encobrem práticas racistas²⁹. Contudo, reforçamos que essas

²⁷ Ao longo do levantamento de campo, feito por meio das redes sociais, *facebook*, *instagram* e *whatsapp*, percebemos que, embora, a associação defenda princípios básicos de igualdade entre todos os seres humanos, há uma reprodução acentuada de preconceitos em relação aos grupos indígenas.

²⁸ Segundo Laura, a Reserva Indígena é o local que mais tem chamado atenção, devido à quantidade de casos de abandono e de maus tratos. A entrevistada nos contou um dos relatos que mais repercutiu entre os membros da Associação, em que uma indígena tacou óleo quente em seu cachorro, na tentativa de matar seus carrapatos.

²⁹ Um dos casos se refere à situação de abandonos e maus tratos, registrada em um terreiro de candomblé na cidade. Sua repercussão no grupo causou conflitos entre associadas (os), reforçando o preconceito com as essas religiões, por parte de alguns membros do grupo.

situações são recorrentes entre membros associados do grupo e não entre as voluntárias, que, nas duas associações analisadas, costumam combater tal tipo de prática.

Dando prosseguimento ao estudo do Estatuto da Refúgio dos Bichos, a Associação apresenta, no Art 3º, seus princípios éticos:

Todo ser vivo, animal ou vegetal, merece respeito e proteção;
Todo animal tem direito a liberdade e a uma vida com qualidade;
Diante de conflito de interesses, prioriza-se a ação que traga maior benefício para o animal não humano e a harmonia na relação homem-animal;
Tratar bem, zelar pela vida animal, oferecendo e proporcionando boas condições de vida: abrigo, carinho, manutenção da saúde e alimentação;
Adotar práticas de gestão administrativa, necessários e suficientes a coibir a manutenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no respectivo processo decisório. (REFÚGIO DOS BICHOS, 2016, p. 06).

Diante desses princípios, identificamos contradições que apontam para uma cultura especista, comum a outros grupos de socorristas animalistas, e já debatida em análise relativa à Associação Protetora dos Animais Amigos.

Em relação à questão, efetuamos indagação à presidente da Refúgio dos Bichos e obtivemos a seguinte resposta:

Se associação puxar para esse outro lado, infelizmente não dará conta, até mesmo porque a adesão será bem abaixo do que já é. Por isso não é interessante levantarmos essa bandeira, mesmo a associação acreditando que todos os animais devem ser protegidos irrestritamente. (entrevista com Laura, presidente da Refúgio dos Bichos, realizada em 15/11/2020)

O relato, assim como o feito por representantes da AAMA, reforça o quanto essa discussão, embora necessária, é pouco aderida; e, no caso da Refúgio dos Bichos, além de ser pouco aderida torna-se pouco provável, diante do quadro de dificuldades enfrentadas pela associação. Uma pauta a mais como essa poderia tornar o trabalho da entidade ainda mais árduo.

Continuemos a explorar o Estatuto da Refúgio dos Bichos. O Art. 4º aponta o seguinte:

Estimular a qualidade vida, o amor e o respeito pelos animais;
Divulgar as leis que protegem os animais;
Colaborar com os órgãos competentes no sentido de aprimorar a legislação relativa ao direito dos animais;
Promover campanhas educativas e orientar a população quanto ao respeito, cuidados e controle populacional dos animais;
Fiscalizar o cumprimento da legislação relativa aos animais, promovendo as ações judiciais competentes, quando for o caso;
Planejar, executar, apoiar atividades e ações relacionadas a resgate, tratamento, abrigo e adoção de animais em situação miserável;
Criar e manter abrigo para tratamento e recolhimento de animais abandonados;

Promover meios efetivos para impedir os atos de abuso e crueldade praticado contra animais;
Criar e promover campanhas e eventos com o objetivo de estimular o amor e o respeito aos animais;
Apoiar e assistir a abrigos e ONGS que recolha e cuidem de animais abandonados;
Dar ênfase a integração e apoio de projetos voltados a proteção animal, visando toda e qualquer forma de crueldade praticada com todos os animais, não havendo distinção das espécies;
Promover o convívio equilibrado entre a sociedade, poder público e os animais, visando a qualidade de saúde pública, ambiental e urbana, oferecendo-lhes abrigo, alimentação e saúde;
Firmar convênios e parcerias com clínicas veterinárias e profissionais afins, tendo assim, melhoria de atendimento e custos para tratamento, hospedagem e procedimentos cirúrgicos de animais necessitados;
Estimular a criação e difusão pela internet, impresso, além de materiais de publicação e divulgação das atividades e campanhas de sustentabilidade, nas áreas de resgate e proteção animal;
Impedir e reprimir atos de crueldade, abuso ou maus tratos contra animais, de acordo com as disposições legais. (REFÚGIO DOS BICHOS, 2016. P.07).

No que tange aos membros que participam da Refúgio, de acordo com o Art. 6º, eles são caracterizados da seguinte maneira: associados fundadores, pessoas que estiveram presentes desde a fundação da associação e colaboram com quantia mensal definida nas assembleias, e participam das atividades; associados efetivos, pessoas físicas ou jurídicas que colaboram com quantia definida em assembleia, atualmente no valor de R\$ 30,00; associados voluntários, pessoas físicas ou jurídicas que contribuem financeiramente ou ativamente nas ações desenvolvidas pela entidade; associados honorários, pessoas de projeção na sociedade que prestaram serviços a associação, a juízo da assembleia geral; associados beneméritos, pessoas que contribuirão com grande quantia ou doarem bens de grande valor para a associação, a juízo da assembleia geral.

A associação conta, ainda, com um conselho fiscal e com a diretoria. No que se refere à diretoria, ela é composta da seguinte maneira: presidente, vice presidente, primeira secretária, segunda secretária, primeira tesoureira e segunda tesoureira (Refúgio dos Bichos, 2016). Salientamos que os membros da diretoria, conforme Art. 21º, são eleitos a cada dois anos em assembleia geral, podendo ser reeleitos. Em relação ao conselho fiscal, conforme Art. 34º, são eleitos três membros suplentes e três membros efetivos, de acordo com eleições em assembleia geral.

Apesar de o Estatuto ser bem elaborado, apresentando uma distribuição organizada das funções, a associação conta hoje com um quadro de voluntárias defasado, o que tem causado sobrecarga ao grupo. Segundo Laura, presidente da associação, o grupo conta, hoje, com pouco mais de 200 associadas; entretanto, as voluntárias que trabalham na associação são apenas

quatro. Assim, todas as funções – desde as relacionadas à diretoria, às relacionadas à tesouraria – são divididas entre quatro membros do grupo, todas mulheres, assim como na AAMA.

Segundo a presidente, a Refúgio dos Bichos está defasada por diversos motivos, dentre eles o relativo ao fato de que as pessoas se propõem a ajudar a associação, por meio de contribuição financeira, mas não querem ter o trabalho de fazer algo.

Além disso, o tempo de funcionamento das associações tem um peso importante nesse processo: assim como se dá com outros órgãos e entidades, o tempo pode ocasionar desgastes na estrutura organizacional do grupo. No caso da Refúgio dos Bichos, a associação passou por um período de inatividade entre os anos de 2014 a 2016 retornando a partir do segundo semestre de 2016; e, mesmo com seu retorno, continuou enfrentando dificuldades em sua gestão.

Isso pode ser visualizado por meio de relatos da presidente da associação, quando aponta, por exemplo, cansaço físico enfrentado em razão da sobrecarga de funções, somado ao tempo dedicado a esse trabalho. Reforçamos, aqui, a corporeidade nesse processo – o cansaço físico e as barreiras impostas são sentidas primeiramente na escala do corpo. Também vale apontarmos a cotidianidade, dimensão na qual as voluntárias encontram forças para seguir com suas estratégias.

Cumpre pontuarmos que, além dessa realidade identificada pela presidente da Refúgio dos Bichos, percebemos outro motivo, embora pouco mencionado por nossa entrevistada, que pode ter levado alguns membros a se afastarem das atividades do grupo. Trata-se da política, lembrando que este trabalho foi desenvolvido em um período de eleições municipais, no qual surgiram diversos conflitos de ordem política no grupo. A presidente da associação foi candidata a vereadora da cidade levantando a bandeira da luta contra o abandono e maus tratos, no entanto, não foi eleita.³⁰

Outro aspecto importante para nosso debate são os relativos às características do tempo, tendo em vista que, em outros tempos, sem ser o da política, os conflitos poderiam ser diferentes.

A temporalidade diz respeito aos atributos associados ao tempo. Assim, refere-se diretamente ao movimento e aos processos, ainda que relacionando-se à pausa e à forma. A temporalidade está, assim, manifestando-se na espacialidade. Na temporalidade humana há processos de resiliência e regressão que, por sua vez, afetam

³⁰ Nesse sentido, observamos que a inserção das mulheres na disputa no campo da política é algo que acontece não só na AAMA, como já registramos anteriormente, mas também na Refúgio dos Bichos. Portanto, presenciamos o que Miguel e Grossi (2001) aponta em seus estudos, os movimentos sociais se tornam canais de acesso ao mundo da política por parte das mulheres. Tudo isso em meio a um cenário onde a desigualdade de gêneros é algo extremamente evidente, conforme Alves (2016) nos alerta.

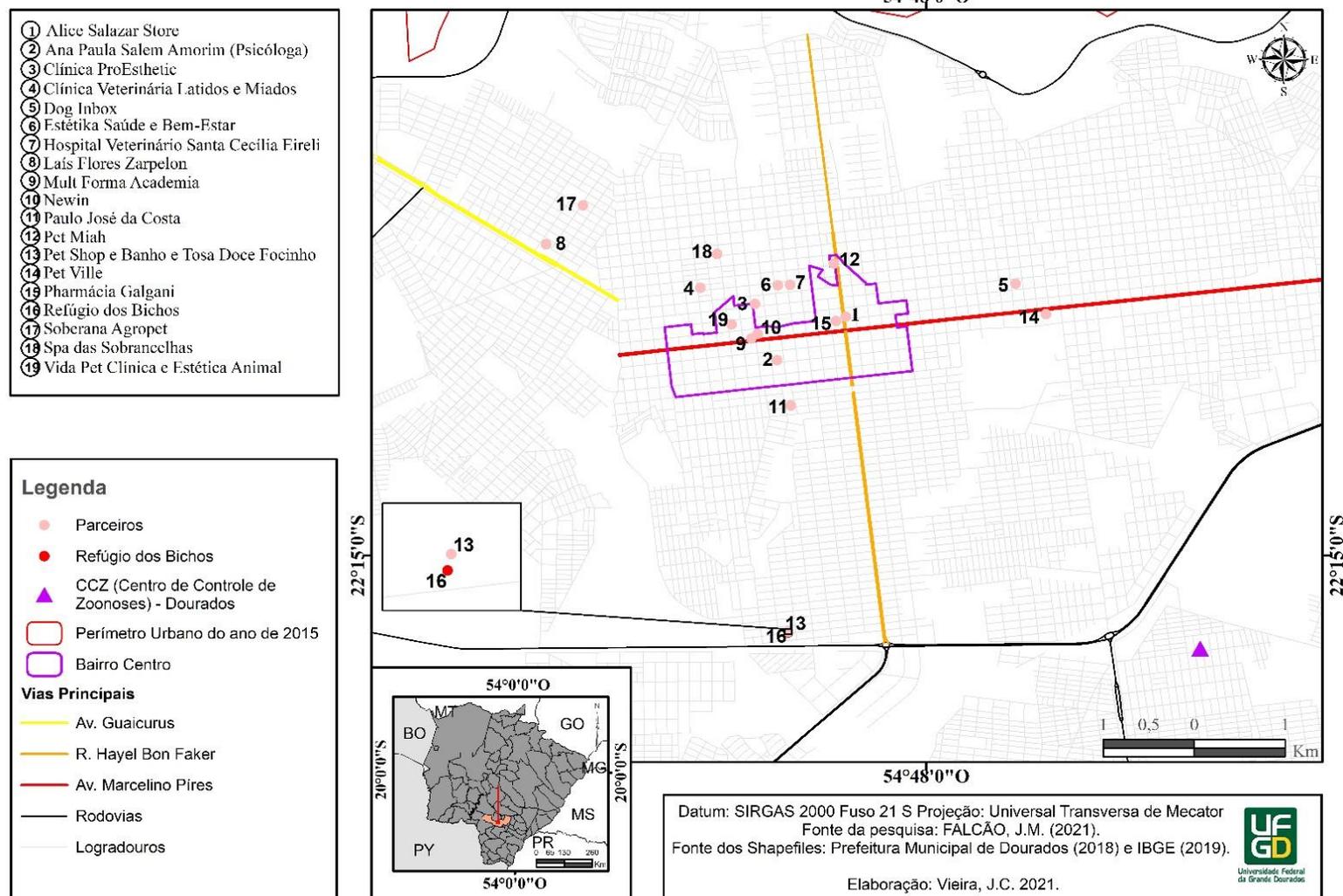
Compreendemos que a temporalidade humana e seus processos envolvidos, como o das eleições e o dos ideais trazidos por cada setor político, também são particularidades a serem somadas a outras que agem sobre o espaço e, por consequência, interferem na relação do corpo com o lugar. É nessa perspectiva que entendemos os conflitos observados durante as eleições que contribuíram com a saída de alguns membros voluntários do grupo, deixando aqueles que se mantiveram sobrecarregados com as atividades.

Quanto às estratégias desenvolvidas pela Refúgio dos Bichos com o intuito de arrecadar fundos que possam contribuir com suas atividades, acreditamos que elas reforçam o papel do grupo, como coletividade, e relevam alternativas que só podem ser encontradas no cotidiano. Sendo assim, a associação organizou, no ano de 2020, sorteios, rifas, brechós, canecas solidárias, bazares. Promoveu também feiras de adoções. Em relação a essas feiras, a associação costuma realizar cerca de três ou quatro por ano, nas quais são disponibilizados animais do CCZ, o que aponta para a relação de parceria com o órgão. Contudo, no ano de 2020, realizou-se apenas uma feira de adoção, no dia 15 de março, no pátio do Supermercado São Francisco, localizado na Rua Major Capilé, n. 4025 (cerca de 30 animais foram doados).

Isso devido ao fato de o ano 2020 ter sido diferente por conta da pandemia de COVID-19. Nessa direção, lembramos os efeitos da temporalidade, apontados por Côrrea (2019), que influenciam nas relações com o espaço e, por sua vez, com o lugar. Compreendemos que, em tempos de pandemia, os eventos realizados acabam sendo profundamente comprometidos.

Prosseguindo, chamamos a atenção para uma questão que apresenta similaridade entre a Refúgio e a AAMA, refere-se ao uso, pelos associados, de uma carteirinha que lhes dá direito a descontos em diversos estabelecimentos parceiros pela cidade, conforme o Mapa 04 a seguir, a partir do qual apontamos algumas considerações. A primeira refere-se à localização dos parceiros comerciais. Notamos que, tal como ocorre com a AAMA, esses parceiros estão concentrados próximos à área Central e à porção Noroeste de Dourados. Outra consideração é em relação à nossa opção no sentido de inserir, no mapa, a localidade do Centro de Controle de Zoonoses.

Mapa 4. Dourados-MS. Refúgio dos Bichos e parceiros comerciais



FONTE: Refúgio dos Bichos, 2020. ELABORAÇÃO: MATOS E PEREIRA (2020)

De acordo com Santos (2005), os lugares se conectam, agindo e reagindo às situações impostas às totalidades dos lugares, conforme suas próprias dinâmicas. Essa fala nos ajuda a entender as modificações nas atividades das associações, que, no ano de 2020, limitaram o número de eventos físicos devido à pandemia. No entanto, mesmo diante desse cenário, a Associação Refúgio dos Bichos e suas voluntárias encontraram, no cotidiano, alternativas, como bazares e leilões virtuais.

Tais estratégias coletivas, vivenciadas no cotidiano por essas voluntárias e também pelas voluntárias da AAMA, têm função social no sentido de conscientizar acerca da luta pelos direitos dos animais, a fim de se diminuir o abandono e os maus tratos. Por sua vez, esse papel tem impactos nas relações com o CCZ, haja vista que as associações passam a cumprir com um papel que é dever do Estado e de seus órgãos representativos; além do mais, a Refúgio dos

Bichos e a AAMA contribuem para o descongestionamento dos animais alojados no CCZ; e, por meio dessa dinâmica, os riscos de transmissão de zoonoses são diminuídos, o que impacta também nas relações de saúde pública, conforme Brito (2016) aponta em suas pesquisas.

3.4 Centro de tratamento de animais resgatados (Refúgio dos bichos)

No dia 05/11/2020, fizemos nossa visita de campo³¹ ao centro de tratamento da Refúgio dos Bichos, que tem cerca de um ano de funcionamento. Fomos recebidos pela voluntária Aline, que nos contou a história do abrigo, testemunhando seus esforços e o de suas colegas para manter aquele local.

Destacamos que a Refúgio dos Bichos também preza pela discrição e ocultação do endereço do centro de tratamento de sua associação. Isso porque, como mencionado, uma vez que os endereços desses locais são revelados, eles se tornam alvo para casos de abandonos, devido a uma cultura em que constantemente animais são abandonados, resultado de uma sociedade consumista e individualista. Retomamos Dardot e Laval (2014) que, em discussões a respeito das novas racionalidades humanas, revelam as facetas de uma sociedade na qual os sujeitos são afetados por uma lógica em que a produção e o consumo se tornaram regras universais; desse modo, tudo que existe é transformado em mercadoria, podendo ser abandonado ou rejeitado, como um objeto a ser descartado.

Resgatamos também Alves (2013) que chama a atenção para o fato de colônias de animais, abrigos e centros de tratamentos serem alvos de abandono, quando possuem seus endereços divulgados. Pensando nisso, optamos por respeitar a posição da Associação, não divulgando a localização do centro de tratamento, mesmo em se tratando de um trabalho acadêmico.

Outra informação pertinente à visita, é o referente à energia que o local oferece a seus visitantes; assim como o centro de tratamento da AAMA, o da Refúgio dos Bichos também oferta ao visitante um misto de emoções: alegria, euforia e muitos carinhos ofertados pelos hóspedes do local.

Ressaltamos, quanto ao aspecto lugar, que ele também se apresenta como um local repleto de emoções. Como aponta Carlos (2007. p. 46): “[...] podemos afirmar que a vida aí é

³¹ Importante ressaltarmos que em nossa visita de campo nesse CT, assim como no CT da AAMA, utilizamos medidas de proteção contra o coronavírus, como uso de máscara e álcool em gel. Tudo isso revela que não só o objeto da pesquisa, mas também os pesquisadores foram profundamente impactados por uma relação que envolve uma articulação entre escalas, incluindo a do corpo e do espaço e tempo.

inesgotavelmente rica e plena de energia – é o nível do vivido.” Ainda, conforme Carlos (2007.p.16): “O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. E é o que pode ser apropriado pelo corpo, como já afirmamos”. É assim que os corpos dos visitantes do centro de tratamento se relacionam com o lugar em questão, envolvendo-se numa mistura de emoções: alegria, mas também dor e tristeza pelas condições em que muitos animais chegam ali. Destacamos o fato de que esse centro de tratamento abriga apenas cachorros, devido às dificuldades encontradas para alojar cães e gatos juntos, o mesmo motivo pelo qual só há cachorros no centro de tratamento da AAMA. Apesar disso, gatos são levados, na medida do possível, a lares temporários de voluntárias que oferecem suas casas para esse tipo de suporte.

Também vale registrarmos, quanto às emoções envolvendo o plano da corporeidade, que elas são sentidas diariamente pelas voluntárias atuantes no centro de tratamento; são as voluntárias que cuidam, tratam dos animais. Assim, há frustração, quando perdem uma vida; há indignação, diante de descasos, de abandonos e maus tratos, como também conflitos de ordem política, sobretudo, com o aparelho do Estado e seus representantes, como o CCZ. Portanto, são elas que têm seus corpos envolvidos com o lugar cotidianamente e isso, muitas vezes, leva a desgastes físicos e psicológicos.

Outro apontamento relaciona-se ao fato de que, embora as duas associações analisadas vivenciem um quadro de dificuldades relativamente a aluguel de imóveis, considerando que as dinâmicas imobiliárias é quem ditam as regras, a Refúgio dos Bichos conta com a particularidade de ter um local cedido para a realização do centro de tratamento, local que pertence à atual presidente do grupo. Trata-se de um imóvel desocupado que serve para sediar o centro de tratamento de animais resgatados pela associação. Desse modo, percebemos que o espaço é também carregado de relações que envolvem questões ideológicas; e o lugar, como espaço apropriado pela vida, é onde essas ideologias e suas paixões são manifestadas.

Importante enfatizar ainda que a Refúgio dos Bichos possui convênio com duas clínicas veterinárias – Hospital Santa Cecília (Rua João Rosa Góes, 1080, Vila Progresso) e Mundo Animal (Avenida Hayel Bon Faker, 1975, Vila São Pedro) –, ambas estão a um raio de 5km de distância do centro de tratamento.

Um ponto que marca diferença entre a Refúgio dos Bichos e a AAMA é o de que o centro de tratamento da Refúgio dos Bichos é considerado local de grande contágio, por isso, a associação só resgata e hospeda, nesse local, animais que já estejam contaminados ou que já tenham sido vacinados para não se exporem a doenças.

Convém apontarmos ainda o forte vínculo entre a Refúgio dos Bichos e o CCZ. Tal vínculo coloca a Associação diante de uma situação de válvula de escape do CCZ. Em determinadas ocasiões, por exemplo, épocas de frio intenso e momentos de superlotação, a Refúgio dos Bichos abre suas portas para receber também os “animais apreendidos” pelo CCZ. No momento de nossa visita ao centro de tratamento havia seis cachorros; entretanto, dependendo das condições do clima, esse número pode ser maior. A seguir, o registro dos cachorros, Jake e Estrelinha (Fotos 25 e 26), os que mais se alegraram com nossa visita de campo, enchendo nossa experiência de emoções.

Fotos 25 e 26. Dourados-MS. Jake e Estrelinha



FOTO: MATOS, J. 2020

Além de Jake e Estrelinha, a Refúgio dos Bichos estava abrigando, naquele período, outros quatro cachorros, mas tivemos algumas dificuldades para fotografá-los.

É importante frisarmos que, apesar dos tristes finais envolvendo alguns animais e afetando o estado emocional das voluntárias que trabalham com os resgates, há também os finais felizes, finais esses que são possíveis devido a esse tipo de trabalho, o qual oferece novas possibilidades aos animais. Apresentamos, na sequência, mais um caso em que o cachorro teve nova chance de vida, desta vez com a ajuda da Refúgio dos Bichos e de seu centro de tratamento (Fotos 27 e 28).

Fotos 27 e 28 - Dourados-MS. Resgate de Vitório



FOTO: Arquivo Refúgio dos Bichos, 2020

O animal, quando abandonado, posto para fora de casa, passa a habitar a rua, local que, nas palavras de Damatta (1997), pode representar para muitos uma terra sem lei, de vulnerabilidades, uma vida de riscos, exposta a doenças, fome, violências e transmissão de zoonoses, que, por sua vez, afeta a saúde pública. Tudo isso reflete-se em seus corpos; conforme Silva (2010), os corpos são maleáveis e moldáveis. Assim sendo, os corpos desses animais, como o de Vitório, muitas vezes tomam formas esqueléticas, apresentam sarnas, pelos caídos, deformações, como o visualizado nas imagens, as quais evidenciam as transformações na corporalidade do animal, a partir das relações a que foi submetido.

As imagens ainda sugerem uma história de abandono: contudo, o cachorro Vitório, após ajuda da Refúgio dos Bichos, ou seja, após ser acolhido no centro de tratamento, ser medicado, tratado por longo período, e ter recebido atenção especial, ganhou novas possibilidades de vida, não tardou a ser adotado.

Em entrevista com Marinalva, tutora de Vitório, ela nos contou que sentiu por Vitório um amor inexplicável. Seguem alguns trechos desse diálogo.

Senti por Vitório um amor inexplicável quando o vi. Não pude fechar os olhos, tive que adotá-lo. No começo ele estava bem debilitado e sua recuperação não foi fácil. Além das condições físicas, Vitório também apresentava um comportamento cheio de traumas, fugia para a rua, mordida as pessoas. Tive muito trabalho no início, mas com

o tempo e com muito amor consegui amansá-lo. Hoje Vitório é um grande amigo, cuida da casa e faz companhia para seus dois irmãos, o Bobby e o Fick. (Entrevista com Marinalva, tutora de Vitório, realizada em 29/12/2020)

A entrevista aponta o trabalho das associações como responsáveis por oferecer novos caminhos, o caso de Vitório é um exemplo, além de o cachorro ter ganhado uma família e um lar, sua tutora também ganhou amor, carinho, emoções que são sentidas por ela no plano do lugar.

Na sequência outras imagens de Vitório após o tratamento, fornecidas por sua tutora. Chamamos a atenção para o fato de que as fotografias, anexadas neste trabalho, não se assemelham às imagens de revistas, tiradas por profissionais, nas quais os animais recebem tratamentos específicos para se comportarem durante a sessão de fotos. Aqui se trata de uma outra realidade: de animais brincalhões, impulsivos, que raramente deixam-se fotografar por seus tutores; quando isso acontece, não permitem uma fotografia padrão.

Portanto, cabe ao leitor a compreensão, quanto às imagens borradas, embaçadas. Assinalamos que imagens assim revelam muito mais do que cores e formas, indicam emoções, como alegria, euforia, felicidade, carinho e muita afetividade. Emoções que também são sentidas por esses animais e compartilhadas com os humanos no plano do lugar, numa relação de encontro entre o animal humano e o animal não humano. (Fotos 29 e 30).

Fotos 29 e 30 - Dourados-MS. Vitório depois de ser adotado



FOTO: MARINALVA, 2020

Arriscamos fazer nova reflexão sobre essa relação que envolve Vitória e que pode ser pensada também relativamente a outros casos de abandono que ferem a esfera do direito dos animais. Trata-se do uso do corpo, segundo enfatizado por Carlos (2007) e por Souza (2009), no sentido de que a corporeidade está intimamente relacionada à categoria de lugar, posto que o lugar é sentido por meio do corpo. Souza (2009) chama atenção ainda para outras perspectivas da corporeidade, contribuindo com nosso debate, ao dizer, por exemplo, que hábitos reproduzidos pelos corpos apontam para uma relação que envolve uma cultura intrínseca ao plano do vivido e à categoria do lugar.

A corporeidade pode ser pensada, baseado nas proposições de Yu-Fu Tuan (1983), como o resultado da experiência íntima do ser humano com seu corpo e junto a outros seres quando da tentativa de organizar seus lugares. Neste ponto de vista, uma dimensão espacial é nitidamente relacionada à ideia de corpo quando falamos em corporeidade (SOUZA, 2009, p. 37)

O autor ressalta que a corporeidade é o resultado da experiência íntima do ser humano com seu corpo na tentativa de organizar seus lugares. Quando nossa entrevistada pontuou comportamentos tidos inicialmente por Vitória (comuns a animais que vivem nas ruas): revirar lixo, atacar pessoas, não pudemos deixar de pensar sobre o quanto esses comportamentos estão relacionados às experiências de hostilidade e de violência vivenciadas pelos animais em lugares como as ruas, e sobre como isso se reflete, não só em suas aparências, mas também em suas práticas comportamentais, envolvendo seus corpos.

E assim se revela que o lugar, na perspectiva de encontro, é vivenciado não só por encontros de humanos com humanos, mas também de humanos com outros seres, algo que Cardoso (2016) cita em seus estudos. Além do mais, o Estado está presente nessas relações de encontro, seja por meio dos papéis desenvolvidos por seus representantes como o CCZ, seja pela ausência de estratégias mais efetivas nessas relações, que envolvem a saúde pública e o direito dos animais.

Avaliamos que a luta pelo bem estar animal e pela viabilização de seus direitos pautam as relações das duas associações sob estudo nas mais amplas escalas, desde as da articulação

com o CCZ, às relativas aos corpos das associadas, que são marcados pelo cansaço, pelo desgaste de suas lutas, e aos dos animais, que são resgatados e transformados pelo processo de adoção.

É nesse cenário de articulações, entre corpos, coletivos, poder público e influências globais, que o Estado é desafiado a pensar estratégias que visem a atender essas demandas relacionais ao abandono e maus tratos desses animais, levando em consideração a sua indissociabilidade das políticas públicas voltadas à saúde. Isso não significa que o Estado irá desempenhar o seu papel, mas aponta para a dimensão do cotidiano, a partir do qual as associações buscam soluções para os problemas enfrentados, o que revela experiências que não seguem uma lógica hegemônica.

APONTAMENTOS FINAIS

Iniciamos nosso trabalho efetuando discussão em torno de elementos que sustentem nossa pesquisa na perspectiva do olhar geográfico. Nessa busca, optamos por análise que levasse em consideração a compreensão de que cada lugar é único, e de que a unicidade de cada lugar é feita por relações que também são únicas. Tudo isso, somado a condicionantes que operam sob uma equação que interage com diversas outras escalas, com a nacional e a global e, principalmente, com a do corpo. Decidimos considerar neste trabalho uma visão que apontasse para os animais não como objetos inanimados, mas como protagonistas, que vivenciam experiências, a partir de seus corpos, junto aos atores sociais que completam o enredo de nossa pesquisa. Isso evidenciado, a partir da perspectiva e da visão de mundo do pesquisador, pois, afinal, como mencionamos nos procedimentos metodológicos, a pesquisa não é neutra.

Assim, consideramos o CCZ e as associações de socorro animal para tentarmos compreender a relação entre saúde pública e direito dos animais, temática tão pouco explorada pela Geografia. Dessa maneira, deparamo-nos com estratégias públicas em nível nacional, que, em uma linha do tempo, apontam para a evolução nos discursos sobre o direito dos animais, demonstrando que, com o passar dos anos, cães e gatos deixaram de ser hospedeiros de doenças zoonóticas para se transformarem em espécies que possuem direitos, embora considerados como coisas ou bens pela legislação.

Compreendemos que a saúde pública e suas estratégias de combate a zoonoses, viabilizadas pelo Estado, por meio do Ministério da Saúde e do CCZ, devem andar de mãos dadas com os direitos dos animais, pois os dois lados se complementam. Isso tem ficado, cada vez mais nítido, com os últimos acontecimentos, principalmente os relacionados à pandemia dos últimos dois anos. No entanto, como percebemos, mesmo diante de uma necessidade de indissociabilidade entre as duas perspectivas, é no cotidiano, por meio das associações socorristas, que a luta pelo direito dos animais irá emergir como alternativa a demandas não atendidas em outras esferas.

Nesse sentido, é premente atentarmos para a importância do papel do Estado nas relações abordadas neste trabalho, não só no que se refere ao acesso à saúde pública (direito garantido pela Constituição Federal de 1988), mas também em relação ao direito dos animais, que deve ser assegurado pelo Estado. Contudo, o Estado, muitas vezes, é negligente, uma vez

que a lógica estatal está fortemente atrelada ao projeto neoliberal, o que força os grupos socorristas a encontrarem soluções cotidianas.

Destarte, mesmo diante dessa realidade, o CCZ, aos poucos, tem inserido em seu rol de atribuições as questões pertinentes ao direito dos animais, embora por meio de relações marcadas por fortes condicionantes especistas. Apesar de ter havido avanço, a atuação, em geral, continua insuficiente para atender a demanda existente.

Como reflexo dessa combinação, surgem as associações de socorro animal, que são construídas por pessoas, na grande maioria “atrizes sociais”, se assim podemos dizer, que possuem uma vida além do voluntariado, demonstrando viveres, subjetividades e especificidades que são percebidas a partir da escala do corpo e de uma análise que leve em consideração o cotidiano.

Assim, percebemos que a produção do espaço está em constante transformação, sinalizando para redefinições em relação ao tema de nossa pesquisa, que ficam nitidamente expressas na relação espaço-tempo, no contato das “atrizes sociais” com o lugar, e, sobretudo, nos corpos daqueles que vivem essas relações, incluindo os dos animais.

Não podemos afirmar que a sociedade alcançou um patamar em que as injustiças entre as espécies, assim como o processo de abandono foram superados. Precisamos considerar que a realidade revela um movimento que está em curso. Atualmente, Dourados conta com duas associações de socorro animal, expressando um cenário em que a conscientização e a luta pelo direito dos animais está, aos poucos, se firmando. Além do mais, o CCZ, órgão que não está presente em todas as cidades, tem encontrado em Dourados os desafios de pensar a saúde pública aliada ao direito dos animais. Isso indica e reforça a importância de tratarmos esse tema, visto a necessidade de a saúde pública e de o direito dos animais estarem em consonância.

Por último, compreendemos que a Geografia, como ciência humana, preocupada em desmascarar as relações de injustiças sociais, tão presentes na sociedade capitalista neoliberal, tem também o desafio de inserir essas perspectivas em seu rol de preocupações e pesquisas, abrindo caminho para outras abordagens sobre a questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. **Sobre a memória das cidades**. Revista Território, Florianópolis, Ano III, n.4, p. 5-26. 1998.

ADAMS, C J. **A política sexual da carne**: Uma teoria feminista-vegetariana. Trad. Vera Caputo. 2.ed. São Paulo: Alaúde Editorial: 2018.

A grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo como seus animais são tratados. Mahatma Ghandi. Disponível em: www.oexplorador.com.br acessado em: 15/12/2021.

ANDRETTA, J. P. M. **Análise dos fatores que contribuíram para a guarda responsável ou abandono de cães e gatos em área de São Paulo/SP**. 2012. 107f. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia experimental aplicada a zoonoses) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANTUNES, P.R.T.V. **Animais, afeto e direito**: reflexões sobre a posição jurídica ocupada pelos pets na dissolução de sociedades conjugais. In: ANTUNES. Belo Horizonte-MG: Conhecimento editora, 2021. Disponível em: www.conhecimentolivrraria.com.br Acesso em: 13 de out. 2021.

ALVES at al. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de educação continuada em medicina veterinária e zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo. Conselho Regional de Medicina Veterinária. v.11, n. 2, p. 34-41, jul. 2013.

ALVES, E. L. **A Mulher e sua Efetiva Participação Política no Estado Democrático de Direito**. Resenha Eleitoral. Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 153-169, jul. 2016.

Anclivepa-SP inaugura hospital público para cães e gatos em Brasília. Revista da Anclivepa. São Paulo, Ano 1. n.1. p. 18-22, maio 2018.

Associação Protetora dos Animais Refúgio Dos Bichos. **Estatuto da Refúgio dos Bichos**. Dourados, 2015. 21 f.

Associação Protetora Dos Animais Amigo Dos Animais. **Estatuto da AAMA**. Dourados, 2019, 8 f.

ATAIDE JUNIOR, V. **Introdução ao Direito Animal Brasileiro**. Revista Brasileira de Direito **Animal**, Salvador, [S. l.], v. 13, n. 3, 2018. Disponível em: www.periodicos.ufba.br Acesso em: 12 out. 2021.

BABBONI, S.D. MODOLO, J, R. **Raiva: Origem, Importância e Aspectos Históricos**. UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde, São Paulo, v.13, p. 349-356, 2011.

BADIOU, A. **Sobre la situación epidémica**. In: AMADEO, P. (Org). Sopa de Wuhan. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p.67-78.

BARRERO, S. M.; GARCIA, R. C. M. **Violência doméstica e abuso animal**. 2016
Disponível em: www.agrarias.ufpr.br Acesso em: 16 nov. 2020.

BERNARDELLI, M. L. F. da, CALIXTO, M. J. M. S. **Os loteamentos fechados e as novas formas de produção imobiliária em Dourados**: uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul – Brasil. Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Fortaleza, 2015.
Disponível em: www.lapur.ufc.br. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. **Artigo 225, de 5 de dezembro de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado,1988. < Disponível em: www2.senado.ieg.br acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS**.
Disponível em: www2.datasus.gov.br Acesso em: 02 de fev.2021.

BRASIL. Ministério da saúde. **Manual de vigilância e controle de zoonoses**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da saúde. **Leptospirose, diagnóstico e manejo clínico**. Brasília. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SUS a Saúde do Brasil**. Brasília. 2011.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado n.º 351, DE 2015**. Disponível em: www24.senado.ieg.br
Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado n.º 1095, de 2019**. Disponível em:
www24.senado.ieg.br Acesso em: 20 dez. 2020. Acesso em: 20 de dez. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei PLC 27/2018, de 2018**. Disponível em: www24.senado.ieg.br
Acesso em: 20 dez. 2020.em: 11 de out. 2021.

BRITO, M.C.P. **Controle Populacional E Bem-Estar De Cães E Gatos Na Cidade De Cabaceiras** PB. 2016. 64 f. Monografia (Graduação em Medicina Veterinária) – Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

Cães, relações de afeto e proveito. JPRESS. Brasil 2020. Disponível em:
www.jornalismojunior.com.br Acesso em: 21 de nov. 2020.

CALIXTO, M. J. M. S. **A centralidade regional de uma cidade média no estado de Mato Grosso do Sul**: uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade. In:
OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). Cidades médias e região. São Paulo: Unesp/Cultura Acadêmica, 2017, p. 57-100.

CARDOSO, T.M. **Paisagens em transe uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal.** 2016. 524f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Cachorro de rua morre após ser agredido por segurança de supermercado, diz ONG. Tribuna, Curitiba, 04/12/2018. Disponível em: www.tribunapr.uol.br Acesso em: 25 de maio 2020.

CARLOS, A.F. **O Lugar no/do Mundo.** São Paulo: Hucitec, 2007.

CARLOS, A. F.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. E. (org.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2014.

CALIXTO, M.J.M.S., BERNARDELLI, M.L.F. da H. **Dourados-MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica da economia globalizada.** In: SPOSITO, M.E.B.; MAIA, D. S. (Org.). Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 29-170.

China muda orientação e sinaliza fim do consumo de carne de cachorro. Uol. Disponível em: www.noticias.uol.com.br Acesso em: 21 de dez. 2020.

CORREA, R.L. **Tempo, espaço e geografia – um ensaio.** RBG Revista brasileira de geografia, Rio de Janeiro, v. 64. n.1, p. 285-294. Jan. – jun. 2019.

DAMATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo.** São Paulo: Boitempo, 2014.

Délia empossa Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais. Prefeitura municipal de Dourados, 10/08/2020. Disponível em: www.douradosms.gov.br. Acesso em: 22 de ago. 2021

Dourados terá castramóvel de cães e gatos. Dourados agora, 2021. Disponível em: www.douradosagora.com.br Acesso em: 25 de ago.2021

DOURADOS, Lei n 3.180, de 3 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre a posse responsável, o bem estar animal, o controle de natalidade e a proteção de populações animais no município de Dourados.** Diário Oficial do Município, Dourados, 03 de dezembro de 2008. Disponível em: www.dourados.ms.gov Acesso em: 12 de dez. 2020.

Dourados tem cerca de mil cães e gatos vivendo nas ruas. 94 FM Dourados. 05/02/2020. Disponível em: www.fmdourados.com.br. Acesso em 22 de maio 2021.

Dicionário de língua portuguesa. DICIO. Brasil. 2021. Disponível em: www.dicio.com.br
Acesso em: 25 de mar. 2021.

DUBAR, C. **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo.** In: Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia. 2004. Paris, p. 56-69, primavera 2004. Disponível em: www.desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br Acesso em: 10 nov. 2020.

Feira de venda de animais é interdita após denúncia sobre más condições do local, em Dourados, MS. Olhar Animal. 2020. Disponível em: www.acritica.net Acesso em: 26 de set. 2020.

FELIPE, S. **Abandonar o antropocentrismo.** 2005. Disponível em: www.criticanarede.com. Acesso em: 05 de dez. 2020.

FERNANDES, S. S. **Direitos dos animais e a problemática da efetividade da norma constitucional.** Revista de Biodireito e Direito dos Animais, Brasília, v. 2, n. 1, p. 49 - 69, jan. - jun. 2016.

FERREIRA, L. F. **Acepções recentes dos conceitos de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo.** Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n. 09, p. 65- 83, jul.-dez. 2000.

FINKELMAN, J. (org.) **Caminhos da saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. Disponível em: www.scielo.com.br Acesso em: 15 de maio 2021.

GOTTDIENER, M.A **produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 2010.

GROSSI, M.P; MIGUEL, S.M. **Transformando a diferença:** as mulheres na política. Estudos Feministas, Ano 9, p. 167-206, 2001.

GUIMARÃES, RB. **Geografia da saúde: categorias, conceitos e escalas.** In: Saúde: fundamentos de Geografia humana. São Paulo: Ed. UNESP, 2015, p. 79-97.

GONÇALVES, L.F. **O estudo do lugar sobre o enfoque da geografia humanista:** um lugar chamado Avenida Paulista. 2012. 266f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HAESBAERT. R. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra):** contribuições decoloniais. GEOgraphia, Niterói, v. 22, n.48, p.90, 2020.

HARVEY, D. **Política anticapitalista en tiempos de COVID-19.** In: AMADEO, P. (Org). Sopa de Wuhan. ASPO, 2020. p.79-96.

JOY, M. **Porque amamos cães, comemos porcos e vestimos vacas: Uma introdução aocarnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não.** Trad. Mário Molina. São Paulo: Cultrix: 2014. 80 f.

Anjos da adoção: entenda a importância do lar transitório. Arca Brasil, 2020. Disponível em: www.arcabrasil.org.br Acesso em: 05 de jan. 2021.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Anthropos, 2000.

LEITE, A. F. **O Lugar: duas Acepções Geográficas.** Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ. p. 9-20,1998.

LÍNDON, A. **Geografias de la vida cotidiana.** In: HIERNAUX, D. LÍNDON, A. Tratado de Geografia Humana. México: Anthropos, 2006.

LIMA, C. C; GRISOTTI, M. **Relação humano-animal e leishmaniose: repercussões no cotidiano de indivíduos inseridos em região endêmica.** São Paulo. 2018. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 20 de maio 2021

LIMA, M. H. C. C. **Animais de estimação e civilidade: a sensibilidade de empatia interespecie nas relações com cães e gatos.** 2016. 362f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MASSEY, D. **Um sentido global do lugar.** In: ARANTES, A. A. (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papiurus, 2000. p. 176 -185.

MEDEIROS, F.L.F; HESS, G.A. **Proteção jurídica aos animais no Brasil: reflexões entre o decreto nº 24.645/34 e o projeto de lei do senado federal nº 351/15.** Revista de Biodireito e Direito dos Animais. Florianópolis-SC, v.2.n.1. p.20-35, mar. 2016.

MELO, R.A, RODRIGUES, J. **Direitos dos animais no ordenamento jurídico brasileiro: um olhar sobre as iniciativas legislativas para a abolição da tração animal.** Revista científica eletrônica do curso de direito. SP. 15º Edição 2019. Disponível em: em: 25 de maio 2021.

MENESES, R.C.C; SILVA, T. T.A. **O Especismo como argumento filosófico da não aceitação do animal como sujeito de direitos.** Revista de Biodireito e Direito dos animais, Curitiba, v.2, n.2. p. 218-234, jul. 2016.

Morte de índio Galdino em Brasília, completa hoje, 21 anos. Correio Braziliense. Brasília 2018. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br Acesso em: 26 de maio 2020

MUSCULINI, E.C. **A rua como lugar dos viveres e fazeres.** Transformações e persistências na área central. 2012. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

NAPOLI, R.B. **Animais como pessoas? O lugar dos animais na comunidade moral.** Princípios Revista de Filosofia. UFRN. p. 47-78 jan. – jun. 2013.

OLIVA, J.T.C. "A quarta dimensão social? **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], São Paulo, v. 1, n. 2, p. 9-19, 1997.

País tem 3,9 milhões de animais em condição de vulnerabilidade. Instituto PET Brasil, 2019. Disponível em: www.institutopetbrasil.com. Acesso em: 20 de maio 2020.

PEREIRA, L.M. **A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indigenista de Dourados, MS.** In: Metamorfoses do rural contemporâneo. 36º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2014.

Por que a vaca é sagrada na Índia? Terra. 2020. Disponível em: www.terra.com.br. Acesso em: 21 de dez. 2020.

Por que hoje usamos a palavra “tutor” e não mais dono de animais? MY PETS NANNY. Disponível em: www.petfriends.com.br. 2019. Acesso em: 24 de mar. 2021.

Projeto trata cavalos que puxam carroça em Dourados, MS, para evitar mortes por exaustão. 2017. Disponível em: www.g1.globo.com. Disponível em: 25 de mar. 2021

QUEIROZ, A.C.F. **Corporema: por uma geografia bailarina.** Vitória: Antonio Carlos Queiroz Filho, 2018.

RABELLO, LS. **A saúde pública e o campo da promoção da saúde.** In: TAVARES. Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva do SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010, p. 65-105.

RAMOS, L.H.M. **Epizootia de Raiva na região Leste do município de Campinas, SP de 2000 a 2002.** 2009, 92f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RODRIGUES, T.M. **O papel das ONGs no BRASIL.** Uma visão gerencial aplicada à causa animal Limeira SP. 2015. 73f. Monografia (Gestão de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Campina, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. 7. Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SÃO PAULO. Instituto Pasteur. **Vacinação contra a raiva de cães e gatos**. São Paulo, nº3, 1999.

SILVA, M.J; ORNAT, M.J; CHIMIN, A.B.J. **‘Não me chame de senhora, eu sou feminista’! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey**. GEOgraphia. Niterói, vol.19, n. 40, p. 12-20, maio - ago. 2017.

SILVA, J.M. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 27, p. 39-55, jan. - jun. 2010.

SILVA, M.J; ORNAT, M.J; CHIMIN, A.B.J. **O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma Geografia corporificada**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 63-77, jul.- dez. 2019.

SÍMON, L.C. **Desafio: concretização do direito a saúde pública no Brasil**. CONASS. Direito a saúde. Brasília-DF, 2015.

SINGER, P. **Libertação animal: o clássico definitivo sobre o movimento pelos direitos dos animais**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SOUZA, L. C. L. G. de. **O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média: Dourados-MS. Uma análise do processo de segregação socioespacial**. 2020. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, P.P.A. **Ensaio a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade**. Geografares, Vitória, n. 7, p. 35-50, 2009. Disponível em: www.portaldepublicacoes.ufes.br Acesso em: 10/10/2021

TANABE. P. **Cães de raça X viralata**. Viés. 2011. Disponível em: www.ufrg.br/vies. Acesso em: 26/11/2021.

VASCONCELLOS, S.R. **Zoonoses Conceitos**. Edisciplinas.usp.br. 2012. Disponível ecesso em: www.edisciplinas.usp.br Acesso em: 12 maio 2021.

Veganismo definido. Vista-se.com.br 2013. Disponível em: www.vista-se.com.br. Acesso em: 20 de mar. 2021.

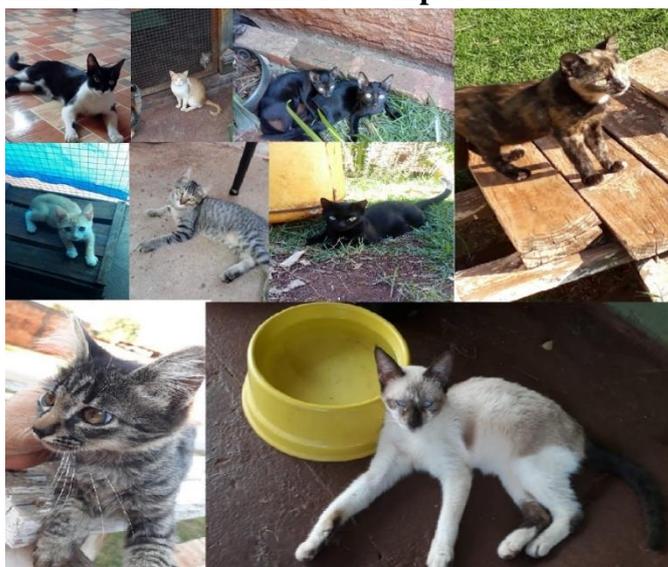
ANEXOS

Anexo A – Campanha de adoção responsável



Fonte: Arquivos AAMA, 2020

Anexo B – Gatos em lares temporários



Fonte: Arquivos AAMA, 2020

Anexo C – Filhotes encontrados em um balde pelo pesquisador, durante a pesquisa.



Fonte: MATOS, J. 2021

Anexo D – Quadro de receitas da Refúgio dos Bichos (2020)

Entradas	Dezembro 2019	Janeiro 2020	Fevereiro 2020	Março 2020	Abril 2020	Mai 2020
Saldo inicial do mês Sicred	R\$ 219,32	R\$ 115,32	R\$ 1.085,31	R\$ 1.362,27	R\$ 1.514,17	R\$ 2.550,53
Boletos Sicred	R\$ 105,00					
Doações Sicred	R\$ 540,00	R\$ 1.165,00	R\$ 708,00	R\$ 1.572,00	R\$ 2.664,00	R\$ 2.610,00
Saldo inicial Banco do Brasil	R\$ 952,05	R\$ 1.287,00	R\$ 1.527,42	R\$ 557,33	R\$ 851,50	R\$ 1.446,21
Doações Banco do Brasil	R\$ 3.912,00	R\$ 5.950,60	R\$ 5.229,73	R\$ 5.130,85	R\$ 7.682,90	R\$ 8.103,00
Saldo do mês CEF	R\$ 1.118,97	R\$ 619,16	R\$ 1.118,97	R\$ 747,60	R\$ 1.423,88	R\$ 2.702,62
Doações CEF	R\$ 500,16	R\$ 1.099,38	R\$ 2.143,78	R\$ 1.177,23	R\$ 2.856,93	R\$ 1.187,93
Bazar						
Produtos vendidos						
Ações e rifas			R\$ 1.045,65		R\$ 3.651,00	
Total de receitas	R\$ 11.710,50	R\$ 10.236,86	R\$ 12.861,86	R\$ 9.432,62	R\$ 18.941,40	R\$ 18.600,29

Fonte: Refúgio dos Bichos, 2020

Organização: MATOS, J. 2020

Anexo E – quadro de despesas da Refúgio dos Bichos (2020)

Despesas	Dezembro 2019	Janeiro 2020	Fevereiro 2020	Março 2020	Abril 2020	Mai 2020
Assistência veterinária	R\$ 7.091,09	R\$ 2.140,33	R\$ 9.930,48	R\$ 5.281,80	R\$ 9.542,30	R\$ 10.095,00
Medicamentos	R\$ 668,91	R\$ 194,03	R\$ 618,15	R\$ 185,80	R\$ 1353,66	R\$ 260,64
Castrações	R\$ 550,00	R\$ 550,00		R\$ 970,00	R\$ 750,00	R\$ 800,00
Despesas extras (Abrigo, contabilidade, etc)	R\$ 145,62			R\$ 467,00		R\$ 458,05
Despesas com produtos	R\$ 900,00	R\$ 380,00				R\$ 200,00
Rações	R\$ 353,84	R\$ 742,01	R\$ 676,96	R\$ 305,15	R\$ 487,32	R\$ 196,27
Tarifa cobrança títulos	R\$ 14,00					
Tarifas bancárias diversas	R\$ 119,00	R\$ 84,00	R\$ 84,00	R\$ 136,35	R\$ 108,76	R\$ 93,84
Total de despesas	R\$ 9.842,46	R\$ 4.090,87	R\$ 11.309,32	R\$ 7.346,10	R\$ 12.242,04	R\$ 12.183,30
Saldo Final em caixa	R\$ 1868,04	R\$ 6.146,49	R\$ 1.552,54	R\$ 2.086,52	R\$ 6.699,36	R\$ 6.496,50

Fonte: Refúgio dos Bichos, 2020

Organização: MATOS, J. 2020

Anexo F – Quadro de receitas da AAMA (2020)

Entradas	Abril 2020	Mai 2020	Junho 2020	Julho 2020	Agosto 2020	Setembro 2020	Outubro 2020
Mensalidades e doações	R\$ 3.930,00	R\$ 4.979,00	R\$ 5.227,00	R\$ 6.552,00	R\$ 5.508,00	R\$ 5.970,00	R\$ 5.871,00
Rifas e promoções	R\$ 3.580,00	R\$ 1.420,00	R\$ 5.000,00	R\$ 2.6670,00	R\$ 7.330,00	R\$ 3.865,00	R\$ 629,00
Doações livres	R\$ 1.957,00	R\$ 730,00	R\$ 1.025,00	R\$ 1.878,00	R\$ 2.070,00	R\$ 1.915,00	R\$ 5.167,00
Cofres	R\$ 211,15	R\$ 450,80	R\$ 132,00	R\$ 398,00			
Castrações conta AAMA		R\$ 960,00	R\$ 1.240,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.010,00		
Venda de artigos			R\$ 1.266,00		R\$ 635,00		R\$ 3.000,00
Total	R\$ 9.678,15	R\$ 8.539,80	R\$ 13.890,80	R\$ 13.098,00	R\$ 16.553,00	R\$ 11.750,00	R\$ 14.667,99

Fonte: AAMA, 2020

Organização: MATOS, J. 2020

Anexo G – Quadro de despesas da AAMA (2020)

Despesas	Abril 2020	Mai 2020	Junho 2020	Julho 2020	Agosto 2020	Setembro 2020	Outubro 2020
Abertura de conta		R\$ 300,00					
Aluguel do CT	R\$ 950 (aluguel + IPTU)	R\$ 700,00	R\$ 700,00	R\$ 700,00	R\$ 700,00	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Cesta básica (protetoras)	R\$ 480,00	R\$ 495,00	R\$ 495,00	R\$495,00	R\$ 495,00	R\$ 570,00	
Pet shopping e clínicas	R\$ 9.481,00	R\$ 4.837,00	R\$ 11.309,00	R\$ 12.195,00	R\$ 8.778,00	R\$ 11.437,00	R\$ 15.126,00
Materias de trabalho		R\$ 343,00	R\$ 529,00	R\$ 228,00	R\$ 194,04	R\$ 921,00	R\$ 315,00
Rações		R\$ 621,00	R\$ 659,00	R\$ 736,00	R\$ 870,00	R\$ 984,00	R\$ 1857,00
Castrações				R\$ 1.160,00			R\$ 200,00
Despesas bancárias					R\$ 79,80	R\$ 119,80	R\$ 59,00

Fonte: AAMA, 2020

Organização: MATOS, J. 2020

Anexo H – Campanha da SBV contra o especismo e a empatia seletiva



Fonte: Sociedade brasileira de vegetarianos, 2020